

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ALEXANDRE DE SOUZA COSTA

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA SOB A ÉGIDE DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Niterói
2011



ALEXANDRE DE SOUZA COSTA

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA SOB A ÉGIDE DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Dimensões contemporâneas da Informação e do Conhecimento

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientador: Professor Doutor José Maria Jardim

Niterói, RJ

2011

C837 COSTA, Alexandre de Souza

Produção de conhecimento em Arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. / Alexandre de Souza Costa. Niterói, RJ: UFF/PPGCI, 2011.

137f. : il; 30cm

Orientador: José Maria Jardim

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2011.

Bibliografia: f.131-136.

Apêndices: f.138.

1. Arquivologia 2. Ciência da Informação 3. Produção de Conhecimento 4. Livros. I. Costa, Alexandre de Souza. II. Jardim, José Maria. III. Universidade Federal Fluminense, Ciência da Informação, Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação. IV. Título.

CDD 658

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Produção de conhecimento em Arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação

Autor: Alexandre de Souza Costa

Área de Concentração:

Linha de Pesquisa:

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em: 14 de julho de 2011

Aprovado por:

Prof. Dr. José Maria Jardim
Universidade Federal Fluminense

Professora Dra. Anna Carla Almeida Mariz
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professora Dra. Sandra Lúcia Rebel Gomes
Universidade Federal Fluminense

Professora Dra. Ana Célia Rodrigues
Universidade Federal Fluminense

Professor Dr. Sérgio Conde de Albite Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Suplente)

Niterói, RJ, 14 de julho de 2011.

Dedico ao Willian, que durante a finalização deste trabalho nos deixou e foi morar com Deus.
“Deus abençoa”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, na pessoa de seu filho Jesus Cristo, por ter permitido que eu chegasse até aqui.

Ao professor Jose Maria, pelo estímulo, pelos momentos espirituosos na orientação e pelas aulas ministradas. Mestre, muito obrigado!!!

Aos professores integrantes da banca Ana Célia Rodrigues, Anna Carla de Almeida Mariz, Sandra Lúcia Rebel Gomes e Sérgio Conde de Albite Silva

Ao professor Sérgio Conde de Albite Silva por acompanhar minha trajetória.

Agradeço mais uma vez à Sandra Lúcia Rebel Gomes pelas aulas ministradas, pelos debates em sala de aula e por ter me ajudado no entendimento da Comunicação Científica. Muito obrigado!

Aos colegas de mestrado Ellen Monteiro Vogas, Wysterley Marins da Silva, Flaslendo Vieira de Oliveira e em especial à Danúzia Rocha Paula.

À Devon Energy do Brasil por ter permitido que eu continuasse meus estudos.

Aos integrantes do departamento de Records & Information Management (“Arquivo”) da Devon Energy do Brasil Alyne F. Tavares de Amorim e Joseni Mendes Neves, por compreenderem minhas ausências e me apoiarem neste percurso até aqui. Para mim esta conquista também é de vocês. Mais uma vez eu agradeço à Alyne por todo esforço para manter a “casa em ordem”.

À Mônica Maria, anjo bom da minha vida. acredite, você vai ser muito feliz!

A todos que contribuíram para que eu chegasse até aqui!!!

“... a tarefa não é contemplar o que ninguém contemplou, mas meditar, como ninguém ainda meditou, sobre o que todo mundo tem diante dos olhos”.

Schopenhauer

RESUMO

Identifica como característica de produção do conhecimento em Arquivologia no Brasil o desenvolvimento de pesquisas com temáticas arquivísticas predominantemente em programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Analisa, especificamente em seis livros publicados na área arquivística que foram teses ou dissertações em Ciência da Informação em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, no período de 1995 a 2008. Como referencial teórico apresentam-se as questões da interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação; produção de conhecimento e a comunicação científica; e, a questão do livro como difusor do conhecimento científico. A metodologia utilizada consistiu em fazer um levantamento bibliográfico de acordo com os temas teoricamente empregados. Além disso, os seis livros foram analisados para que fossem buscados elementos que fizessem compreender a busca dos autores para realização de suas pesquisas no campo da Ciência da Informação. E por último, foram realizadas entrevistas com os autores dos livros.

Palavras-chave: Arquivologia, Ciência da Informação, produção de conhecimento, livros.

ABSTRACT

This research identifies as knowledge production characteristics in Archival science in Brazil the development of researches with archival issues predominantly in graduate programs of Information science. It analyses, specifically six books published in Archival science that were thesis or dissertations in Information Science graduate programs from 1995 to 2008. As theoretical referential, it shows interdisciplinarity between Archival science and Information science; knowledge production and scientific communication; and, the issue of the book as knowledge diffuser. The methodology used consisted of mapping bibliography in according with the theoretical themes approached. Beyond, these six books were analyzed in order to reach elements of comprehension of the authors' researches in Information science field. Finally, it was made interviews with authors of the books.

Key-words: Archival science, Information science, knowledge production, books.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Definições dos conceitos de Multidisciplinaridade, Pluridisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade e suas especificidades.....	24
Quadro 2: Distribuição dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil ...	47
Quadro 3: Disciplinas que tratam de temáticas arquivísticas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação.	48
Quadro 4: Distinções básicas entre os canais formais e informais de comunicação.	53
Quadro 5: Vantagens e desvantagens do livro eletrônico.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Intervalos da produção de teses e dissertações entre 1994 e 2008.....	79
Gráfico 2: Ano de publicação do livros (1995-2008).....	80
Gráfico 3: Distribuição dos livros publicados por Estado.....	81
Gráfico 4: Distribuição dos livros e programas de pós-graduação de origem.....	81
Gráfico 5: Orientadores das teses e dissertações que se tornaram livros.	82
Gráfico 6: Editoras que publicaram as pesquisas	83
Gráfico 7: Atividades profissionais dos autores dos livros.	84
Gráfico 8: Graduação dos autores dos livros.....	85
Gráfico 9: Temas dos livros.....	85
Gráfico 10: Incidência de autores da Ciência da Informação.....	98
Gráfico 11: Incidência de autores da Arquivologia.....	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Proposta de definições I.....	26
Figura 2: Proposta de definições II.....	27
Figura 3: Modelo de Garvey e Griffith adaptado por Hurd.....	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	RELACIONAMENTO ENTRE OS CAMPOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DA ARQUIVOLOGIA.....	22
2.1	A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE.....	22
2.2	BREVE HISTÓRICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	28
2.2.1	No mundo.....	28
2.2.2	No Brasil.....	32
2.3	BREVE HISTÓRICO DA ARQUIVOLOGIA.....	34
2.3.1	No mundo.....	34
2.3.2	No Brasil.....	39
2.4	INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA.....	42
3	A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	50
3.1	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	50
3.2	A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA ARQUIVOLOGIA.....	57
4	O LIVRO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO.....	61
4.1	BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA HISTÓRIA DO LIVRO.....	61
4.1.1	Algumas tentativas de definição para o objeto livro.....	64
4.1.2	O livro eletrônico.....	66
4.2	DIFERENÇAS BÁSICAS ENTRE LIVROS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS.....	69
4.3	OS LIVROS NA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA.....	70
5	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL: TESES E DISSERTAÇÕES EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 1995-2008.....	73
5.1	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	79
5.2	CARACTERÍSTICAS DOS LIVROS.....	86
5.2.1	Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil (1995).....	87
5.2.2	Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental (1998).....	89
5.2.3	Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística (2002).....	91
5.2.4	Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea (2002).....	92
5.2.5	Arquivologia e Ciência da Informação (2005).....	94
5.2.5	A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil (2008).....	96
5.3	A INCIDÊNCIA DE AUTORES NOS LIVROS.....	98
6	AS FALAS DOS AUTORES.....	102
6.1	TEMA DE PESQUISA.....	105

6.2	REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE MESTRADO E/OU DOUTORADO NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	107
6.3	ESCOLHA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NOS DIAS ATUAIS	110
6.4	MESTRADO E DOUTORADO EM ARQUIVOLOGIA	112
6.5	SUBORDINAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO CNPQ	113
6.6	REPERCUSSÃO DOS LIVROS NA ARQUIVOLOGIA E NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	116
6.7	DIFICULDADE PARA PUBLICAÇÃO DE LIVROS CIENTÍFICOS NO BRASIL.....	120
6.8	ESCASSA PUBLICAÇÃO DE LIVROS EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL....	122
6.9	PUBLICAÇÃO EM FORMATO ELETRÔNICO.....	125
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
8	REFERÊNCIAS.....	131
9	SÍTIOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL.....	137
	APÊNDICES	138
	A – Roteiro de entrevista com os autores dos livros pesquisados.....	138
	B – Artigos de periódicos, conferências e comunicações em congressos e encontros que abordaram o relacionamento entre a Ciência da Informação e a Arquivologia entre 1995 e 2008.....	140
	C – Artigos de periódicos, conferências e comunicações em congressos e encontros que abordaram a produção de conhecimento em Arquivologia entre 1995 e 2008....	142

1 INTRODUÇÃO

Recentemente surgiram pesquisas com maior aprofundamento teórico e metodológico relacionadas ao campo da Arquivologia no Brasil, o que possibilitou a ampliação do debate científico nesta área. De fato, podemos observar – sobretudo a partir dos anos 90 – novas abordagens. Como exemplo, pode ser citada a observação de temas como os documentos eletrônicos e as políticas públicas arquivísticas no cenário brasileiro.

Percebe-se uma característica intrínseca à produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil: o desenvolvimento de pesquisas com temática arquivística predominantemente em programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Posto isto, pretendeu-se investigar como e por que estas pesquisas foram concebidas no campo da Ciência da Informação.

Esta pesquisa teve como um dos seus componentes fundamentais a Comunicação Científica, disciplina que, segundo Meadows, possui como característica situar-se no coração da ciência (MEADOWS, 1999, p. vii). O desenvolvimento de qualquer área do conhecimento se utiliza dos meios de comunicação – formais (periódicos científicos e livros) e informais (comunicação de pesquisa em andamento, certos trabalhos de congressos e outras com características semelhantes) (MUELLER, 2000, p. 23).

Dentre os canais de comunicação científica, é importante apontar que, para elaboração desta pesquisa, foram utilizados como material de análise os livros de Arquivologia publicados no Brasil no período compreendido entre 1995 e 2008. Estes livros possuem como principal característica o fato de terem sido originados de teses e dissertações em programas de pós-graduação em Ciência da Informação no período citado. Contudo, torna-se importante salientar que a produção de conhecimento arquivístico através dos livros não teve apenas esta origem.

A partir da virada dos anos de 1990 para 2000, alguns temas referentes ao *corpus* teórico-metodológico da Arquivologia evocaram questionamentos de alguns autores tanto no plano internacional como no plano nacional. Momentos de reflexão e revisitação de conceitos postulados no âmbito desta disciplina têm trazido em seu bojo novas abordagens e [re]avaliações em temas, dentre os quais destacam-se:

- O objeto de estudo da área – nesta abordagem, os arquivos ou instituições arquivísticas e os documentos de arquivo deixariam de ser objetos privilegiados de estudos da área deslocando-se para a *informação arquivística ou informação*

registrada orgânica, termo cunhado por Jean-Yves Rousseau e Carol Couture (1998);

- Seus territórios de delimitação científica – com o deslocamento apontado acima no tocante ao objeto da área, surgiram abordagens quanto às políticas públicas de arquivos, educação arquivística, documentos eletrônicos e a reflexão sobre a construção do conhecimento arquivístico;
- Metodologia – novas pesquisas apontaram reflexões sobre a noção de fundo arquivístico, o princípio da proveniência e a teoria das três idades. Neste período, pode ser destacada a abordagem sistêmica dos arquivos e a ideia de pós-custódia dos documentos;
- Relacionamento com outras áreas do conhecimento – novos cruzamentos disciplinares ampliaram o debate sobre a interdisciplinaridade da área. As relações conhecidas entre a Arquivologia e a História, a Diplomática, e a Administração foram estendidas à Sociologia, Antropologia, Ciência da Computação e a Ciência da Informação;
- Produção de conhecimento – a partir dos anos 90, observa-se um número maior de publicações tais como dicionários, manuais, livros e revistas especializadas sobre Arquivologia, inclusive no Brasil. A realização de congressos e a ampliação da quantidade de eventos na área foi outro fator importante para o crescimento da produção de conhecimento arquivístico no país.

Nas circunstâncias desta pesquisa, torna-se necessário indicar que a mesma buscou atender aos dois últimos tópicos mencionados por se tratar do relacionamento interdisciplinar da Arquivologia com a Ciência da Informação e a produção de conhecimento arquivístico plasmado nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil.

No plano internacional, as reflexões sobre a Arquivologia podem ser observadas na seguinte abordagem de Silva et al. (2002, p. 208, grifos dos autores):

(...) temos assistido, nos últimos anos, ao aparecimento de artigos avulsos em revistas da especialidade, os quais elegem como tema a formulação de um corpo teórico animado por “novas” bases científicas e que ousam delinear, ainda muito vagamente, os contornos de um saber arquivístico situado numa “zona” fluida, a que alguns autores chamam de era “post-custodial”.

Neste sentido, Thomassen destaca as mudanças ocorridas no âmbito da Arquivologia impulsionadas pelo advento da pós-modernidade. Ele afirma ainda que estas mudanças têm elevado a Arquivologia ao *status* de ciência.

Pela primeira vez em seu desenvolvimento, a arquivologia está se transformando em ciência. Em sua fase pré-paradigmática [anterior ao Manual dos holandeses] não era uma ciência de forma alguma, e em seu estágio clássico não foi mais que uma ciência auxiliar da história, mas agora, em sua etapa pós-moderna, está adquirindo estatura de ciência, tão autônoma quanto as outras ciências da informação e quanto a história (THOMASSEN apud FONSECA 2005, p.59. Tradução da autora).

No plano nacional, as reflexões expostas acima podem ser corroboradas a partir do pensamento de Jardim (1999a, p. 87-8):

O quadro atual dos estudos no campo da informação, aí incluída a Arquivologia, traz implícita uma hipótese e convida-nos a debruçarmos sobre ela. Esta hipótese é a de novas e variadas dimensões no campo arquivístico. Quando nos referimos à palavra “dimensão”, remetemo-nos a medidas, tamanhos, extensão, enfim, a espaços. No caso, a espaços de conhecimentos arquivísticos. Refletirmos sobre novas dimensões da Arquivologia, leva-nos, portanto, à hipótese de que a área encontra-se em vias de um profundo redimensionamento, num processo reestruturador dos seus espaços. Espaços científicos, tecnológicos, sociais. Espaços de crise e crescimento.

Embora possamos perceber que alguns autores têm se debruçado sobre as mudanças ocorridas na Arquivologia nos últimos anos, parece-nos que no Brasil a discussão ainda se

mostra incipiente no que tange à produção de conhecimento arquivístico. Isto pode ser verificado a partir da afirmação de Jardim (1999a, p. 101): “A cultura científica da Arquivologia no país não parece suficientemente estruturada para valorizar a comunicação científica e sustentar meios de divulgação específicos para tal, (...)”.

Sobre a Arquivologia, face à produção de conhecimento na contemporaneidade Oliveira *et al* (2002, p. 44) atentam para o seguinte:

A Arquivística, como uma área disciplinar demanda, para seu pleno desenvolvimento, uma noção ampla do processo de elaboração de teorias do conhecimento, bem como dos procedimentos de métodos científicos que instrumentalizem e subsidiem o profissional para a produção de conhecimento. A formação de uma comunidade científica que desenvolva procedimentos e práticas de pesquisa é fundamental na construção de conceitos e categorias que respondam às demandas de uma realidade plural e descontínua.

Nessa circunstância, Fonseca (1999, p. 186) afirma:

Faz-se muito pouca pesquisa arquivística no Brasil. (...). A carência de literatura especializada não é um fato em si. É uma consequência. Enquanto não se tiver uma comunidade científica atuante no sentido da produção de conhecimento, não haverá, naturalmente, resultados a serem publicados.

Não obstante, há um outro aspecto a ser observado em direção às transformações ocorridas na Arquivologia nos últimos anos no Brasil. De acordo com Silva (2006), pode ser observado que a pesquisa acadêmica em Arquivologia no Brasil tem sido feita em um número maior nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Sobre esta questão, Fonseca (2005, p.102) expõe o seguinte:

A associação com a ciência da informação parece ser uma característica da evolução da área arquivística no Brasil. (...) considerando a homogeneidade com que teses e dissertações com temática arquivística são acolhidas em diferentes programas de pós-graduação em ciência da informação, (...).

Podemos tomar como exemplo, o levantamento feito por Fonseca em seu livro¹ “Arquivologia e ciência da informação”, no qual a autora mapeia e identifica um considerável número de produção de teses e dissertações referentes aos temas arquivísticos em programas

¹ O livro da autora é fruto de sua Tese intitulada “Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares” apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor no programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pelo convênio UFRJ/IBICT.

de pós-graduação em Ciência da Informação, sobretudo, a partir dos anos 90. De acordo com a pesquisa de Fonseca (2005, p. 93), de um total de 53 trabalhos – entre teses e dissertações – 26, ou seja, aproximadamente 50%, foram resultados de pesquisas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

A autora elabora sua pesquisa com o objetivo de refletir sobre a pesquisa de pós-graduação no Brasil apresentando um “quadro de **interseção de interesses com a Ciência da Informação**” (FONSECA, 2005, p. 12, grifos nossos), com o objetivo de contribuir com o fenômeno informacional arquivístico no campo da Ciência da Informação (2005, p. 12, grifos nossos). Todavia, Fonseca aponta que há uma “omissão mútua” por parte da Arquivologia e da Ciência da Informação e por isso, ambas não têm identificado elementos em comum, ou seja, ambas as disciplinas se excluem quanto aos aspectos de interdisciplinaridade (2005, p. 9).

Fortalece-se a assertiva anterior ao considerarmos a abordagem de Le Coadic (1996, p.22):

A ciência da informação é uma dessas novas interdisciplinas, um desses novos campos de conhecimentos onde colaboram entre si, principalmente, a psicologia, a linguística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrônica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações.

E complementa:

A arquivística, disciplina auxiliar da história, preocupa-se com a conservação dos documentos que resultam da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. Os arquivos não passam de documentos conservados, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos (LE CODIAC 1996, p. 18).

No entanto, Jardim e Fonseca (2003, p.52, grifo nosso) afirmam que: “A Arquivologia é uma disciplina da área das ciências sociais e de natureza interdisciplinar”. E ainda: “As tradicionais fronteiras com a História, o Direito, a Administração e a Diplomática vêm sendo ampliadas com novas fronteiras com a **Ciência da Informação**, a Ciência da Computação e Tecnologia da Informação”.

Nesta mesma direção, torna-se necessário apontar que esta pesquisa buscou contribuir para a Ciência da Informação e a Arquivologia brasileiras, oferecendo dados sobre a produção de conhecimento ocorrida no campo arquivístico no período de 1995 a 2008 nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. A análise desse cenário poderá contribuir para o

desenvolvimento científico da Arquivologia e da Ciência da Informação, especialmente no caso brasileiro.

Justifica-se ainda, a escolha dos livros sobre temas arquivísticos, pois estes canais de comunicação científica juntamente com os artigos de periódico configuram-se como referencial de análise quantitativo e qualitativo nas ciências em geral. Segundo Meadows (1999, p. 127): “(...), os principais produtos da edição científica são os periódicos e os livros”. Neste sentido, SILVA et al. (2000, p. 23) afirmam: “Conhecimento refere-se, por vezes, não à presença de uma sabedoria, mas sim ao registo do saber humano em livros, periódicos ou outros quaisquer meios de informação”. Da mesma forma, Couture et al (1999, p. 51) abordam: “(...), a pesquisa tem a necessidade de que se registrem seus resultados, que sejam transmitidos, difundidos com a ajuda de diferentes meios, tais como revistas especializadas, os congressos, os encontros e o ensino universitário”.

Embora seja de nosso conhecimento que autores como Maria Odila Fonseca, José Maria Jardim, Georgete Medleg Rodrigues, entre outros, analisaram questões semelhantes, percebemos que esta pesquisa se fez necessária para o reconhecimento e [re]verificação dos fenômenos ocorridos no campo arquivístico no Brasil.

Quando um investigador inicia um trabalho, é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo menos em parte ou de forma indirecta. (...) Todo o trabalho de investigação se inscreve num *continuum* e pode ser situado dentro de, ou em relação a, correntes de pensamento que o precedem e influenciam. É, portanto, normal que um investigador tome conhecimento dos trabalhos anteriores que se debruçam sobre objectos comparáveis e que explicito o que se aproxima ou distingue o seu trabalho destas correntes de pensamento (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2003, p. 50).

Os livros publicados sobre a Arquivologia no Brasil, que expressam resultados de pesquisa científica, são na maioria provenientes de pesquisas realizadas no âmbito de Programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

A escolha pelo recorte temporal de 1995 a 2008 justifica-se, pois o primeiro livro oriundo de tese ou dissertação em Ciência da Informação, com temática arquivística foi publicado em 1995 sob o título **Sistemas e políticas públicas de arquivo no Brasil**, de José Maria Jardim. O mais recente foi publicado em 2008, **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**, de Sérgio Conde de Albite Silva.

Diante do exposto, foram apresentadas as seguintes indagações:

(1) Por que os autores de teses e dissertações com temática arquivística, posteriormente publicadas como livros, escolheram programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, no período entre 1995 e 2008, para a realização de suas pesquisas?

(2) Como e em que grau a interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e a Arquivologia contribuiu para estas teses e dissertações?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar livros científicos, de interesse arquivístico, publicados no Brasil e originados de pesquisas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, no período de 1995 a 2008. Além disso, foi considerado para construção desta pesquisa o livro como instrumento de difusão do conhecimento.

Os objetivos específicos foram identificar aspectos qualitativos e quantitativos na produção de conhecimento de interesse arquivístico, difundida em livros, oriundos de teses e dissertações em programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil durante o período de 1995 a 2008; analisar através de livros científicos de interesse arquivístico, a produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil e a sua inserção em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, verificando possíveis relações entre as duas disciplinas e examinar os aspectos que nortearam a escolha dos autores por programas de pós-graduação em Ciência da Informação para o desenvolvimento de suas pesquisas, bem como a avaliação que apresentam desta opção.

No que diz respeito à metodologia, foram realizados o levantamento e análise da bibliografia, identificando conceitos como interdisciplinaridade, as relações entre a Ciência da Informação e a Arquivologia e a produção de conhecimento e a comunicação científica. Foi observado também o conceito de livro a partir de uma perspectiva histórica para entendimento, contextualização e verticalização teórica na análise das questões apresentadas. Além disso, foram analisados aspectos comuns e singulares dos livros que constituem o campo empírico desta pesquisa. Foram realizadas entrevistas com os autores dos livros com a finalidade de entender razões pelas quais as teses e dissertações se tornaram livros.

No capítulo 1 buscou-se abordar a interdisciplinaridade e o relacionamento interdisciplinar entre a Ciência da Informação e a Arquivologia. No Capítulo 2, apontam-se aspectos relativos à produção de conhecimento e à comunicação científica. Os aspectos referentes ao conceito de livro em uma retrospectiva histórica e as diferenças entre o livro e o periódico científico e a importância do livro como canal de conhecimento científico foram abordados no capítulo 3. No capítulo 4 são analisadas as questões comuns e específicas aos livros objetos desta pesquisa. O capítulo 5 destinou-se às entrevistas com os autores dos livros

oriundos de teses e dissertações em Ciência da Informação no Brasil. Nas considerações finais foram retomados os principais tópicos e questões desenvolvidas durante a pesquisa e suas respectivas conclusões.

Além disso, apresenta-se nos apêndices o roteiro das entrevistas realizadas, comunicações em congressos e artigos de periódicos que tratam do relacionamento entre os campos da Arquivologia e da Ciência da Informação, comunicações em congressos e artigos de periódicos que tratam da produção de conhecimento em Arquivologia.

2 RELACIONAMENTO ENTRE OS CAMPOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DA ARQUIVOLOGIA

Diante de novas demandas para resolução de problemas relacionados ao conhecimento, surgem perspectivas na contemporaneidade que se apresentam para criação de novas possibilidades no universo técnico, político e científico. Uma dessas perspectivas é o relacionamento entre campos² de conhecimento científico a partir de suas teorias e métodos de aplicação.

Nesta direção, apresenta-se uma questão recente no Brasil: o relacionamento entre a Ciência da Informação e a Arquivologia principalmente a partir da produção de teses e dissertações com temáticas arquivísticas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, nitidamente a partir dos anos de 1990.

Portanto, se faz necessário identificar as relações entre os dois campos no caso brasileiro.

2.1 A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE

No âmbito científico, as disciplinas que possuem como objeto de estudo a informação como a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Arquivologia³, têm abordado a questão da interdisciplinaridade. Contudo, a fim de compreender a dimensão deste fenômeno faz-se necessário apresentá-lo a partir de alguns matizes.

A interdisciplinaridade mostra-se como uma das respostas à fragmentação do saber, ou seja, um alto grau de especialização por parte das ciências ou saberes compartimentados (JAPIASSÚ, 1976). Esta especialização possui como componentes aspectos políticos,

² Pierre Bourdieu (1983) argumenta que os campos da ciência não se diferem em nada de um campo social como outro qualquer, pois sempre há um embate, uma luta de forças em busca de legitimidade e reconhecimento social em um determinado espaço simbólico. Desta forma, temos uma concorrência pelo monopólio da competência científica e a necessidade de legitimidade nos discursos em um primeiro nível institucional e, logo após, no nível pessoal. Um outro aspecto sobre a busca de legitimidade e o reconhecimento social é a questão política. Desta maneira, as questões epistemológicas se confundiriam com questões políticas. Bourdieu afirma que as posições estratégicas no campo científico são ideológicas disfarçadas de epistemológicas. Desta forma, o discurso engendrado pelos que estão institucionalmente amparados é de se manterem justificando sua posição e, ao mesmo tempo, desacreditarem os que estão em posição oposta, ou seja, os pesquisadores contra hegemônicos. Tem-se então, uma relação de poder.

³ É importante apontar que a informação passou a ser mais observada pela Arquivologia a partir da noção de informação arquivística ou informação registrada orgânica. Este termo foi utilizado por Jean Yves-Rosseau e Carol Couture (1998) conforme citado anteriormente na delimitação do problema desta pesquisa.

econômicos, políticos e sociais. A interdisciplinaridade viria como proposta no bojo da pós-modernidade e criaria a possibilidade do diálogo entre (inter) as disciplinas formando uma ideia de interação. O resultado desta interação, a partir do rigor teórico-metodológico aplicado e tendo por mediação a interdisciplinaridade, traria novas perspectivas de abordagens científicas.

Convém lembrar que a interdisciplinaridade não é um conceito e nem um fenômeno recente. Esta perspectiva nos remete, por exemplo, à França do século XVIII; em meio ao Iluminismo e anterior à Revolução Francesa, houve um movimento filosófico e cultural liderado por Jean le Rond d'Alembert e Denis Diderot chamado de Enciclopedismo que previa a catalogação do conhecimento humano a partir de princípios racionais. Havia nesta catalogação uma divisão ou “árvores de conhecimento”, compartimentando os ramos do saber humano.

Historicamente, as disciplinas foram uma invenção no final do século XVIII no ocidente como forma de institucionalizar departamentos acadêmicos. Já havia nessa época a noção de autonomia, ou seja, embora estivessem ligados à Filosofia que seria a integradora de todos os conhecimentos, os departamentos eram independentes (BURKE, 2003).

Desta maneira, Japiassú (1976, p. 60, grifos do autor) baseado em Heinz Heckhausen expõe que antes da abordagem do interdisciplinar é necessário que se tenha bem definido o que é uma disciplina ou disciplinas. O autor lista sete componentes que devem ser observados:

- 1- o *domínio material* das disciplinas, constituído pelo conjunto de objetos pelos quais elas se interessam e dos quais se ocupam;
- 2- o *domínio* de estudo que nada mais é senão o ângulo específico sob o qual a disciplina considera seu domínio material, podendo ser comum a várias disciplinas (...);
- 3- o *nível de integração teórica* dos conceitos fundamentais e unificadores de uma disciplina, capazes de abranger todos os fenômenos próprios, tendo em vista uma reconstrução da “realidade” do domínio de estudo a fim de explicar e prever os fenômenos que a ele se referem;
- 4- os *métodos* próprios para apreender e transformar os fenômenos, havendo perfeita concordância entre a aplicação dos métodos e as leis gerais do nível de integração teórica;
- 5- os *instrumentos de análise* que repousam, sobretudo, na estratégia lógica, nos raciocínios matemáticos e na construção de modelos;
- 6- as *aplicações* das disciplinas: quanto mais elas se orientam para aplicação profissional, mais ecléticas se revelam em sua concepção epistemológica, exigindo, assim, programas pluridisciplinares;

7- as *contingências históricas*: em seu processo de evolução histórica, cada disciplina se encontra, em cada fase, num momento de transição, em contacto com forças e influências internas e externas (...).

Nesta perspectiva, cada disciplina ou campo de conhecimento possuem suas bases (princípios, métodos, objeto e teorias) e fronteiras bem delimitadas, mas em um projeto interdisciplinar específico há uma intensa troca entre os envolvidos de tal maneira que as delimitações de fronteiras são suplantadas em prol da busca para atender o fenômeno pesquisado.

Deste modo,

Passamos por graus sucessivos de cooperação e de coordenação crescentes antes de chegarmos ao grau próprio ao interdisciplinar. Este pode ser caracterizado como o nível em que a colaboração entre as diversas disciplinas ou entre os setores heterógenos de uma mesma ciência conduz a *interações propriamente ditas*, isto é, a uma certa reciprocidade nos intercâmbios, de tal forma que, no final do processo iterativo, cada disciplina saia enriquecida. Podemos dizer que nos reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir *incorporar* os resultados de várias especialidades, que *tomar de empréstimo* a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los *integrarem e convergirem*, depois de terem sido *comparados e julgados*. Donde poderemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para religar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos (JAPIASSÚ, 1976, p.75, grifos do autor).

O autor ainda nos lembra de que o conceito de interdisciplinaridade evoca três outros conceitos no que diz respeito ao relacionamento de disciplinas ao qual ele chamou de “conceitos vizinhos” (JAPIASSÚ, 1976, p.72). O Quadro 1 expressa estes conceitos e as diferenças entre eles.

Quadro 1 Definições dos conceitos de Multidisciplinaridade, Pluridisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade e suas especificidades.

DEFINIÇÃO	DESCRIÇÃO GERAL	TIPO DE SISTEMA
Multidisciplinaridade	Gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações que podem existir entre elas.	Sistema de um só nível e de objetivos múltiplos; nenhuma cooperação.

Pluridisciplinaridade	Justaposição de diversas disciplinas situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas.	Sistema de um só nível e de objetivos múltiplos; cooperação, mas sem coordenação.
Interdisciplinaridade	Axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz noção de finalidade.	Sistema de dois níveis e de objetivos múltiplos; coordenação procedendo do nível superior.
Transdisciplinaridade	Coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do sistema de ensino inovado, sobre a base de uma axiomática geral.	Sistema de níveis e objetivos múltiplos; coordenação com vistas a uma finalidade comum dos sistemas.

Fonte: Elaboração própria com base em Japiassú (1976).

Em uma perspectiva contemporânea acerca da questão da interdisciplinaridade, Olga Pombo⁴ professora da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa apresenta interdisciplinaridade da seguinte forma:

Por **interdisciplinaridade**, deverá então entender-se qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas com vista à compreensão de um objecto a partir de uma confluência de pontos de vista diferentes e tendo como objectivo final a elaboração de uma síntese relativamente ao objecto comum. (...). Conforme os casos e os níveis de integração pretendidos, ela pode traduzir-se num leque muito alargado de possibilidades: transposição de conceitos, terminologias, tipos de discurso e argumentação, cooperação metodológica e instrumental, transferência de conteúdos, problemas, resultados, exemplos, aplicações, etc. (1994, grifo da autora)

Em uma proposta acerca da “Epistemologia da Interdisciplinaridade”, Pombo aponta que a questão da interdisciplinaridade não é isolada em si, mas há um grupo de quatro palavras que apresentam uma disputa pelo mesmo “terreno”. Neste contexto, este terreno de disputa é a raiz em comum que elas possuem, ou seja, a **disciplina**, que teriam três significados (i) disciplina como ramo do saber – ramos do saber universalmente consolidados como Matemática, Física, Biologia, Psicologia, Sociologia, entre outras; (ii) disciplina como componente curricular – disciplinas do ensino básico que se recortam sobre as disciplinas científicas; (iii) disciplina como conjunto de normas e leis – trata da disciplina enquanto comportamento de um determinado grupo social.

⁴ Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/interdisciplinaridade.pdf>. Acesso em 5 de Julho de 2010.

Embora Pombo apresente um grupo de quatro palavras inicialmente, a autora incita que são três e não quatro, pois etimologicamente pluri e multi possuem o mesmo significado.

Diante deste modelo Pombo expõe o seguinte:

A ideia é a de que as tais três palavras, todas da mesma família, devem ser pensadas num *continuum* que vai da coordenação à combinação e desta à fusão. Se juntarmos a esta continuidade de forma um *crescendum* de intensidade, teremos qualquer coisa deste género: do paralelismo *pluridisciplinar* ao perspectivismo e convergência *interdisciplinar* e, desta, ao holismo e unificação *transdisciplinar* (POMBO, 2003, p. 5, grifos da autora).

Sob este aspecto esta proposta seria representada pelas duas figuras a seguir:

Figura 1 Proposta de definições I de acordo com Olga Pombo

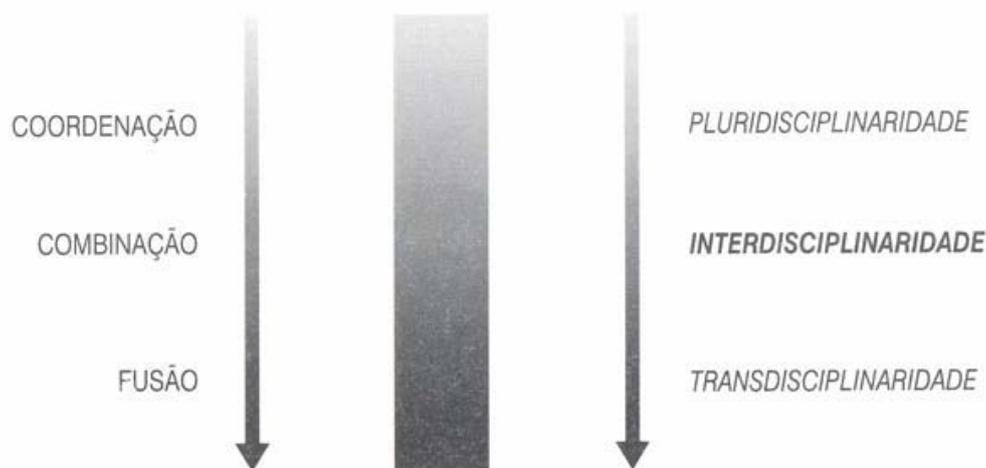


FIGURA 1 – Proposta de definições I.
Fonte: POMBO, 2005, p. 5.

Figura 2 Proposta de definições II de acordo com Olga Pombo

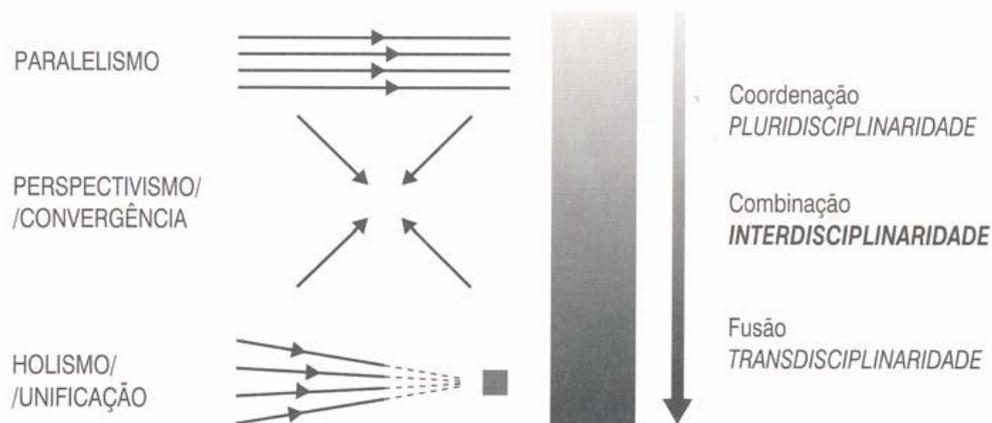


FIGURA 2 – Proposta de definições I.

Fonte: POMBO, 2005, p. 6.

Ainda Pombo (2005, p.11, grifos da autora) em uma palestra conferida no Congresso Luso-Brasileiro sobre Epistemologia e Interdisciplinaridade na Pós-Graduação, conclui seu pensamento da seguinte forma:

Sem interesse real por aquilo que o outro tem para dizer não se faz interdisciplinaridade. Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo. Não se trata de defender que, com a interdisciplinaridade, se alcançaria uma forma de anular o *poder* que todo *saber* implica (o que equivaleria a cair na utopia beata do sábio sem poder), mas de acreditar na possibilidade de partilhar o poder que se tem, ou melhor, de *desejar* partilhá-lo. Como? Desocultando o saber que lhe corresponde, explicitando-o, tornando-o discursivo, discutindo-o.

Dentro dos limites desta pesquisa e a partir das teorias e propostas observadas no que toca a questão da interdisciplinaridade, podemos deduzir que este tema é de fundamental importância para compreender as relações entre os campos da Ciência da Informação e da Arquivologia no cenário brasileiro.

Todavia, convém abordar a trajetória de ambas as disciplinas ainda que de maneira breve, para compreensão das dimensões históricas e características de formações disciplinares.

2.2 BREVE HISTÓRICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

2.2.1 No Mundo

Ao abordamos o contexto histórico do surgimento da Ciência da Informação podemos identificar que não há um consenso sobre o surgimento desta disciplina. Alguns autores como Shera e Cleveland (1977) e Rayward (1997) atribuem aos juristas belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine o surgimento de uma disciplina com características de organização da informação bibliográfica. Esta disciplina recebeu o nome de Documentação e que seria a origem da Ciência da Informação.

Só a partir de 1892, quando Paul Otlet e Henri La Fontaine conjugam esforços para a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), cujo objetivo central era o de compilar toda a informação bibliográfica registrada, se pode falar na emergência de uma nova área de estudo e de interesse profissional, que veio designar-se por *Documentação* (SILVA et al, 2000, p. 28).

Rayward (1997) menciona que é curioso discutir a história da Ciência da Informação a partir de uma instituição criada na Bélgica, ou seja, fora do contexto anglo-saxão ao qual é atribuída a disciplina da Ciência da Informação. Ainda assim, ele sugere que é de fundamental importância examinar a criação do *International Institute of Bibliography* no desenvolvimento do que hoje é chamado Ciência da Informação.

De acordo com Rayward (1997, p. 291, tradução nossa):

Pensando sobre o estado desordenado da literatura das ciências sociais que ele logo concluiu que era necessário criar bibliograficamente a ordem, o rigor e a cumulatividade das ciências naturais, Otlet começou a formular algumas ideias interessantes. Separando o conteúdo do livro, seu autor e suas intenções autorais, poderia ser possível extrair sistematicamente dos livros quais foram suas novas contribuições para o conhecimento. Esta informação poderia então ser acumulada em cartões que poderiam refletir as relações dos assuntos envolvidos. Cartões separados era uma característica do sistema tecnológico que Otlet estava prevendo. Eles permitiam “todas as manipulações de classificação e arquivamento contínuo”. Contudo, era necessário de algo mais: uma classificação ou “descrição sintética bem detalhada do conhecimento”, que poderia ser usada como base para organização os cartões em um catálogo para organização colaborativa de trabalho entre estudiosos na compilação deste catálogo.

A partir da obtenção do método decimal de Melvil Dewey, foi possível iniciar o trabalho de reunir um grande catálogo do conhecimento produzido. Além disso, após o

conhecimento obtido com a Classificação Decimal de Dewey, Otlet obteve cooperações internacionais de várias instituições, para criar o que foi chamado *Répertoire Bibliographique Universel* (RBU) ou como é chamado no Brasil, Classificação Decimal Universal (CDU).

O IIB teve a sua denominação alterada em 1938 para *Fédération Internationale d'Information et de Documentation* ou Federação Internacional de Documentação (FID), atuando principalmente em técnicas de tratamento e análise de conteúdo dos documentos de diversos suportes. Fundamentalmente providencia informações e fluxos de informações entre especialistas (SILVA et al, 2000).

Após o período da II Guerra Mundial, o mundo experimentou uma corrida pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Nesta perspectiva, iniciaram-se as preocupações referentes ao armazenamento e recuperação das informações científicas. Foi um momento de expansão do poderio militar, político, econômico e social que era protagonizado pelas duas grandes potências mundiais da época, Estados Unidos e União Soviética. Este momento histórico é reconhecido como o período da Guerra Fria.

Com o crescimento vertiginoso de informações científicas e tecnológicas, caracteriza-se a “explosão informacional”. Nesta circunstância, surge nos Estados Unidos a *American Documentation Institute* (ADI), tendo por função disponibilizar a informação de caráter científico. Outro aspecto relacionado a este período foi uso crescente de técnicas de reprodução documental como o microfilme por exemplo.

Em 1945, Vannevar Bush político, inventor e cientista americano concebeu teoricamente a partir do artigo “As we may think⁵” um sistema que poderia recolher livros, documentos, registros, jornais e fotografias. O sistema foi concebido com o nome de “MEMEX” e disponibilizaria de maneira rápida e flexível as informações para os usuários. A ideia do projeto era fazer com que o conhecimento humano coletado até então estivesse totalmente disponível. O MEMEX nunca foi concebido, mas é interessante perceber que o texto produzido por Bush se assemelha ao funcionamento da *World Wide Web*.

Outra abordagem ocorrida nos primórdios da Ciência da Informação foi a abordagem dos soviéticos a partir dos estudos atribuídos principalmente a Alexander I. Mikhailov. Nesta perspectiva, havia um problema terminológico para designar a área, conhecida como “INFORMÁTICA” ou “INFORMATIKA”, em russo. Ademais, a área tinha por preocupação

⁵ O artigo “As we may think” de Vannevar Bush encontra-se disponível <http://www.ps.uni-saarland.de/~duchier/pub/vbush/vbush-all.shtml>. Acesso em 30 de julho de 2010.

apenas a geração, transferência, utilização e métodos para processamento da informação científica.

(...), deixaremos para os futuros historiadores da Informática estudar de maneira mais completa a evolução que o termo “ciência da informação” tem sofrido, e examinaremos apenas algumas das definições mais importantes e abrangentes, bem como interpretações do termo durante os últimos cinco anos. Visto que o termo anglo-americano “ciência da informação” pode levar alguém a interpretá-lo num amplo sentido, i.e., como uma ciência que trata de todos os tipos de informação, da informação em geral, achamos necessário enfatizar que a palavra “informação” aqui significa apenas informação científica (MIKHAILOV et al, 1980, p.72).

Contudo, o período que para alguns autores é reconhecido como o de fundação da Ciência da Informação foi a partir do ano de 1958 nos Estados Unidos com a International Conference on Scientific Information (SHERA; CLEVELAND, 1977). Esta conferência ficou marcada inclusive como a transformação da Documentação em Ciência da Informação (SILVA et al, 2000).

Depois da conferência sobre informação científica o termo Ciência da Informação passou a ser utilizado amplamente e o problema enfrentado pela área passou a ser a sua definição e âmbitos de atuação. Influenciado pelas mudanças ocorridas na área, em 1968, o American Documentation Institute passa a se chamar American Society for Information Science (ASIS).

No mesmo ano, Harold Borko publica um artigo intitulado “Information Science: what is it?”, o autor esboçou o que seria umas das primeiras definições da Ciência da Informação.

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação, e os meios de processamento de informação para usabilidade e acessibilidade otimizadas. Preocupa-se com esse corpo de conhecimentos relacionados com a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui investigar as representações de informação em ambos os sistemas naturais e artificiais, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens, e o estudo de dispositivos de processamento e técnicas de informação, tais como computadores e seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar tendo relações com áreas como matemática, lógica, linguística, psicologia, informática, tecnologia, pesquisa de operações, as artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e outras áreas afins. Possui um componente tanto de ciência pura, que investiga o assunto sem considerar suas aplicações, e um componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos (BORKO, 1968, p.1, tradução nossa).

Os componentes referenciados por Borko no tratamento da Informação traduzem um conceito caro à Ciência da Informação que é o de Recuperação da Informação. Surgem desta forma questões menos centradas nas tecnologias, mas na interação dos usuários, ou seja, a interação usuário e sistemas de recuperação de informação (SARACEVIC, 1991). Dessa maneira foram apresentadas dimensões humanas e sociais da Ciência da Informação.

Entretanto, para alguns autores a Ciência da Informação possui uma fragilidade intelectual que não permitiria que ela alcançasse um *status* de ciência.

Parece que ciência é ciência, todos sabem disto e, devido a este entendimento, ciência da informação nunca alcançou este status por causa da falta de um objeto e de um método únicos. Ciência da informação não tem um objeto único porque quase todos os objetos possíveis do mundo já foram apropriados por outras disciplinas e ninguém aceita “informação” como um objeto, porque ninguém realmente sabe o que ela é (se alguém sabe parece ser um tema de alguma disciplina já existente). Ela não pode desenvolver um método específico por causa da obscuridade do suposto tema (WERSIG, 1993)⁶.

Tem sido analisado assinalada a ausência, na área, de um corpo de fundamentos teóricos que possam delinear seu horizonte científico, e ainda se encontra em construção a epistemologia da ciência da informação ou a investigação dos conhecimentos que a permeiam. A falta de estudos nessa linha e, mesmo, a presença incipiente de teóricos, mantém a ciência da informação em um estado de fragilidade teórico-conceitual (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995).

Contudo, no ano de 2003, no V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, realizado na cidade de Belo Horizonte Rafael Capurro⁷ apresentou uma conferência cujo título foi “Epistemologia e Ciência da Informação”. Nesta conferência Capurro apresentou a Ciência da Informação a partir da perspectiva do conceito de paradigma científico baseado na obra “A estrutura das revoluções científicas” do físico e historiador da ciência, o americano Thomas Khun.

⁶ Tradução livre de Ana Pirolo e Nabor Alves Monteiro publicada no *site* especializado em Biblioteconomia Extralibris do artigo original de Gernot Wersig intitulado *Information Science: the study of postmodern knowledge usage*, publicado originalmente no periódico *Information Processing & Management* em 1993. Disponível em extralibris.org/revista/ciencia-da-informacao-gernot-wersig-information-science-the-study-of-postmodern-knowledge-usage/. Acesso em 25 de maio de 2011.

⁷ Rafael Capurro é uruguaio radicado na Alemanha. É doutor em Filosofia pela Universidade de Dusseldorf e pós-doutor em Filosofia prática pela Universidade de Stuttgart. Foi docente no Instituto de Filosofia da Universidade de Stuttgart e docente emérito em Ciência e Ética da Informação na mesma universidade. Disponível em http://www.capurro.de/home_port.html. Acesso em 3 de dezembro de 2010.

Além do conceito de paradigma, Capurro abordou conceitos que no seu entendimento permearam ou influenciaram o surgimento da Ciência da Informação. Estes conceitos são: hermenêutica, racionalismo crítico, semiótica, construtivismo, cibernética e teoria dos sistemas.

Em que pese as abordagens referentes aos conceitos e correntes de pensamento abordados por Capurro em sua conferência, os traços marcantes versaram sobre a cientificidade da Ciência da Informação e seu desenvolvimento no século XX a partir de três possíveis paradigmas:

- (i) paradigma físico
- (ii) paradigma cognitivo
- (iii) paradigma social

É recorrente na literatura da Ciência da Informação a pesquisa sobre sua cientificidade. Ao traçarmos, ainda que brevemente, o percurso histórico da Ciência da Informação, pode-se sugerir que é um campo de conhecimento relativamente recente. Definições quanto ao surgimento do campo, como ele se institucionaliza, qual é o objeto de estudo e métodos de aplicação ainda carecem de aprofundamento teórico.

2.2.2 No Brasil

O percurso da Ciência da Informação no Brasil está relacionado à questão da criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação em 1954, conhecido pela sigla IBBD, este instituto foi o resultado da articulação do recém-criado à época CNPq; da Fundação Getúlio Vargas; e, do DASP⁸, representado por Lydia de Queiroz Sambaquy, a quem é atribuído o pioneirismo da Ciência da Informação no Brasil. O IBBD tinha por finalidade servir como base de informações científicas para os pesquisadores no Brasil. Além disso, foi cogitada a criação de um Centro Nacional de Bibliografia. Outro aspecto referente ao IBBD foi a iniciativa em criar intercâmbios com instituições internacionais semelhantes.

⁸ De acordo com Santos (2008, p. 97): “O DASP foi criado pelo Decreto-Lei n.579 de 30 de junho de 1938, em cumprimento ao estabelecido no artigo 67 da Constituição de 1937, que instituiu o Estado Novo e previa a estruturação de um departamento administrativo diretamente subordinado ao presidente da República, com atribuição nas áreas de organização e métodos e execução orçamentária. Seus objetivos iniciais, entretanto, foram ampliados, de modo a abranger, também, a administração de pessoal e material”.

(...), a criação do IBBD em 1954, como órgão de produção e acumulação de informações bibliográficas, constituiu um suplemento de força para os bibliotecários. O contato com instituições internacionais, como a Federação Internacional de Documentação (FID) e a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA), por outro lado, oferecia um cenário já em vias de se globalizar, enriquecendo o domínio intelectual até ali representado exclusivamente pela biblioteconomia. A convivência com essas novas demandas traduziu-se na adesão da área ao discurso da “informação científica” e à sua progressiva elaboração em termos teóricos e pragmáticos (ODDONE, 2006, p. 46).

As práticas institucionais exercidas pelo IBBD se mostraram satisfatórias por dez anos. Foram criados inclusive cursos de “documentação científica”. Nesses cursos foram orientados vários bibliotecários e pessoas de outras áreas interessadas em Biblioteconomia e modernas técnicas de documentação. A extensão que estes cursos alcançaram, permitiram a criação de associações de profissionais, cursos de graduação na área de Biblioteconomia, e, mais tarde a criação da legislação da profissão, o que legitimou o campo no Brasil (ODDONE, 2006).

Contudo, após o período de estabilidade da área, começaram a surgir as primeiras tentativas de utilização de computadores para serviços de biblioteca e documentação, e o IBBD promoveu um seminário para analistas e bibliotecários para demonstrarem experiências e a importância de novos métodos automáticos aplicados à documentação. Para estes métodos foi dado o nome de “Informática”, o que causou um problema semântico (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995). Interessante mencionar que o livro “Ciência da Informação ou Informática”, organizado em por Hagar Espanha Gomes e publicado em 1980 traz esta abordagem: de um lado a visão anglo-saxônica que denominou o campo como Ciência da Informação; e do outro a visão dos documentalistas soviéticos e analistas franceses que havia denominado de Informática.

Na apresentação do livro organizado por Gomes, ela explica estes matizes:

O IBBD – logo percebeu essa confusão tanto que em 1970 cria o Mestrado em “Ciência da Informação” e, em 1972 uma revista com o mesmo nome, procurando na literatura norte-americana o respaldo para o novo termo adotado, abandonando, de uma vez por todas, o termo Informática, apesar dos primeiros projetos de pesquisa serem, todos eles, de desenvolvimento de “software” para alguns serviços do próprio Instituto. Sabia-se que este era o primeiro passo para se obter dados para desenvolvimento de outros projetos em que o item de informação era considerado uma das variáveis, independente de seu conteúdo semântico. Assim, o objeto dos estudos deslocava-se do desenvolvimento de software para o item de informação

propriamente dito, ficando o computador restrito a seu papel de importante tecnologia da informação (GOMES, 1980, p.8).

O mestrado era oferecido na Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi o primeiro do campo da Ciência da Informação na América Latina. O surgimento do mestrado estava relacionado a implantação do Sistema Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia, que não chegou a ser implantado. Em 1976, o IBBD teve seu nome alterado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e passou a ser subordinado ao CNPq, tendo o seu nome inalterado até hoje. Participaram professores estrangeiros convidados para estabelecerem o curso no Brasil. Em 1992 foi criado o doutorado nesta área, o que contribuiu para o fortalecimento institucional do campo (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995). Ao longo dos anos de 1990 e 2000 foi ampliado o número dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Atualmente há 11 programas de pós-graduação conforme o quadro 2, no tópico 1.4 deste capítulo.

2.3 BREVE HISTÓRICO DA ARQUIVOLOGIA

2.3.1 No Mundo

Os estudos sobre o uso dos arquivos enquanto fonte de evidências e administração que remontam aos povos antigos do 4º milênio A.C., como as obras de Armando Malheiro da Silva e outros⁹; e, Carol Couture e Jean Yves Rousseau. Contudo, foi após o período da Revolução Francesa é que se formou o arquivo enquanto instituição com a missão de guardar os documentos provenientes da administração em um depósito central. Assim, os *Archives Nationales* foram criados em 1789 na França após o decreto de 18 Brumário. Um outro elemento importante foi o decreto Messidor e seu artigo 37 dando ao cidadão o direito de acesso aos arquivos (SILVA et. al, 2002).

É importante demonstrar que a formação da arquivística com caráter institucionalizado como conhecemos está vinculado ao conceito de Estado Moderno, entendido em Bobbio (1998) como:

⁹ Silva et al. (2000) no 2º capítulo – Para uma epistemologia arquivística de sua obra “Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação”, fizeram um levantamento minucioso sobre as práticas arquivísticas desde o 4º milênio a. C. até os tempos contemporâneos.

(...) uma organização das relações sociais (poder) através de procedimentos técnicos preestabelecidos (instituições, administração), úteis para a prevenção e neutralização dos casos de conflito e para o alcance dos fins terrenos que as forças dominadoras na estrutura social reconhecem como próprias e impõem como gerais a todo o país.

Neste contexto, Jardim (1999b, p. 45) baseado em Bourdieu compreende os arquivos como a escrita do Estado, ou seja, os arquivos fazem parte da dimensão organizacional que constitui o Estado moderno. Desta maneira, para Jardim (1999b, p. 46),

Se os arquivos configuram uma escrita do Estado, a Arquivologia é um saber de Estado. Aquilo que tem sido legitimado internacionalmente como Arquivologia permite-nos abordá-la como um saber de Estado. Resultado do Estado europeu do século XIX, a literatura da área aponta-nos para uma Arquivologia com forte caráter de saber do e para o Estado. A Arquivologia, nesta perspectiva, pode ser interpretada, inclusive, como umas das narrativas do Estado europeu e norte-americano.

Para Franco e Bastos apud Fonseca (2005, p. 40) a formação dos Arquivos Nacionais está diretamente relacionado a formação do Estado moderno,

Historicamente, a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais (...). Compreendê-los é compreender a história da formação nacional e identificar os fluxos e dessintonias do Estado moderno (...). A legislação de arquivos é um ensaio microadministrativo da realidade político-constitucional de cada nação.

Jardim (1999b, p. 46-7) ainda aprofunda a dimensão da Arquivologia e sua relação com o Estado: “Historicamente, a Arquivologia tem sido produzida e reproduzida no aparelho de Estado, em especial nas instituições arquivísticas. Esta tendência se reflete ainda atualmente na formação dos profissionais da área, historicamente uma iniciativa dos arquivos públicos”. Isto posto pode nos remeter a ideia de uma concentração de produção de saber arquivístico ter ficado quase que restrito às instituições arquivísticas no Brasil até os anos 90.

Ainda sobre os arquivos e o seu desenvolvimento no modelo moderno de administração González de Gómez define o seguinte:

As vinculações políticas da informação e suas inscrições documentais e tecnológicas poderiam remeter-se, de fato, à própria constituição do modelo moderno de soberania, conforme o qual o Estado age como agente privilegiado de geração, recepção e agregação das informações, gerando um “duplo” representacional de seus domínios de intervenção territorial, social e simbólica. Tal seria a função e finalidade da estatística, da cartografia, das escritas oficiais formalizadoras, das bibliografias nacionais e de outros

instrumentos de representação documentais e arquivísticos (2002, p. 27, grifo da autora).

De acordo com Jardim e Fonseca (1995, p. 44) a forma de organização dos documentos se dava de uma forma que não era levado em conta a origem dos documentos. O Arquivo Nacional francês dividia os documentos em cinco seções metódico-cronológicas:

1. Seção legislativa – documentos das assembleias revolucionárias;
2. Seção administrativa – para papéis dos novos ministérios;
3. Seção dominial – para títulos de propriedade do Estado;
4. Seção judiciária – para papéis de tribunais;
5. Seção histórica – documentos selecionados com potenciais interesses históricos

Aliado à criação do Arquivo Nacional francês e a *École Nationale des Chartes* está a dimensão teórica-metodológica da disciplina com o “Princípio do Respeito aos Fundos”, criado pelo historiador Natalis de Wailly. De acordo com Duchein (1982_86, p. 16) este princípio “marca uma reviravolta na história da Arquivística”. Basicamente este princípio traz em seu bojo a seguinte propriedade:

(...) reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos. Documentos que apenas se refira a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família. . .

E mais:

Se, em algum lugar desse método fundamentado, por assim dizer, na natureza das coisas, se propõe uma ordenação teórica, os arquivos numa desordem difícil de remediar... Em qualquer outro tipo de classificação que não seja por fundos corre-se o grande risco de não se saber onde encontrar um documento (WAILLY apud DUCHEIN, 1982_86, p. 16).

O estabelecimento deste princípio mudou a sistematização de como era feito todo trabalho de organização arquivístico. Além disso, consagrou-se como paradigma da disciplina arquivística, embora tenha passado por recentes questionamentos quanto da sua aplicação; principalmente quando é relacionado aos documentos eletrônicos e a abordagem de uma Arquivística pós-custodial como veremos adiante.

Com o desenvolvimento do Positivismo com base no pensamento alemão de análise documental como método ao serviço de análise histórica, contribuíram para que os arquivos recebessem atenção, ainda que de forma instrumental. Neste contexto, surgiram instituições como a *École Nationale des Chartes* preconizava por uma formação erudita de arquivistas-paleógrafos, tendo como base de conhecimentos também a Paleografia¹⁰ e a Diplomática¹¹ (SILVA et al, 2000)

Assim, surgiu a concepção da Arquivologia enquanto disciplina auxiliar da História, isto por conta do interesse dos historiadores nos arquivos conforme Silva et al, (2000, p. 111): “Para além das necessidades administrativas, surgia agora o interesse cultural, em especial por parte dos historiadores, que progressivamente vão impondo a concretização efetiva do acesso público às fontes documentais, (...)”

O que caracteriza, entretanto a Arquivologia como disciplina, foi a publicação do manual “*Handleing voot het ordenen en beschrijven van archieven*”, de um trio de arquivistas holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin.

O fato que pode ser considerado um marco na evolução da Arquivística, por ter aberto uma nova era para a afirmação da disciplina, foi, sem dúvida, a publicação em 1898 do manual de Muller, Feith e Fruin, também correntemente conhecido como o <<manual dos arquivistas holandeses>>. Esta obra representa um grande avanço na teorização arquivística, pelo pensamento que lhe está subjacente e pelo caráter sistemático da sua apresentação. Aspectos que nos nossos dias são considerados essenciais, como o conceito de arquivo, a organização dos documentos, a descrição, os inventários, o uso de normas, etc., (...) (SILVA et al, 2000, p.115, grifo dos autores).

No século XX, no período pós II Guerra Mundial, houve um período que ficou conhecido como da “explosão documental”, devido a quantidade de documentos produzidos principalmente pela administração pública. Desta maneira, surgiram vieses concernentes ao tratamento dos documentos produzidos e como destiná-los ou armazená-los dada a quantidade exponencial de documentos. Sob este prisma, surgiu principalmente nos Estados Unidos e Canadá.

¹⁰ De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a Paleografia é a disciplina que estuda a escrita manuscrita antiga, suas formas e variações através do tempo.

¹¹ De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a Diplomática é a disciplina que tem como objeto o estudo da estrutura e da autenticidade dos documentos.

Problemas relacionados à economia de espaço, eficácia e rapidez para recuperação de informações contidas nos documentos favorecem ao surgimento do que ficou conhecido como *records management*, usualmente traduzido no Brasil para gestão de documentos. Nesta perspectiva, houve uma aproximação da Arquivologia à Administração; o que ampliou o âmbito de atuação da Arquivologia, ainda que de forma instrumental como era com a História.

A segunda metade do século XX assiste a uma revolução arquivística na qual esta se aproxima definitivamente da Administração, procurando alcançar a economia e a eficácia, a partir da intervenção nas seguintes etapas; **produção, utilização e conservação e destinação de documentos** (JARDIM; FONSECA, 1992, p. 45, grifos dos autores).

Todavia, esta nova abordagem dada aos arquivos trouxe uma cisão nas práticas da profissão, principalmente nos Estados Unidos e Canadá. Para fins práticos de organização foi desenvolvida a Teoria das Três Idades. Os documentos produzidos e com uso frequente eram ordenados como os arquivos correntes, e deveriam estar próximos aos gestores para as tomadas de decisão com base nesses documentos. Os documentos de uso pouco frequente e que devem ser armazenados para cumprirem em geral fins legais, jurídicos ou financeiros (podendo é claro ter outros usos dependendo da instituição que custodia os documentos) e que não precisariam estar próximos dos administradores e sim em um local intermediário aguardando avaliação, receberam o nome de arquivos intermediários. Os documentos que foram correntes passaram por uma avaliação nos arquivos intermediários e permaneceram compondo o fundo¹² da instituição. Estes documentos foram denominados de arquivos permanentes. Os arquivos permanentes cumpririam assim funções diferentes daquelas as quais foram criados. Portanto, a concepção anglo-saxônica demonstra de um lado os arquivistas ou *archivists* atuando nos arquivos permanentes e de outro, os gestores de documentos ou *records managers* atuando nos arquivos correntes e intermediários.

A partir de fins dos anos de 1980 do século XX para o início dos anos 90 surgiu a emergência de revisitação de três elementos que fundamentam a Arquivologia contemporânea: seu corpo teórico-conceitual; o modelo de instituição arquivística pública; e o perfil da comunidade profissional (JARDIM; FONSECA, 1992).

¹² De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o fundo é o conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo.

Baseando-se no pensamento de autores internacionais da Arquivologia como Theo Thomassen, Terry Cook, Hugh Taylor, entre outros, Fonseca (2005) reconhece que o campo está passando atualmente por duas reflexões – uma que identifica que a Arquivologia está passando por uma mudança de paradigma, e outra que a insere na episteme da pós-modernidade. Para Fonseca estas abordagens não são excludentes, mas se complementam. As principais reflexões estariam sobre o deslocamento de seu objeto arquivo para a informação arquivística, compreendida a partir de seus contextos de produção, e dos seus objetivos e métodos que iriam além da questão do acesso, mas visam o registro e manutenção da qualidade, ou seja, da clareza, da força e da resistência dos laços entre a informação e o processo administrativo que a gerou.

Neste sentido, Jardim (2000) no que toca os documentos eletrônicos analisa o seguinte:

A Arquivística estaria atualmente sob uma era de pós-custódia: sem excluir o foco tradicional do arquivista sobre o documento físico, a ênfase estaria deslocada para o contexto da produção da informação, suas inter-relações, seu produtor, independentemente do local físico onde tal ocorra. Esta etapa pós-custodial encontra relações com as novas formas de produção da informação arquivística, especialmente no que se refere aos chamados documentos eletrônicos e seus impactos.

A análise de Jardim corrobora com a ideia do deslocamento do objeto da Arquivologia. Tradicionalmente, o objeto de estudo da Arquivologia eram os documentos de arquivo. Recentemente, o objeto estaria se deslocando para a informação arquivística.

2.3.2 No Brasil

Em um trabalho minucioso sobre a institucionalização do campo arquivístico no Brasil, Santos¹³ (2008) aborda o que ele chamou de “Panorama Histórico da arquivística: dos anos 50 do século XX até os dias atuais”. O autor observa o desenvolvimento do serviço público promovido pelo ex-presidente Getúlio Vargas desde a década de 30 até a questão do desenvolvimento do campo arquivístico nos dias atuais ao qual o autor nomeou – baseado em Ana Maria Camargo – de “aprisionamento” à grande área das Ciências da Informação e

¹³ SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. 259f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

Documentação. Santos ainda realizou uma entrevista com os atores “(...) que foram personagens ativos na institucionalização da arquivística no país e ao mesmo tempo são especialistas reconhecidos, com larga experiência na implantação e gestão de sistemas de sistemas de arquivos e documentos (SANTOS, 2008, p. 25)”. Os profissionais entrevistados foram Helena Côrrea Machado, José Pedro Pinto Esposel, Marilena Leite Paes e Nilza Teixeira Soares.

Não cabe aqui aprofundarmos sobre o desenvolvimento do campo arquivístico no Brasil, mas é necessário reconhecer alguns marcos históricos que caracterizam o campo no cenário brasileiro.

O período anterior à década de 1970 ficou marcado pelas primeiras experiências de implantação de arquivos no Brasil, o pioneirismo da Fundação Getúlio Vargas no âmbito das empresas privadas; e a Divisão de Documentação do Estado da Guanabara no que concerne às instituições públicas. Além disso, houve programas de capacitação em cooperações internacionais entre o Brasil e alguns países da Europa e principalmente os Estados Unidos (SANTOS, 2008).

Houve ainda a atuação de José Honório Rodrigues, diretor do Arquivo Nacional entre os anos de 1958 a 1964. De forma visionária, José Honório Rodrigues empreendeu ações que foram importantes para o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, ou “gestão inovadora”, como propõe Santos (2008). Com base em Santos (2008) enumeramos as suas principais:

- Produziu o relatório “A situação do Arquivo Nacional”. O relatório era um diagnóstico detalhado demonstrando problemas referentes à organização, recursos técnicos, infraestrutura, quadro de pessoal e orçamento;
- Promoveu a vinda do francês Henri Boullier de Branche para assessoria e ministração de cursos, o que colaborou bastante na formação de diversos profissionais a partir da abordagem francesa para o tratamento de arquivos. Além disso, recomendou uma escola para formação de arquivistas;
- Propôs a criação de um curso permanente para a formação de arquivistas nos moldes da *École Nationale de Chartes*;
- Promoveu a vinda do vice-diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, Theodore Schellenberg, que estudou profundamente os problemas dos arquivos brasileiros. Ademais, Schellenberg recomendou a tradução de obras

fundamentais da bibliografia arquivística internacional e cedeu direitos de seus trabalhos;

- Propôs a criação de um Sistema Nacional de Arquivos¹⁴, que previa ainda a criação de uma Escola Nacional de Arquivos e um Fundo Nacional de Arquivos, para financiar o sistema.

Em que pesem a relevância atribuída às ações empreendidas por José Honório Rodrigues, Fonseca (2005) e Santos (2008) atribuem a década de 1970 como de fundamental importância para estabelecer alguns modelos que definem ainda as demandas arquivísticas nos dias atuais.

As conquistas da área foram lideradas pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, ou como ficou conhecida a AAB. Esta instituição, embora exista até hoje, não possui o a atuação de âmbito nacional como na década de 1970. Com base em Fonseca (2005), convém enumerar as algumas das ações que ainda hoje repercutem no cenário arquivístico brasileiro.

- Realização de Congressos Brasileiros de Arquivologia. Fonseca (2005) aponta que haviam sido realizados 13 congressos promovidos pela AAB. Em 2006 foi retomada a realização destes congressos com periodicidade de dois anos;
- O primeiro periódico brasileiro especializado na área, a revista Arquivo e Administração. Que teve periodicidade regular até 1986. A última revista havia sido publicada em 1999. A revista voltou a ter sua periodicidade regular a partir de 2004;
- A criação de cursos de Arquivologia em nível superior em 1972;

Em 1977, a então Federação das Escolas Isoladas do Rio de Janeiro (Fefierj), absorveu o Curso Permanente de Arquivo do Arquivo Nacional, que passou a designar-se Curso de Arquivologia. No mesmo ano, foi criado o Curso de Graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Aos dois veio a somar o Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, criado no ano seguinte (SANTOS, 2008, p. 132).

- A regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo.

¹⁴ Sobre a questão do Sistema Nacional de Arquivos no Brasil ver JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1995.

De acordo com Fonseca (2005) e Santos (2008) a década de 1980 foi marcada ainda que de forma conjuntural, pelo fortalecimento das instituições arquivísticas públicas, impulsionadas em partes por ações do Arquivo Nacional. Havia desta forma três ações que mobilizavam isto: a criação de um fórum de diretores de Arquivos Estaduais, o debate relacionado à criação de um projeto de lei para os arquivos e a pressão feita pelo Arquivo Nacional para a inserção na Assembleia Nacional Constituinte, referências à gestão de documentos em todos os níveis – federal, estadual e municipal.

A década de 1990 foi marcada pela criação da lei 8.159, comumente chamada de “lei de arquivos”. O debate para a criação desta lei se estendeu por toda década anterior (FONSECA, 2005). Observa-se ainda a desmobilização das instituições arquivísticas, por conta das políticas neoliberais. De acordo com Fonseca

Isso gerou um êxodo de quadros das instituições arquivísticas para a universidade e para outras instituições de informação. O esvaziamento das instituições arquivísticas acarreta certa perda de identidade da área, pois trata-se de um campo de conhecimento que visa atender às demandas da administração pública em diferentes períodos e em diferentes circunstâncias políticas. Em contrapartida, assiste-se à consolidação do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que hoje exerce um papel de liderança, embora mais na busca de soluções normativas do que na formulação e implementação de uma política nacional de arquivos (2005, p. 72).

Nessa circunstância, o campo arquivístico vem se consolidando no espaço acadêmico brasileiro.

Ainda na década de 1990, a Universidade consolidou-se como espaço político e acadêmico na conformação da área arquivística. Nesse período ampliou-se o número de cursos de graduação em arquivologia, o corpo docente desses cursos ganhou em qualificação e aumentou a contribuição de autores vinculados à Universidade na produção científica da área (SANTOS, 2008, p. 144).

2.4 INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA

No que tange à interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e Arquivologia, os primeiros estudos que tratam da questão foram iniciados a partir dos anos de 1990. No ano de

1992¹⁵, em um artigo intitulado “As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação”, Jardim e Fonseca (1995, p.48) abordam que ambas as disciplinas tratam da questão da informação, no entanto, na perspectiva dos autores a relação entre as disciplinas era pouco observada:

Apesar da Arquivística e da Ciência da Informação partilharem do mesmo domínio de estudos – a informação – os níveis de interação que apresentam são bastante precários. Ainda que a informação seja contemplada por ambas as disciplinas a partir das suas diferentes propriedades e especificidades quanto à produção, uso e disseminação, o território disponível para o intercâmbio teórico e prático mostra-se extremamente vasto.

O quadro atual parece favorecer tal interação à medida em que a Ciência da Informação vem buscando a construção da sua identidade disciplinar e a Arquivística inicia um processo de revisão em torno de seus objetos.

Neste mesmo artigo, os autores apontam que embora a informação enquanto objeto seja contemplado pelas duas disciplinas, no plano internacional não pode ser observado o relacionamento entre elas. Além disso, os autores afirmam que a literatura clássica da Ciência da Informação não contempla a informação arquivística. Por outro lado, a literatura arquivística também não menciona a Ciência da Informação (JARDIM; FONSECA, 1995, p. 47).

Em um estudo de bastante fôlego com intenção de demonstrar uma epistemologia do campo arquivístico, Silva et al. (2002, p. 214) publicaram o livro “Arquivística – Teoria e prática de uma ciência da informação”. Nesta obra, os autores entendem que a Arquivística¹⁶ não só possui relações com a Ciência da Informação, mas é uma Ciência da Informação.

A Arquivística é uma ciência de informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-) fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente.

Smit (2003) por seu turno considera que a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia são disciplinas que possuem um objetivo em comum, tornar informações

¹⁵ Este artigo foi originalmente publicado em 1992 nos Cadernos BAD em Portugal, publicado em 1995 no INFORMARE.

¹⁶ Em toda obra a disciplina é referenciada com este nome. No nosso entendimento Arquivística e Arquivologia são sinônimos.

acessíveis. Por isso estes campos seriam interfaces da Ciência da Informação. Smit (2003) ainda aborda que se observamos as práticas feitas em tempos remotos, as instituições recebiam tanto materiais arquivísticos como materiais bibliográficos. Com a invenção da imprensa, os materiais começaram a ser separados por conta das diferenças de tipologia. Ainda Smit (2003) interpreta que tanto a Biblioteconomia como a Arquivologia são modalidades pragmáticas da Ciência da Informação.

Nesta direção, Araújo (2011) expressou o seguinte:

Uma outra área do conhecimento, fortemente relacionada à CI [Ciência da Informação], é a Arquivologia. A Arquivologia sempre teve traço identitários com a Biblioteconomia. Ambas são igualmente antigas e ligadas ao surgimento dos suportes escritos do conhecimento humano. Ambas desenvolveram, ao longo dos séculos, técnicas e procedimentos para, num primeiro momento, conservar e guardar os documentos; depois organizá-los de maneira a serem recuperados e, em tempos mais recentes, para tornar acessíveis seus conteúdos. E, tal como a Biblioteconomia, também a Arquivologia não conseguiu desenvolver, ao longo dos anos, um corpo de conhecimentos propriamente científicos.

Na perspectiva de Araújo (2011), a Ciência da Informação, por seu caráter interdisciplinar “acomodaria” a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia (também inserida nesta perspectiva) e permitiria que estas áreas se desenvolvessem.

Sobre este aspecto, podemos destacar a conferência feita por José Maria Jardim na abertura do 3º Congresso Nacional de Arquivologia realizado em 2008 no Rio de Janeiro. Jardim expõe que o discurso sobre a relação interdisciplinar entre a Arquivologia e a Ciência da Informação é mencionado, porém, não é praticado. Além disso, Jardim afirma que a ideia de subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação ganha espaço, sobretudo no Brasil e que não procede internacionalmente (JARDIM, 2008, p. 37). Como pode ser observada, esta questão se repete e parece inalterada em quase 20 anos após o texto deste mesmo autor juntamente com Maria Odila Fonseca na página anterior.

Jardim (2008, p.38) ainda apresenta o que parecem ser equívocos no caso brasileiro:

Um equívoco é a perspectiva, pelo menos em algumas interpretações, de que a Arquivologia é uma modalidade pragmática ou universo de aplicação da Ciência da Informação. Essa perspectiva reduz a Arquivologia a um campo de aplicação da Ciência da Informação, passando ao largo dos dispositivos teóricos da área. Ainda que os dispositivos teóricos da Ciência da Informação possam e devam ser no universo empírico arquivístico, isso não equivale necessariamente a uma relação de subordinação da Arquivologia em relação à Ciência da Informação. Essa concepção vem ganhando espaço no Brasil, inclusive, de alguma forma, no campo arquivístico.

Um outro equívoco, é a ideia de que Arquivologia, junto com a Biblioteconomia e a Museologia, constituem-se na base da Ciência da Informação. Ao menos em relação à Arquivologia, basta analisar a história da área e também da Ciência da Informação para afirmar que essa afirmação é inconsistente.

Desta forma, Jardim (2008, p. 38) entende que a Arquivologia é uma área autônoma do conhecimento, contudo, isto não compromete a possibilidade de obter relações interdisciplinares:

(...) parece-me equivocada a perspectiva de que a autonomia da Arquivologia é incompatível com o imperativo da sua interdisciplinaridade. Autonomia e relações interdisciplinares não são categorias excludentes. Um campo de conhecimento pode manter relações interdisciplinares com diversas outras áreas sem que sua autonomia, como um campo, seja diluída. Autonomia não significa insulamento.

A fim de verificar o exposto acima sobre a especificidade brasileira quanto às relações da Ciência da Informação com a Arquivologia, foi pesquisado no *site* do *ASIS – American Society of Information Science* os números recentes do importante anuário *ARIST – Annual Review of Information Science and Technology*¹⁷. A proposta foi identificar títulos de trabalhos e possíveis temáticas arquivísticas.

Foram observados 129 (100%) títulos do ano de 2002 a 2010. Deste total, apenas 2 (1,55%) títulos tratam de questões pertinentes à Arquivologia, que são os seguintes: *The Preservation of Electronic Records* por Patricia Galloway e *Electronic Records Management* por Anne Gilliland-Swetland. Como pôde ser observado, ambos tratam da questão dos documentos eletrônicos.

Na apresentação feita por Jardim – comentada anteriormente – o autor informa que fez um levantamento de três anos (2006, 2007 e 2008) do ENANCIB com o objetivo de verificar se as relações interdisciplinares efetivamente acontecem. Dos 451 (100%) trabalhos levantados por Jardim, apenas 12 (4%) tratam de forma total ou parcial de questões relacionadas aos arquivos. O autor conclui este levantamento da seguinte forma: “Ao menos, quantitativamente, a interdisciplinaridade está longe de ser evidente, no caso específico” (JARDIM, 2008, p. 41).

¹⁷ Disponível em <http://www.asis.org/Publications/ARIST>. Acesso em 14 de janeiro de 2010.

Mariz (2004) observou as relações entre os dois campos a partir de uma abordagem sistêmica. Verificou que na Ciência da Informação, os Sistemas de Informação são bastante importantes enquanto campo de estudo. No que diz respeito à Arquivologia, a autora observa que não há um consenso sobre Sistemas de Arquivos, que poderiam ser entendidos como Sistemas de Recuperação de Informação, logo como Sistemas de Informação. Desta maneira, Mariz aponta que a abordagem sistêmica poderia ser um ponto de convergência entre as áreas. Mariz ainda incita para a possibilidade de instrumentalização da relação entre as duas áreas:

(...) parece-nos fundamental para a Arquivística, assim como para várias outras áreas do conhecimento, buscar nos estudos e reflexões oriundos da Ciência da Informação insumos para o aprimoramento de suas atividades teóricas e práticas. Mais do que constatar relações, seria preciso criá-las. Tais relações enriqueceriam ambas as áreas abrindo novos horizontes para as abordagens à informação em seus aspectos de produção, gestão e difusão (MARIZ, 2004, p.34).

Em dissertação sobre a informação arquivística produzida por Eliezer Pires da Silva¹⁸, podemos observar uma possibilidade de diálogo entre Arquivologia e a Ciência da Informação. Nesta pesquisa, o autor propõe uma perspectiva informacional concernente aos arquivos. Nesta perspectiva, o objeto da Arquivologia seria a informação arquivística. Assim, ao considerarmos a informação enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação, podemos entender que potencialmente a informação arquivística poderá ser inserida como tema de interesse para pesquisa desta área.

No entanto, Silva na conclusão de seu trabalho, compreende a noção de informação arquivística da seguinte forma: “A dimensão de inovação no emprego da expressão *informação arquivística* ainda não está clara” (SILVA, 2009, p. 116, grifos do autor). E mais: “Pode-se também inferir que os argumentos sobre as mudanças na Arquivologia hoje não apresentaram uma articulação capaz de embasar um conceito de informação arquivística” (SILVA, 2009, p. 116).

Nesta proposição, a interdisciplinaridade entre as duas áreas estaria condicionada à produção de conhecimento arquivístico nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Sendo assim, a noção de informação arquivística aproximaria a Arquivologia da Ciência da Informação de forma muito mais conjuntural do que epistemológica.

¹⁸ SILVA, Eliezer Pires da. **A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no Brasil (1996-2006)**. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

Com a finalidade de compreendermos as relações entre os dois campos no caso brasileiro foram pesquisados os componentes curriculares que compõem os programas de pós-graduação no que diz respeito à Ciência da Informação. Este mapeamento foi realizado nos *sites* dos programas e pretendeu identificar se há algum nível de interação e/ou inserção através das disciplinas ministradas nos programas de formação de pessoal no ambiente acadêmico.

Quadro 2 Distribuição dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil¹⁹

PROGRAMA	REGIÃO	IES	UF	CRIAÇÃO
Ciência da Informação	NORDESTE	UFBA	BA	2000
Ciência da Informação	NORDESTE	UFPB	PB	2007
Ciência da Informação	NORDESTE	UFPE	PE	2009
Ciência da Informação	SUDESTE	UFF	RJ	2009
Ciência da Informação	SUL	UFSC	SC	2000
Ciência da Informação	SUDESTE	USP	SP	2006
Ciência da Informação	SUDESTE	UNESP/MAR	SP	2005
Ciência da Informação	SUDESTE	UFRJ/IBICT	RJ	2009
Ciência da Informação	CENTRO-OESTE	UNB	DF	1992
Ciências da Informação	SUDESTE	UFMG	MG	1997
Gestão da Informação	SUL	UEL	PR	2008

Fonte: Elaboração própria com base em **Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos - CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**

As disciplinas encontradas nos *sites* dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação que possuem elementos do campo arquivístico ou expressam a inserção do conhecimento arquivístico nestes programas são os seguintes:

¹⁹ Disponível em

<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=60700009&descricaoArea=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+&descricaoAreaConhecimento=CI%20CAN CIA+DA+INFORMA%C7%20&descricaoAreaAvaliacao=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+I>

Acesso em 10 de janeiro de 2011.

Quadro 3 Disciplinas que tratam de temáticas arquivísticas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação

PROGRAMAS	DISCIPLINAS
UEL ²⁰	Gestão de Documentos
UFF ²¹	Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação: fronteiras e diálogos
UFMG ²²	Arquivos Permanentes
	Gestão de Documentos
	Políticas Arquivísticas

Fonte: Elaboração própria com base nos sites dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação da UEL, UFF e UFMG respectivamente.

O programa da UEL é de mestrado profissional, e como observado no quadro 2 tem ênfase na Gestão da Informação. Assim, há elementos da Gestão de Documentos que podem favorecer aos mestrandos sobre o entendimento da Gestão da Informação nas instituições. No caso da UFF, uma possível interpretação do oferecimento da disciplina é o fato das graduações em Arquivologia e Biblioteconomia estarem subordinadas ao departamento de Ciência da Informação. É interessante observar que tanto a Biblioteconomia como Arquivologia são percebidas como campos distintos na proposta deste programa. Por fim, no programa da UFMG constata-se o maior número de disciplinas relacionadas ao campo arquivístico. Como pode ser observado no quadro 2, a denominação do programa para a Capes²³ é Ciências da Informação, mas no *site* do programa da UFMG²⁴ é nomeado como Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

²⁰ Disponível <http://www.uel.br/pos/mestradoinformacao/>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

²¹ Disponível <http://www.uff.br/cienciainformacao/>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

²² Disponível em <http://ppgci.eci.ufmg.br/>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

²³ Disponível em <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=60700009&descricaoArea=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+&descricaoAreaConhecimento=CI%20CAN CIA+DA+INFORMA%C3%93&descricaoAreaAvaliacao=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+I>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

²⁴ Disponível <http://ppgci.eci.ufmg.br/>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

Parece-nos necessária a pesquisa sobre a inserção de disciplinas relacionadas à Ciência da Informação nos cursos de graduação em Arquivologia bem como uma verticalização sobre as disciplinas relacionadas à Arquivologia na pós-graduação em Ciência da Informação. Seria necessário observar qual é a abordagem na aplicação destas disciplinas e qual contribuição interdisciplinar se origina delas, algo que transcende os limites desta pesquisa.

Para compreensão de algumas características relacionadas ao relacionamento entre os campos da Ciência da Informação e da Arquivologia, foram apresentadas percursos históricos de ambos os campos; a relação interdisciplinar entre eles; e, possíveis indicadores de relacionamento a partir das disciplinas ministradas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. O próximo capítulo apresenta a importância da comunicação científica, um dos marcos teóricos desta pesquisa, para os campos científicos e especificamente para o campo da Arquivologia.

3 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Se vi mais longe do que outros, foi por estar sobre os ombros de gigantes.
Isaac Newton

O processo que envolve a construção, comunicação e uso da informação científica é a comunicação científica. A comunicação científica consiste em um processo de interação social entre atores de uma determinada comunidade científica. Estes atores desenvolvem pesquisas em busca do desenvolvimento do campo de conhecimento científico dos quais estão circunscritos. Uma maneira de verificar o desenvolvimento de um campo científico é a produção de literatura científica.

A literatura científica permite apresentar as primeiras experiências ou resultados da pesquisa que está sendo desenvolvida. Além disso, é possível receber as críticas e sugestões de outros membros da comunidade científica.

Desta forma, o presente capítulo pretende demonstrar a comunicação científica e sua importância para os campos do conhecimento científico. Outra dimensão a ser observada é a comunicação científica no campo da Arquivologia.

3.1 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Conforme exposto no primeiro capítulo desta pesquisa, havia uma preocupação no período pós II Guerra Mundial principalmente nos Estados Unidos e União Soviética por parte dos atores da Ciência da Informação – governos, centros de pesquisa, universidades – em organizar e tratar a informação e os fluxos de informação devido ao grande volume de informação científica produzida e acumulada. Assim, pode-se apontar que este desafio talvez tenha sido o motivo preponderante para a formação inicial deste campo e que a comunicação científica esteja diretamente ligada às origens fundadoras da Ciência da Informação.

Apesar disto, na Europa ocidental do século XVII, após o período do Renascimento, os cientistas trocavam informações através de cartas e esporadicamente eram publicados livros sobre a ciência. Todavia, com o surgimento da impressão, as reuniões organizadas em

Londres por pequenos grupos²⁵ para discutirem Filosofia e temas relacionados à Política e a Teologia, houve a necessidade de divulgar rapidamente as novas descobertas científicas. Com isto houve a criação do primeiro periódico científico na Europa, o *Philosophical Transactions*. Assim, pode-se considerar que este foi o movimento precursor da comunicação científica. Além do *Philosophical Transactions* em Londres, houve a criação em Paris do *Journal de Sçavans*. As razões para publicação destes primeiros periódicos eram a perspectiva de obtenção de lucro por parte das editoras com a ideia de que novas descobertas estavam intrinsecamente relacionadas ao debate coletivo. Mas, o motivo principal relacionava-se a necessidade de comunicação de forma que atendesse um público cada vez mais interessado em novas realizações científicas (MEADOWS, 1999).

As pesquisas realizadas pelos atores de uma área do conhecimento só poderão atingir a legitimidade a partir da aceitação dos pares, ou seja, da comunidade científica (MEADOWS, 1999, p. vii). Nesta mesma direção, Targino (2000, p. 10) aponta que: “A comunicação científica é indispensável à atividade científica, pois permite somar os esforços individuais dos membros das comunidades científicas”. Quanto à questão da importância da comunicação na ciência, Meadows (1999, p. vii) abre o prefácio de seu livro “A Comunicação Científica” com a seguinte afirmação: “A comunicação situa-se no próprio coração da ciência”. Neste sentido, compreende-se que a pesquisa científica pressupõe sua comunicação.

Sobre este aspecto, cada área do conhecimento possui uma comunidade de cientistas que pesquisam motivados pela necessidade de novas descobertas e a possibilidade do progresso da humanidade a partir destas. Meadows (1999, p.101), à noção de comunidade científica expôs:

(...) cada área temática contém um grupo relativamente pequeno de pessoas que dominam suas áreas preferidas. Elas são bastante visíveis não só para quem pertença à mesma especialidade, mas também para pessoas de fora. Essa imagem condiz com a maneira como a maioria dos próprios pesquisadores vê seus pares.

Desta mesma forma, Ziman ponderou (1976, p.116): “Uma das importantes conclusões sobre a natureza da Ciência é que a literatura sobre um determinado assunto é tão importante quanto o trabalho de pesquisa a que ele dá origem”.

²⁵ Estes pequenos grupos formaram a Royal Society, receberam este nome porque eram financiados pelo rei Carlos II na Inglaterra.

Devido ao aumento exponencial da quantidade de pesquisas desenvolvidas - principalmente a partir do século XX – torna-se importante apontar que a publicação de pesquisas científicas só será possível depois da avaliação feita pelos pares – *referees*²⁶, ou seja, os trabalhos devem passar pela avaliação da comunidade de cientistas. Sobre este aspecto, Meadows (1999, p. 12) afirma: “Assim como cresceu a comunidade científica também cresceu a necessidade de garantir que somente se publique material aceitável. Também há diferenças de atitude tanto em relação a reivindicações de prioridade quanto a controle de qualidade dependendo da disciplina”.

O processo de comunicação científica é inerente ao fazer científico. Ademais, o conhecimento publicado poderá repercutir no âmbito de uma determinada comunidade científica como parte do processo de renovação do conhecimento na área da qual o autor faz parte, podendo estabelecer novas pesquisas motivadas pela crítica exercida sobre determinado trabalho. Nesta proposição, o movimento por descobertas científicas é dinâmico e depende das publicações.

Além disso, a comunicação científica incorpora atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia para pesquisar até que a informação seja aceita como constituinte do estoque universal de conhecimentos (Garvey *apud* Targino 2000, p. 10). Neste contexto, a comunicação científica segundo Menzel *apud* Targino (2000, p.10) sistematiza sete funções, a saber:

- a) fornecer respostas a perguntas específicas;
- b) concorrer para a atualização profissional do cientista no campo específico de sua atuação;
- c) estimular a descoberta e a compreensão de novos campos de interesse;
- d) divulgar as tendências de áreas emergentes, fornecendo aos cientistas idéia da relevância de seu trabalho;
- e) testar a confiabilidade de novos conhecimentos, diante da possibilidade de testemunhos e verificações;
- f) redirecionar ou ampliar o rol de interesse dos cientistas;
- g) fornecer *feedback* para aperfeiçoamento da produção do pesquisador.

Há de se considerar os meios pelos quais as comunidades científicas difundem o conhecimento produzido. Isto se dá através dos canais formais e informais. A maneira

²⁶ No caso de tradução literal do termo o mesmo será entendido como árbitro e pode ser usado para definir o “juíz” em jogos esportivos. Podemos entender o termo em português como “avaliador”.

preferencial de comunicação de uma determinada área do conhecimento dependerá das características de cada comunidade científica. Targino (2000) descreve que os meios de comunicação formais e informais não são excludentes, mas complementam-se na medida em que cada cientista se propõe a comunicar e divulgar suas pesquisas.

Para entendimento da questão referente às diferenças entre os canais de comunicação formais ou informais, podemos tomar como exemplo a distinção feita por Mueller (2000, p. 22 e 23):

A comunicação informal utiliza os chamados canais informais e inclui normalmente comunicações de caráter mais pessoal ou que se referem à pesquisa ainda não concluída, como comunicação de pesquisa em andamento, certos trabalhos de congressos e outras com características semelhantes. A comunicação formal se utiliza de canais formais, como são geralmente chamadas as publicações com divulgação mais ampla, como periódicos e livros. Dentre esses últimos, o mais importante, para a ciência, são os artigos publicados em periódicos científicos.

Targino (2000, p.19) apresenta uma distinção básica entre os canais formais e informais da comunicação científica:

Quadro 4 Distinções básicas entre os canais formais e informais de comunicação

CANAIS FORMAIS	CANAIS INFORMAIS
Público potencialmente grande	Público restrito
Informação armazenada e recuperável	Informação não armazenada e não recuperável
Informação relativamente antiga	Informação recente
Direção do fluxo selecionada pelo usuário	Direção do fluxo selecionada pelo produtor
Redundância moderada	Redundância, às vezes, significativa
Avaliação prévia	Sem avaliação prévia
<i>Feedback</i> irrisório para o autor	<i>Feedback</i> significativo para o autor

Fonte: Elaboração própria com base em Targino (2000)

A importância atribuída aos periódicos por Mueller (2000) também foi atribuída por Ziman (1979, p. 118): “A vantagem de uma publicação regular é que ela proporciona uma divulgação rápida e garantida dos resultados de um grande número de pesquisas que, se tomadas separadamente, não teriam grande significação, (...)”. E ainda: “Há de fato, ocasiões em que as descobertas científicas muito importantes exigem uma rápida divulgação (...)”. Neste aspecto, o periódico, além de sua função principal de comunicação entre os pares da comunidade científica na busca de informações e de seu reconhecimento e prestígio, também atua como registro público da informação, relacionado à prioridade e à propriedade das descobertas científicas.

Herschman (1970, p. 3) define três funções do periódico científico em todo o mundo:

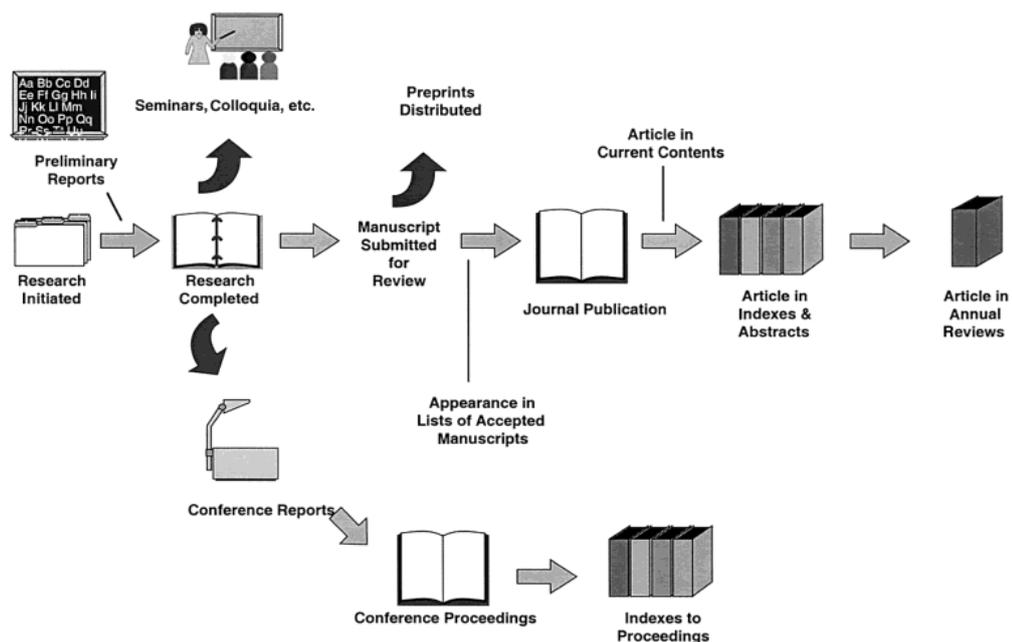
- (i) registro de informações
- (ii) disseminação da informação
- (iii) atribuição de prestígio

Mueller (1999) destaca quatro funções atribuídas aos periódicos científicos: “estabelecimento da ciência” ‘certificada’, ou seja, do conhecimento que recebeu o aval da comunidade científica; canal de comunicação entre os cientistas e de divulgação mais ampla da ciência; arquivo ou memória científica; e registro da autoria da descoberta científica.

O periódico científico para Merton apud Miranda e Pereira (1996, p. 317), é “um registro que cumpre ainda importante função de estabelecimento de prioridade da descoberta científica – fator importante na motivação do cientista”. Desta maneira, o periódico como vimos anteriormente, é atualmente o instrumento mais importante de veiculação da ciência.

Garvey e Griffith apud Hurd apresentaram um esquema demonstrando a cadeia de produção de um artigo desde sua concepção de investigação pelo(s) pesquisador(es) até o uso deste artigo ao ser citado por outros pesquisadores. Este sistema ficou mundialmente reconhecido pelos profissionais da comunicação científica.

Figura 3 Modelo de Garvey e Griffith adaptado por Hurd



No que toca alguns canais informais, há um assunto que merece destaque: a formação dos chamados “colégios invisíveis”. Os colégios invisíveis são formados por especialistas de um determinado assunto científico que atuam em um fluxo restrito de comunicação e de maneira informal. Os participantes de colégios invisíveis trocam informações, distribuem seus trabalhos entre eles antes de publicarem e aprovam informalmente esses trabalhos. Desta maneira, as conferências por ter interação entre os participantes são meios privilegiados para a comunicação dos colégios invisíveis.

Ziman pondera a participação dos colégios invisíveis:

Longe de representar a soma de pesquisas individuais e independentes e uma permanente compilação de inumeráveis fatos, observações e teorias sem ligação uns com ou outros, o conhecimento científico é o produto social conjunto dos membros desses “Colégios invisíveis”, que se relacionam através das citações com que distinguem uns aos outros, ainda que raramente se encontrem frente a frente (1976, p.75).

Destacam-se ainda os intervalos dos eventos para *coffee breaks*, pois os trabalhos geralmente já são conhecidos por parte dos pesquisadores atuantes de uma comunidade científica, e esse espaço pode servir para a cooperação de novas ideias para pesquisa. Ademais, não há em um colégio invisível uma estrutura formal e hierárquica (ZIMAN, 1976).

Entretanto, as diferenças entre canais formais e informais têm passado por profundas redefinições por conta dos meios tecnológicos para difundir as pesquisas.

Periódicos eletrônicos, correio eletrônico, acesso à internet, vídeo conferências e até mesmo *blogs* e *podcasts*, entre tantas outras iniciativas, modificaram profundamente a comunicação científica, não apenas as publicações, mas também maneiras em que se realizam interações pessoais e o processo de produção das revistas científicas. A facilidade de acesso à Internet modificou o papel das bibliotecas, ampliando as fontes disponíveis para consulta (MUELLER, 2007, p. 137, grifos da autora).

(...), a distinção entre canais formais e informais de comunicação não se ajusta bem ao emprego de computadores e redes. A diferença entre uma carta manuscrita e uma revista impressa é muito clara; a distinção entre uma mensagem de correio eletrônico e um artigo numa revista eletrônica não é clara. Ambos podem ser enviados a um público de qualquer tamanho, desde uma pessoa até inúmeras; ambos são divulgados pelos mesmos canais e podem ser acessados por leitores por meio das mesmas telas de computador (MEADOWS, 1999, p. 38).

As tecnologias de informação vêm impactando as formas como os fluxos da informação científica funcionam. Hoje, há uma multiplicidade de redes e sistemas de

informação pelas quais a informação e o conhecimento criados pelas disciplinas científicas trafegam. Isto está causando reflexões sobre os fundamentos da comunicação científica.

A modificação que a tecnologia trouxe à comunicação científica é enorme (...). A diminuição significativa do período entre a elaboração de manuscritos e a impressão e divulgação das revistas é outro efeito importante da tecnologia na comunicação científica. A tecnologia causou também modificação nos hábitos de trabalho dos professores e alunos nas universidades: materiais antes exclusivamente disponíveis nas bibliotecas podem ser lidos, hoje, em versão digital em casa ou outro lugar qualquer. Essa facilidade ampliou o volume de informações disponíveis aos pesquisadores e estudiosos, (...). A tecnologia facilitou o contato entre pesquisadores distantes, ao mesmo tempo em que, talvez tenha propiciado o distanciamento entre pesquisadores de um mesmo departamento, especialmente nas Ciências Sociais. Isso às vezes acontece porque o pesquisador já não precisa ir tanto à universidade pois pode trabalhar em casa. E, ainda, pode escolher colaboradores geograficamente distantes (MUELLER, 2007, p. 139).

Por conseguinte, observamos que o uso das tecnologias como e-mails, bases de dados, redes sociais podem inclusive alterar os meios de distribuição de informação entre os membros dos chamados colégios invisíveis de forma mais rápida, o que tem como consequência uma comunicação mais rápida das pesquisas.

Aliado à abordagem da comunicação científica, a produção de conhecimento no âmbito das ciências sociais e sua relevância para as áreas do saber foram essenciais como referência no que concerne a esta pesquisa. Jardim (1999, p. 99), ao abordar a importância da produção de conhecimento, afirma:

O conhecimento publicado constitui um dos elementos de análise da produtividade científica. Entre os indicadores mais utilizados na medida da produção científica, estão o número e diversidade de publicações de um país, região, universidade, unidade acadêmica, grupo de pesquisa ou cientista individual.

Lara (2006, p. 407-8) define produção científica da seguinte forma: “Medida do volume de livros, artigos de periódicos e outras modalidades de publicações impressas, digitais ou eletrônicas, contendo os resultados da pesquisa científica de autores, instituições, regiões, países ou áreas temáticas”.

Pode-se considerar que a produção de conhecimento no entorno de uma disciplina acadêmica é formada por métodos de avaliação qualitativos e quantitativos. A análise da produção de conhecimento pode indicar o grau de amadurecimento em que uma disciplina acadêmica atingiu. Sobre isto, Castro apud Jardim afirma:

Produzir pesquisa é uma coisa, publicar é outra. Não obstante, qual o significado de uma atividade científica que mais adiante não é escrita e comunicada?... A ideia de avaliar produção científica pela contagem de publicações é algo que ainda encontra fortes resistências na comunidade acadêmica. Todavia, há ampla evidência mostrando a elevada associação estatística entre contagem de publicações e outras maneiras de se avaliar a excelência de um grupo ou de sua ciência. Mas ainda, mesmo em nível individual, há uma elevada correlação entre qualidade e quantidade de publicações (1999, p. 99).

Rosseau e Couture (1998, p. 255, grifo nosso) por seu turno, no que diz respeito às pesquisas nas áreas do conhecimento, afirmam:

Pode ajuizar-se da maturidade de uma área de conhecimento pelo estado de desenvolvimento dos seus programas de formação e das suas **atividades de investigação**. Para assegurar a existência, a manutenção e o desenvolvimento de uma disciplina – seja ela qual for –, é preciso, guardando as distâncias relativamente ao quotidiano, sem contudo dele nos separarmos, regressar aos princípios, às noções de base e aos métodos aplicados pela prática, com vista a defini-los novamente, a testá-los, a pô-los em causa, a descrevê-los e a difundi-los, tudo isso com o objectivo de facilitar uma uniformidade na aplicação. Não são esses, precisamente, os principais objectivos de qualquer esforço de formação e de investigação?

Como pôde ser observado, a comunicação científica bem como a mensuração da produção de conhecimento oferecido são de fundamentais importância para acompanhar o *status* de desenvolvimento dos campos científicos. A ciência enquanto instrumento de busca da verdade pressupõe que o resultado das pesquisas sejam comunicados não só àqueles que fazem parte da comunidade no qual o cientista faz parte, mas para a toda sociedade. Importa-nos, desta forma, verificar a questão da comunicação científica praticada e produzida na Arquivologia, no caso brasileiro.

3.2 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA ARQUIVOLOGIA

Considerando a comunicação científica e seus aspectos para certificação das áreas disciplinares como áreas do conhecimento, surgem alguns questionamentos: Há algum tipo de organização do conhecimento (bases de dados e bibliografias) arquivístico produzido no cenário brasileiro? Identifica-se uma comunidade científica na Arquivologia brasileira? Que propostas de novas abordagens da área podem ser atribuídas aos atores do campo arquivístico brasileiro? Quais são os canais preferenciais de comunicação científica da Arquivologia brasileira?

Jardim (1999a) identificou que novas dimensões estão emergindo no campo arquivístico. O autor buscou estas dimensões a partir das sucessões de mudanças quanto à produção de conhecimento. Deste modo, foram mapeados os artigos de 14 periódicos brasileiros entre os anos de 1990 e 1995. O motivo pelo qual foram escolhidos os artigos de periódicos foi apresentado pelo autor: “Dada a importância deste tipo de comunicação científica, estima-se que o quadro configurado, embora não exaustivo, represente uma amostra significativa do que tem sido produzido e divulgado em Arquivologia no Brasil dos últimos anos” (JARDIM, 1999a, p. 99-100).

Entre outros resultados da pesquisa verificada por Jardim, destacamos os seguintes:

- A inexistência de um periódico dedicado exclusivamente à Arquivologia no Brasil²⁷;
- A média anual de publicação de artigos, comunicações e relatos de experiências de autores nacionais era extremamente baixa;
- A maioria dos títulos publicados procede de organizações arquivísticas ou arquivos públicos;
- Dificuldade dos cursos de Arquivologia no Brasil formarem profissionais capazes de produzirem conhecimento arquivístico.

Analisando dos resultados da pesquisa, Jardim (1999, p.104) teceu a seguinte consideração:

A Arquivologia só alcançará a condição de uma disciplina científica se forem realizados investimentos na pesquisa como estratégia de produção de conhecimento, base essencial para uma formação profissional e uma gestão da informação em altos níveis. Como tal, reconhecemos sob que paradigmas e parâmetros conceituais atuamos é algo inerente ao fazer arquivístico.

Parte destes questionamentos entre outros interrelacionados a estes foram objeto de estudo nas pesquisas realizadas por Maria Odila Fonseca.

Fonseca (2005) observa que uma nova pauta de reflexões contribuem recentemente para uma redefinição da Arquivologia como campo do saber autônomo. Todavia, Fonseca expõe que somente esta pauta renovadora não é suficiente para fortalecer a Arquivologia como campo autônomo e independente.

²⁷ À época da realização da pesquisa de Jardim, o periódico da Associação dos Arquivistas Brasileiros estava interrompido. O periódico voltou a ser publicado a partir de 2004 e desde então não houve interrupções.

Esta renovação no campo arquivístico está relacionada às significativas mudanças na produção de conhecimento do campo, principalmente no que diz respeito ao seu *locus* de produção que era quase exclusivamente das instituições arquivísticas. Nesta direção, ampliaram-se os debates neste campo bem como surgiram novas abordagens e revisões de seus objetivos enquanto disciplina.

Sobre esta perspectiva, Jardim (2009, p. 50) afirma: “A produção de conhecimento arquivístico não está mais, especialmente a partir dos anos 90, restrita às instituições arquivísticas”.

Em conferência²⁸ realizada no XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2006, Fonseca abordou que há uma fragilidade quanto aos mecanismos de comunicação científica da área. Ela identifica quatro lacunas existentes no campo arquivístico que demonstram esta fragilidade. Tentamos a seguir sintetizar as considerações de Fonseca sobre o cenário internacional:

1. A comunidade arquivística não possui características de comunidade científica – não há associações de pesquisa e ainda predomina um corporativismo regionalizado, ou seja, as organizações mais importantes são as associações de profissionais;
2. Os periódicos da área são os publicados por associações de arquivistas, além disso, não há periódicos de citação de resumos e de artigos de revisão²⁹. Desta maneira, identifica-se que os periódicos não têm sido objeto de estudo e canal preferencial de produção da área;

²⁸ Esta conferência posteriormente foi publicada na revista *Arquivo & Administração*, publicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 2008.

²⁹ De acordo com Dias, O artigo de revisão é um instrumento formal de comunicação científica cujo objetivo é apresentar a opinião crítica especializada de seu autor, a respeito dos trabalhos e atividades de pesquisas desenvolvidas na área por ele enfocada, comparando pontos de vistas convergentes e divergentes, e levando o leitor a outras publicações sobre o assunto. Com isso, o leitor identifica a importância e a credibilidade de cada trabalho analisado na revisão e consegue ter uma visão geral do estágio atual das pesquisas naquela área do conhecimento. Disponível em <http://www.reocities.com/claudiaad/comunica.pdf>.

3. Uso limitado ou pouco uso da *web* como instrumento de comunicação e divulgação. Além disso, não há listas acadêmicas de discussão, bibliotecas virtuais e bibliografias atualizadas;
4. Ausência da Arquivologia como campo indexado em grandes bases de dados bibliográficos como *ISI Web of Science*, *Science Citation Index Expanded*, *Social Sciences Citation Index Expanded*, *Arts and Humanities Citation Index*.

Diante do exposto, podemos perceber que a comunicação científica possui aspectos que podem ser incorporados às análises de produção de conhecimento no campo arquivístico. Isto favoreceria o campo arquivístico e seus atores na medida em que pudesse ser verificado o que se desenvolveu, o que está se desenvolvendo e o que deve ser desenvolvido para consolidação do campo.

O capítulo seguinte tratará especificamente de um canal da comunicação científica, o livro.

4 O LIVRO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

O que são palavras postas em um livro? O que são esses símbolos mortos? Nada absolutamente. O que é um livro se não o abrimos? É simplesmente um cubo de papel e couro, com folhas; mas se o lemos acontece algo estranho. Creio que muda cada vez. Heráclito disse que ninguém se banha duas vezes no mesmo rio porque as águas mudam, mas o mais terrível é que nós não somos mais fluídos que o rio. Cada vez que lemos um livro, o livro mudou, a conotação das palavras é outra.

Jorge Luís Borges

Entre os recursos e produtos da comunicação científica, o livro exerce um papel de destaque enquanto canal de difusão de conhecimento. Desta forma, foi necessário encontrar algumas definições para o livro e apontar sua importância para a comunicação científica, especialmente no que diz respeito à Arquivologia. Nos critérios que foram observados nesta pesquisa, o livro é entendido como um instrumento de difusão do conhecimento possibilitando o aperfeiçoamento individual e social para atividades técnicas e compreensão de conhecimento científico no que diz respeito aos campos de conhecimento científicos, neste caso o campo arquivístico. Outro aspecto importante concernente a esta pesquisa é a verificação do livro a partir de uma perspectiva histórica, ainda que de forma breve.

4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA HISTÓRIA DO LIVRO

A História do Livro se tornou tão importante e reconhecida para compreensão da sociedade, seus meios de comunicação de conhecimento e como a palavra impressa afetou a humanidade desde a invenção da tipografia, que para alguns estudiosos ela é uma nova disciplina. Sob este prisma, alguns historiadores do livro buscam compreender a história da escrita e a necessidade de registros humanos a partir da escrita antiga feita em pedra, papiro e pergaminhos. Contudo, com a criação dos tipos móveis no século XV atribuídos ao alemão Johann Gutenberg, definitivamente para muitos pesquisadores a História do Livro começou a partir deste período.

Todavia, Hart (2001) expõe que Gutenberg não foi o inventor da prensa tipográfica, na China já se utilizava a impressão por blocos de madeira, que era uma forma mais lenta de produção. O processo de impressão na Europa Ocidental começou após o ensinamento dos mercadores árabes aos europeus, o que foi aperfeiçoado por Gutenberg.

A invenção de Gutenberg permitia uma grande produção de livros em massa, pois ele reuniu todas as formas de impressão existentes até então em uma única técnica, além disso, ao invés de usar madeira Gutenberg utilizava uma liga de metal, que durava mais tempo do que a madeira. Esta produção em massa na Europa contribuiu para uma expansão de conhecimento de forma mais dinâmica, ou seja, os livros passaram a ser acessados por um número maior de leitores além de contribuir com marcos na sociedade europeia como o Renascimento, a Reforma Protestante e a Revolução Científica.

Para Machado (1994), o que conhecemos por livro refere-se ao *códice* cristão, desde o século VI aos dias atuais. O *códice* usado pelos cristãos tinha por característica ser um pergaminho retalhado em folhas soltas, costuradas ou coladas com uma capa de material rígido. O livro, como conhecemos, era mais genérico e designava-se por qualquer dispositivo de fixação do pensamento independentemente do material, podendo ser de tábua de argila, pedra ou rolo de pergaminho. Com a expansão do cristianismo as definições se inverteram e o livro passou a designar o que era antes o *códice*, e as fixações de pensamento mais genéricas ficaram sem uma definição.

Machado (1994) ainda apresenta a seguinte definição para o livro: “(...) numa acepção mais ampla, como sendo todo e qualquer dispositivo através do qual uma civilização grava, fixa, memoriza para si e para a posteridade o conjunto de seus conhecimentos, de suas descobertas, de seus sistemas de crenças e os voos de sua imaginação”.

No prefácio de “O aparecimento do livro”, Lucien Febvre (1992, p. 15) apresenta a importância do livro para o desenvolvimento da sociedade e da disseminação do conhecimento através da cultura escrita:

(...) um dos mais poderosos instrumentos de que pôde dispor a civilização ocidental para concentrar o pensamento disperso de seus representantes, conferir toda a eficácia à meditação individual dos pesquisadores, ao transmiti-la logo a outros pesquisadores; reunir, segundo a conveniência de cada um, e sem demora nem dificuldades, nem despesas, esse concílio permanente de grandes espíritos de que falou Michelet em termos imorredouros; conferir-lhe assim um vigor centuplicado, uma coerência completamente nova e, por isso mesmo, um poder incomparável de penetração e de irradiação; assegurar, num tempo mínimo, a difusão das idéias através de todo o domínio ao qual os obstáculos de escrita e de língua não proibem o acesso; criar, além disso, entre os pensadores e, além de seu pequeno círculo, entre todos os que usam o pensamento, novos hábitos de trabalho intelectual: numa palavra, mostrar, no Livro, uma das formas mais eficazes desse domínio do mundo.

Desde o século XV, o livro se tornou uma mercadoria, um produto objeto de consumo, mas igualmente a possibilidade de produzir cada vez mais livros com rapidez, o que tornou o acesso ao conhecimento cada vez mais popular.

(...) a imprensa será levada a transformações novas e profundas: diante de novas necessidades, há uma nova clientela. Portanto, o maquinismo substitui-se ao antigo trabalho braçal. Aqui também, há antagonismo do “braçal” e do mecânico, da oficina artesanal e da produção de fábrica. E haverá logo uma série de invenções que aumentam repentinamente o que poderia chamar a virulência da imprensa. Lenta mais poderosamente, a máquina introduz-se no que será a *indústria do livro* (FEBVRE; MARTIN, 1992, p.17, grifos dos autores).

Uma nova cadeia produtiva havia sido criada com a prensa de tipos móveis. Esta cadeia influenciou a Europa, de acordo com Silva, inclusive em aspectos políticos: “O primeiro grande passo para a mecanização da comunicação foi a imprensa de Gutenberg. Com a imprensa de Gutenberg e o subsequente aumento na manufatura dos suportes de matéria branda, principalmente o papel, ocorreu o alargamento da esfera do político” (SILVA, 2008, p.41).

Nesta direção, Febvre e Martin entendem que o livro é uma mercadoria,

Desde a origem, a imprensa apareceu como uma indústria regida pelas mesmas leis que as outras indústrias e o livro como uma mercadoria que os homens fabricavam antes de tudo para ganhar a vida – (...), pois, primeiramente achar capitais para poderem trabalhar e imprimir livros suscetíveis de satisfazer sua clientela, e isso a preços capazes de sustentar a concorrência. Pois o mercado do livro sempre foi semelhante a todos os outros mercados. Problemas de preço e financiamento colocavam-se aos industriais que fabricavam o livro, isto é, os tipógrafos, e aos comerciantes que o vendiam, ou seja, os livreiros e os editores. Problemas que gostaríamos de estudar aqui tentando determinar como eles puderam condicionar a própria estrutura das profissões do livro (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 173).

Em uma análise determinista, McLuhan (1977) abordou que a invenção da prensa de Gutenberg alterou a História, pois com esta invenção surgiu o Nacionalismo e o Industrialismo, fruto da produção em massa de diversos textos e em diversos idiomas. Além disso, para McLuhan (1977) com o uso crescente das tecnologias eletrônicas, mais precisamente a televisão levaria a extinção a palavra escrita. Porém, segundo Darnton (2009) a resistência do livro é extraordinária e ele se provou como uma “máquina” extraordinária para transporte de informação, cômodo de ser folheado, confortável para ser lido, e que não precisa de *upgrades* e *downloads*.

Desde então, o processo de criação dos livros permaneceu inalterado. Este processo conta com as etapas de autoria, edição, processamento gráfico, distribuição, atuação dos livreiros e acesso pelo leitor final. Mas, o que é o livro? Foram buscadas tentativas de definição do livro conforme a seguir.

4.1.1 Algumas tentativas de definição para o objeto livro

A UNESCO³⁰ define livro da seguinte forma: “Publicação impressa não periódica com no mínimo 49 páginas excluindo as capas, publicado no país e disponível ao público³¹” (tradução nossa). Corrobora-se à definição dada pela UNESCO, o exposto da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no projeto NBR 6029: “Publicação não periódica que contém acima de 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto de Número Internacional Normalizado para livro”.

Considerando a importância dos livros para as áreas do conhecimento no Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – aprovou através da 111ª reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior em 24 de agosto de 2009, o roteiro para classificação dos livros³². Neste sentido, a produção intelectual veiculada através dos livros devido a sua importância será avaliada, assim como é feito com os periódicos. Após esta avaliação, os livros receberão uma classificação de acordo com três categorias de ordem qualitativa: relevância, inovação e potencialidade de impacto³³.

A justificativa para avaliação dos livros é a seguinte:

³⁰ UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Instituição criada após a segunda Guerra mundial com a finalidade de reestruturar os sistemas de educação globais. Disponível em <http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/who-we-are/history/>. Acesso em 11 de maio de 2010.

³¹ Book: Non-periodic printed publication of at least 49 pages exclusive of the cover pages published in the country and made available to the public. Disponível em http://www.uis.unesco.org/ev.php?ID=5096_201&ID2=DO_TOPIC. Acesso em 23 de maio de 2007.

³² Disponível em http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf. Acesso em 5 de julho de 2010.

³³ Torna-se necessário informar que a Capes não expôs quais são as áreas que terão os livros avaliados no que diz respeito à produção de conhecimento.

Em várias áreas de conhecimento, livros constituem modalidade de veiculação da produção artística, tecnológica e científica assim como em outras, é expressa sob a forma de artigos de periódicos. Livros constituem referências para a construção de campos de conhecimento, definindo estilos e escolas de pensamento e não se trata de situação particular da comunidade acadêmica brasileira (Conselho Técnico-Científico da Educação Superior/Capes, p. 1).

Embora seja referenciado que o uso dos livros não é exclusividade da comunidade acadêmica brasileira, é informado que não existem padrões para avaliação dos mesmos em outras partes do mundo. Desta maneira, os livros também fazem parte da construção das áreas de conhecimento como canal da comunicação científica, mas é necessário o aprofundamento de estudos para padronizá-los no que tange a avaliação.

Destaca-se no documento da Capes, a definição de livro: “Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial” (Conselho Técnico-Científico da Educação Superior/Capes, p.2).

Outra perspectiva de definição do livro na qual esta pesquisa se baseou, encontra-se no “Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia”, publicado em 2008 no Brasil por Murilo Bastos Cunha e Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti. Esta obra possui principalmente termos utilizados nas disciplinas de Biblioteconomia e Arquivologia, mas com termos de áreas afins como Ciência da Informação, Museologia, Comunicação, entre outras disciplinas.

Documento, formado pela reunião de folhas ou cadernos, geralmente impressos e constituindo uma unidade bibliográfica. Difere das publicações periódicas e outras formas de material documentário como, p.ex., filmes, estampas e mapas. (...) Publicação avulsa, contendo no mínimo 50 páginas impressas, grampeadas, coladas ou costuradas e revestidas de capa.

Em 30 de outubro de 2003, foi sancionada no Brasil a Lei 10.753 conhecida como a “Lei do Livro”. Em seu artigo 1º, no parágrafo II o livro é expresso como:

O meio principal e insubstituível da difusão da cultura e **transmissão do conhecimento**, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida (BRASIL, Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, grifos nossos).

Assim, ressaltamos a partir da literatura pesquisada, que a definição de livro ainda não possui consenso e carece de estudos e reflexões teóricas que possam sustentar uma definição, no caso específico, uma definição para alcance científico.

4.1.2 O livro eletrônico

É ainda possível chorar sobre as páginas de um livro, mas não se pode derramar lágrimas sobre um disco rígido.

José Saramago

Os meios informáticos e a *Internet* trouxeram novas possibilidades de publicações. Alguns entusiastas pela tecnologia, baseados na ideia de que a grande rede mundial de computadores em conjunto com *softwares* ou repositórios de documentos, poderiam sistematicamente reunir textos produzidos em ambiente digital ou digitalizados e disponibilizá-los com acesso mais dinâmico e aberto para todas as pessoas que quisessem acessá-los a qualquer tempo.

Esta perspectiva traz em seu bojo a ideia de “uma grande biblioteca universal”, e os textos digitalizados e criados em ambientes digitais como os *e-books* ou livros eletrônicos seriam uma evolução do livro tradicional. Para se ter uma ideia da rapidez da evolução dos suportes de informação, Robert Darnton, professor de História da Universidade americana de Carl H. Pforzheimer e diretor da Biblioteca da Universidade de Harvard e especialista em História do Livro apresenta esta evolução,

(...) a velocidade das mudanças é de tirar o fôlego: da escrita ao códice foram 4300 anos; do códice aos tipos móveis, 1150 anos; dos tipos móveis à Internet, 524 anos; da internet aos buscadores, dezessete anos; dos buscadores ao algoritmo de relevância do Google, sete anos; e quem pode imaginar o que está por vir no futuro próximo? (DARNTON, 2009, p.41).

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia define livro eletrônico assim: “o que foi convertido ao formato digital, ou originalmente produzido neste formato, para ser lido em computador ou dispositivo especial destinado a esse fim; livro digital, livro interativo, livro multimídia”.

Com base em Darnton (2009) e Procópio (2010) tentou-se demonstrar um comparativo de vantagens e desvantagens da passagem do livro impresso para o livro eletrônico.

Quadro 5 Vantagens e desvantagens do livro eletrônico

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Reunião de todos os livros em uma biblioteca digital universal	Perda de sensação do livro físico
Disponibilização de livros para qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo	Possível fechamento de livrarias e bibliotecas
Ausência de livros esgotados	Diminuição de contato humano
Disponibilização de livros raros em formato eletrônico	Desemprego no mercado editorial

Fonte: Elaboração própria com base em Darnton (2009) e Procópio (2010)

É inegável, no mundo atual, a importância das tecnologias de informação para o desenvolvimento de técnicas para acesso ao conhecimento. Entretanto, a abordagem de que uma tecnologia suplantará a outra – e, neste caso, que o *e-book* substituiria o livro impresso tradicional conhecido desde a Idade Moderna – parece não ser tão simples conforme Robert Darnton,

A capacidade de resistência do códice à moda antiga ilustra um princípio geral da história da comunicação: uma mídia não toma o lugar da outra, ao menos ao curto prazo. A publicação de manuscritos floresceu por muito tempo depois da invenção da prensa móvel por Gutenberg; os jornais não acabaram com o livro impresso; a televisão não destruiu o rádio; a internet não fez os telespectadores abandonarem as suas tevês (DARNTON, 2009, p. 14).

Neste sentido, Guzmán expôs,

É claro que o livro impresso é insubstituível e a futurologia não pode, neste momento, definir a data de seu desaparecimento. Também está claro que o livro e a publicação eletrônica já coexistem, e apesar da enorme resistência dos envolvidos, é hora de pensar seriamente em adotar os dois tipos, especialmente quando a publicação eletrônica tem demonstrado o seu potencial em âmbitos específicos, por exemplo, o acadêmico (GUZMÁN, 2007, p.29, tradução nossa).

Procópio (2010) apresenta três elementos na composição de um livro eletrônico: *software* para visualização e leitura dos textos, *hardware* ou dispositivo físico portátil e o conteúdo, que seria o mais importante por ser o livro propriamente a ser lido. Todos interdependentes para o funcionamento do livro eletrônico, que poderiam dificultar o acesso à leitura, diferentemente do livro tradicional.

A ideia de criação de livros eletrônicos não é recente. Nesta direção havia a ideia de que os livros eletrônicos substituiriam os livros impressos. Sobre isto, Darnton apresenta-nos,

Ouvimos essa profecia ser repetida desde que o primeiro *e-book*, uma monstruosidade deselegante conhecida como Memex, foi projetado em 1945. A esta altura o livro convencional já foi declarado morto tantas vezes que muitos de nós deixaram de se preocupar com o risco de estantes vazias (DARNTON, 2009, 87).

Na abordagem de Procópio (2010), os livros em formato eletrônico trariam uma possibilidade de democratização e acesso à informação no caso brasileiro. Porém, seria necessário na visão do autor, democratizar em primeira instância o acesso à *Internet* e as tecnologias de acesso ao livro eletrônico.

Esta iniciativa, contudo poderia não dar certo se considerarmos o esforço da empresa *Google* em digitalizar todos os livros produzidos e que estão disponíveis nas bibliotecas mais importantes e conhecidas universalmente. Desta forma, para ter acesso aos conteúdos dos livros seria necessário pagar uma quantia à empresa que deteria o monopólio das obras que estariam digitalizadas. Duas características marcam este empreendimento, de um lado a ideia utópica da biblioteca universal; e de outro, o perigo do acesso à informação sob o controle de uma empresa privada (DANRTON, 2009).

Uma outra questão bastante delicada no que diz respeito ao livros eletrônicos são os direitos do autor. Embora algumas editoras que trabalhem com o livro eletrônico estejam se preocupando com isto, alguns autores ainda possuem receio quanto às garantias de que o recolhimento dos direitos no meio digital trarão menos prejuízos aos autores do que no meio impresso. Desta maneira, surgem questões jurídicas conhecidas como *Digital Rights Management*, ou gestão de direitos digitais. Estes direitos seriam assegurados aos autores quando da publicação de suas obras. O tema vem sendo bastante discutido e as editoras tem garantido os mesmos direitos de propriedade do livro impresso (PROCÓPIO, 2010).

Esta complexa discussão que envolve autores, leitores, editoras, distribuidoras, leitores e até programadores de *softwares* e empresas de tecnologia encontra-se em aberto. Parece que não será resolvida de forma imediata. Pelo contrário, há de ser considerada a convivência de livros impressos ou tradicionais como tratam alguns autores com os livros em formato eletrônico. Assim, ainda cabe aos leitores escolherem o que lhe é mais apropriado. Considerando isto, os livros eletrônicos fazem parte de mais uma possibilidade para leitura.

4.2 DIFERENÇAS BÁSICAS ENTRE LIVROS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS

Os periódicos científicos figuram nos dias atuais como o principal meio de comunicação e divulgação científicas. A preferência dos cientistas pela utilização da comunicação nos periódicos se dá pela sua natureza dinâmica. Sobre isto, Fonseca afirma:

É interessante observar que, em diferentes áreas científicas, já se abandonou, há muito tempo, o livro como instrumento ideal de comunicação científica. O artigo de periódico, pelas suas características de maior rapidez de publicação e menor abrangência temática, tem sido o veículo pelo qual a Ciência divulga e submete ao público suas conquistas. (FONSECA, 1999, p. 184)

De acordo com Meadows (1999), o surgimento de dois periódicos especializados iniciou o processo de comunicação científica que conhecemos hoje, a *Journal des Sçavans* em janeiro de 1665 e a *Philophical Transactions* em março do mesmo ano. Embora a *Philophical Transactions* tenha sido publicada depois, ainda assim, a atribuição de precursor da moderna revista científica foi dada a ela devido a publicação de notícias científicas como um veículo de divulgação do conhecimento que se originava das atividades de pesquisa.

Ao analisar a acessibilidade da informação na pesquisa científica em processo no que diz respeito à velocidade de publicação, Lancaster (1975) expôs que as primeiras informações são trocadas entre os membros dos colégios invisíveis. Isto dura cerca de doze meses. Entre doze e vinte e quatro meses a pesquisa é apresentada em conferências, o que pode gerar outros trabalhos dependendo da importância da pesquisa; entre vinte e quatro e trinta e seis meses a pesquisa é publicada como artigo de periódico. Possivelmente após quarenta meses ou mais a pesquisa poderá se tornar livro, isto se o pesquisador é conhecido e se utiliza deste meio para comunicação e divulgação de suas pesquisas. Assim, o periódico por sua ágil disponibilização para publicação, se tornou o canal preferencial para comunicação e divulgação de pesquisas.

Sobre esta questão Meadows (1999, p. 129) aponta que: “A orientação de especialistas é fundamental na edição científica: o que está em voga pode mudar, e o período de gestação dos livros científicos pode ser longo”.

Em que pese a importância do artigo como principal canal formal de comunicação científica, há um consenso para os especialistas desta área sobre a diferença entre as ciências naturais e as ciências sociais e humanidades. Os pesquisadores das ciências naturais preferem a publicar em artigos de periódicos, enquanto os pesquisadores das ciências sociais e humanidade têm como canal preferencial os livros (VELHO, 1997; MEADOWS, 1999; MUELLER, 2005)

Desta maneira, nas palavras de Barata (2005), podemos observar que embora o artigo figure como principal canal da comunicação científica, o livro tem a sua importância:

A forma livro sem dúvida se presta melhor à divulgação de teorias, elaborações conceituais, formulação de metodologias, apresentação de técnicas de análise e a forma artigo se presta mais ao registro de resultados empíricos imediatos, cuja perenidade será menor em virtude dos avanços constantes, mas, principalmente, da avalanche de pesquisas existentes.

Meadows em diversas passagens de seu livro *Communicating research*, traduzido no Brasil como “A comunicação científica” tenta equiparar os artigos com os livros. Neste sentido, destacamos: “A leitura de periódicos e livros articula-se com a ponta de produção do canal de comunicação dos impressos em papel” (MEADOWS, 1999, p. 126). E: “O equilíbrio entre tempo gasto com livros e com periódicos varia segundo a matéria, mas essas duas fontes em geral superam, pelo menos no caso dos pesquisadores ligados a universidades, outras fontes formais de informação” (MEADOWS, 1999, p.126). E mais “Os principais produtos da edição científica são os periódicos e os livros” (MEADOWS, 1999, p. 127).

A exposição da questão do artigo de periódico se faz importante no sentido de fazer distinção entre este e o livro. Contudo, a questão que trataremos com maior aprofundamento serão os livros publicados no Brasil que versam sobre a Arquivologia.

4.3 OS LIVROS NA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

É precípuo para a Arquivologia assim como para todos os campos do conhecimento, conforme exposto no capítulo dois desta pesquisa, a necessidade de produzir conhecimento e comunica-lo através dos canais da comunicação científica. A Arquivologia está inserida entre as áreas das Ciências Sociais Aplicadas, o que nos sugere, de acordo com Meadows (1999), Velho (1997) e Mueller (2005), que os produtores de conhecimento arquivístico utilizam com mais frequência o livro como canal de comunicação e difusão de suas ideias. Diante dos textos de diversos autores analisados no decorrer desta pesquisa, podemos apontar que no Brasil, são raros os estudos que descrevam a situação da bibliografia da Arquivologia.

Em 1995, Jardim abordou que era escassa a literatura da Arquivologia brasileira. Outra questão exposta pelo autor demonstrou que parte da literatura arquivística no Brasil, até início dos anos 1980, era resultado de experiências das metodologias dos trabalhos feitos pelo

Arquivo Nacional. Contudo, ao final deste período foram reduzidas estas publicações (JARDIM, 1995).

Segundo Jardim, “A publicação dos manuais de PAES (1986) e BELLOTTO (1991) veio contribuir para a redução das lacunas existentes quanto a este tipo de literatura no Brasil” (1995, p.79).

Ao analisar esforços internacionais que tinham por finalidade arrolar o que seria uma bibliografia analítica de literatura arquivística internacional, Maria Odila Fonseca abordou o que foi chamado de “tradição manualística e suas limitações”, nos livros “A formação do arquivista no Brasil” de 1999, organizado por José Maria Jardim e pela própria Fonseca, e “Arquivologia e ciência da informação”, de 2005. Ela aponta que a partir da década de 1980, sob o pensamento do arquivista alemão Eckart Franz houve mudanças revolucionárias na formação profissional em Arquivologia, entre essas mudanças está o que foi chamado por Franz “de nova onda de manuais”.

É fascinante ver que os clássicos da literatura arquivística, o Manual holandês, de Muller, Feith e Fruin, os trabalhos básicos de Casanova Jenkinson, Schellenberg, que continuavam a ser reimpressos desde os anos de 1960, foram ultimamente superados por uma onda de novos manuais e textos em diversas línguas, que dão uma visão atualizada da teoria e da prática arquivísticas. Como exemplos devem ser citados “Arquivos no Século XXI”, de Couture, no Canadá (1982/83), o novo manual italiano de Carucci e Lodolini (1983/84), os textos franceses de Hildesheimer, F. Durand-Evrard e C. Durand (1984/85), o “Gestão de Informações Arquivísticas”, Cook (1986), e os manuais que foram e estão sendo publicados pelas Associações Americana, Australiana e Holandesa (desde 1998/87), e, mais recentemente, o novo manual espanhol de A. Herrera, Arquivística Geral (1989) (FRANZ apud FONSECA, 1999, p.182).

Após análise no que diz respeito à literatura internacional e as preocupações do Conselho Internacional de Arquivos para compilarem os manuais e livros-texto para o ensino e pesquisa em Arquivologia, Fonseca faz uma reflexão sobre a situação da bibliografia arquivística no Brasil. A autora é enfática ao afirmar que por senso comum havia a afirmação de que não se escrevia no Brasil sobre Arquivologia. Fonseca expôs algumas características da área no Brasil no que diz respeito a estes problemas à época: (i) pouca produção de conhecimento em Arquivologia; (ii) inexistência de debate científico pela falta de leitura.

Costa (2007), por seu turno, publicou um artigo onde foram identificadas 77 obras referentes ao campo arquivístico no Brasil. O universo empírico de Costa (2007) abrangia os livros publicados no Brasil a partir de três critérios: (i) todas as obras terem mais de 48 páginas; (ii) terem sido publicadas, editadas e traduzidas no Brasil; (iii) terem sido publicadas

no Brasil tendo como marco inicial a tradução do “Manual dos Holandeses”, em 1960 pelo Arquivo Nacional até 2006.

Além dos critérios apresentados acima, Costa (2007) utilizou critérios para a classificação dos livros como livros de Arquivologia que foram: Título, Conteúdo e Autor. Os títulos deveriam conter as palavras arquivo, arquivologia, arquivística e suas derivações. O conteúdo dos livros deveria ser próprio da disciplina Arquivologia tendo como temas: avaliação, classificação, arranjo, descrição, teoria arquivística, terminologia arquivística, tecnologia aplicada aos arquivos, administração de arquivos, formação profissional de arquivistas e conservação aplicada aos acervos arquivísticos. E por último o autor deveria ter formação em Arquivologia ou áreas afins como Ciência da Informação, Biblioteconomia, Conservação, História.

Foi observado também o vínculo institucional, pois uma parcela considerável de autores estavam vinculados à universidade ou instituições arquivísticas públicas e não eram arquivistas como também não eram formados nas áreas afins.

Outro aspecto metodológico utilizado por Costa (2007) foi a separação dos 77 livros encontrados entre manualísticos e não-manualísticos.

Porém, dos 77 (100%) livros enumerados listados por Costa, 2 (2,5%) não eram propriamente da área de Arquivologia – “Os Arquivos Imperfeitos”, de Fausto Colombo; e, “Mal de Arquivo: uma impressão freudiana”, de Jacques Derrida.

Dos 77 (100%) livros, 51 (66,2) foram classificados como manuais, o que demonstra maior representatividade deste tipo de publicação em Arquivologia no Brasil. Os livros considerados como não-manuais foram 20 (26%). Deste universo de 20 (26%) livros, 4 (5,1%) foram identificados como dicionários de terminologia arquivística, 6 (7,7%) livros inicialmente foram dissertações, teses ou pesquisa de pós-doutorado.

Assim, Costa (2007) concluiu o seu trabalho analisando que publicação criteriosa e de forma sistemática de teses de doutorado e de dissertações de mestrado e até mesmo monografias de cursos de graduação, poderia diminuir a lacuna de produção de conhecimento, desde que fosse observada a relevância para a área e a qualidade dos trabalhos produzidos para serem então publicados.

Desta maneira, o que pode ter renovado o conhecimento produzido em Arquivologia no Brasil foram as publicações de teses e dissertações que se tornaram livros no caso brasileiro. Portanto, no próximo capítulo serão analisados alguns aspectos comuns aos seis livros objeto de estudo desta pesquisa.

5 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL: TESES E DISSERTAÇÕES EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 1995-2008

A fim de verificar o conhecimento em Arquivologia difundido através de livros, é necessário apontar as definições nos quais se inserem e permitem a categorização da produção do conhecimento arquivístico. Esta categorização permitirá a compreensão do universo onde o conhecimento arquivístico está circunscrito.

Para definição das categorias dos tipos de livros que podem ser encontrados na literatura arquivística no Brasil, será tomado como base o livro “Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais”.

Entre 1995 e 2008 foram identificados 32 livros da área arquivística. Este recorte temporal representa que a primeira dissertação ou tese foi publicada como livro em 1995 e a última em 2008, no que tange esta pesquisa.

Embora teses e dissertações não sejam livros, a definição desta categoria se faz necessária devido à escolha do objeto deste estudo e compreensão do que foi pesquisado. Desta maneira, seguem as categorias:

(A) Teses e Dissertações – De acordo com Campello

Teses e dissertações são documentos originados das atividades dos cursos de pós-graduação. Esses cursos visam principalmente a capacitar professores para o ensino superior, além de formar pesquisadores e profissionais de alta qualificação em vários níveis. No nível de mestrado, o aluno, para obter o título de mestre, deve, além de completar um curso formal, elaborar uma dissertação consistindo em um trabalho de pesquisa que demonstre sua capacidade de sistematização e domínio do tema e da metodologia científica. Já no nível de doutorado, o aluno deve produzir uma tese que envolva uma revisão bibliográfica adequada, sistematização das informações existentes, planejamento e realização de trabalho necessariamente original (2000, p. 121).

Sobre a visibilidade da produção e características das teses e dissertações, Campello ainda expõe:

Teses e dissertações são consideradas um tipo de literatura cinzenta³⁴ no sentido que não contam, na maioria dos casos, com um sistema de publicação e distribuição comercial. Poucas são as teses que atingem esse estágio, devido principalmente ao seu conteúdo extremamente especializado, que vai interessar a um público muito restrito. Teses que abordam temas de interesse mais amplo podem ser publicadas como livro e encontram, portanto, um canal de divulgação maior. (2000, p. 125-6)

Corroborar-se a este pensamento, o exposto de Meadows (1999, p. 164-5) sobre a posterior publicação de livros que foram teses: “Nas humanidades e às vezes nas ciências sociais, uma boa tese pode ser transformada em livro depois de concluída a pesquisa”.

Nesta circunstância, identificam-se seis livros oriundos de teses e dissertações com temática arquivística no Brasil em programas de pós-graduação em Ciência da Informação no período de 1995 à 2008. Os livros encontram-se listados abaixo em ordem cronológica:

- 1- JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995. 196 p.
- 2- JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EDUFF, 1998. 239 p.
- 3- RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 160 p.
- 4- SANTOS, Vanderlei Batista. **Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística**. Abarq, 2002. 140 p.

³⁴ De acordo com Lara (2006, p.401): “A literatura cinzenta é caracterizada pelos documentos que têm pouca probabilidade de serem adquiridos através de canais usuais de venda de publicações, já que nas origens de sua elaboração o aspecto comercialização se contrapõe àquele que designa os documentos convencionais ou formais, ou seja, a literatura branca. Ela se constitui, geralmente, de publicações geradas no processo de pesquisa que podem ser submetidas à avaliação de pares. São exemplos de literatura cinzenta as atas de congresso, os boletins, as dissertações de mestrado e as teses de doutorado, a literatura comercial que tem como objetivo de promover a venda de produtos e serviços, as normas e patentes, as publicações oficiais e os relatórios técnicos. LARA, Marilda Lopes Ginez. Termos e Conceitos da área de Comunicação e Produção Científica. In. POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da. (Orgs.) **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006, p.387-414.

5- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 124 p.

6- SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008. 284 p.

(B) Obras de referência – as obras de referência possuem como característica o seu uso pontual, ou seja, apresentam especificidades acerca de uma área do conhecimento. Dias (2000) mapeou diversos tipos de obras de referência. No entanto, destacamos os tipos abaixo por figurarem na literatura arquivística brasileira:

(b1) Dicionários Especializados – De acordo com Dias (2000, p. 201)

Os dicionários temáticos têm a finalidade de definir termos de um assunto. Profissionais e especialistas, em qualquer área, utilizam uma linguagem especial que, muitas vezes, é inteligível apenas para os iniciados. Esse jargão torna-se, geralmente, uma barreira para os leigos ou não especialistas da área, e o dicionário pode ajudá-los na superação desse problema. Os termos técnicos são símbolos adotados, adaptados ou inventados por especialistas para facilitar a expressão precisa no registro de suas ideias, e uma das funções do dicionário especializado é justamente a de dar consistência a esses símbolos.

Na Arquivologia brasileira foram publicados três dicionários no período de 1995 e 2008:

7- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. 1.ed. São Paulo: AAB-SP, 1996. 142 p.

8- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p.

9- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451 p.

(b2) Manuais – Um importante instrumento de comunicação científica na Arquivologia são os manuais. Estes possuem essencialmente um conhecimento básico acerca de uma técnica ou uma determinada disciplina. Dias (2000, p. 211) desenvolve a questão dos

manuais do seguinte modo: “são os livros de referência mais usados por cientistas e tecnólogos, quando surge necessidade de informações objetivas no curso do desempenho profissional e, por isso mesmo, têm sido considerados instrumentos de trabalho”. E ainda Dias:

O tratamento do assunto no manual costuma ser sistemático ou lógico, isto é, segue o desenvolvimento natural da matéria, exigindo, por conseguinte, um bom índice, Este vai permitir que os leitores não familiarizados com o assunto possam localizar tópicos específicos dentro do manual. Os manuais incluem os conhecimentos já sedimentados e não as descobertas ou invenções, os avanços ou progressos recentes. Entretanto, é desejável que se procure adquirir a edição mais recente.

Os manuais na Arquivologia brasileira no período de 1995 a 2008 são os seguintes:

- 10- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. 120p.
- 11- BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37p.
- 12- BERTOLETTI, Esther Caldas. **Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. 48p.
- 13- CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. 80p.
- 14- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p.
- 15- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p.
- 16- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF: norma internacional para descrição de funções**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 76 p.

17- FILIPI, Patricia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. 100 p.

18- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37p.

19- LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. 80p.

20- MACHADO, Helena Côrrea; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como implantar arquivos municipais**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. 88p.

21- PAULA, Rosalia Paraíso Matta de. **Como elaborar a tabela de temporalidade documental: racionalização de custos de armazenagem e administração de arquivos empresariais**. 1ª ed. São Paulo: CENADEM, 1995. 89 p.

22- TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003. 52p.

23- SMIT, Johana Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003. 56p.

24- VIEIRA, Sebastiana Batista. **Técnicas de arquivo e controle de documentos**. Rio de Janeiro: Temas & Idéias, 2001. 115 p.

(C) Obras de reflexão teórica – Para fins desta pesquisa, as obras enumeradas abaixo representam reflexões sobre o pensamento arquivístico que não foram resultados de pesquisa de teses e dissertações, mas que tiveram por parte de seus autores, alguma contribuição para a formação do conhecimento arquivístico brasileiro.

Os livros de Arquivologia com estas características são os seguintes:

25- COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel; MARTINEAU, Jocelyne. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. 1.ed. Brasília: Finatec, 1999. 190 p.

- 26- JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Orgs.). **A formação do arquivista no Brasil**. 1ª ed. Niterói: EdUFF, 1999. 202 p.
- 27- LOPES, L. C. **A Informação e os arquivos: teorias e praticas**. Niterói, São Carlos: EDUFF e EDUSCAR, 1996. 142 p.
- 28- LOPES, Luís Carlos. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Aperj, 1997. 143 p.
- 29- LOPES, Luís Carlos. **A imagem e a sombra da arquivística**. 1.ed. Rio de Janeiro: Aperj, 1998. 110 p.
- 30- MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. 1.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. 136 p.
- 31- RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Corrêa; PENNA, Elenita Freitas. **Introdução à Arquivologia**. 1ª ed. Santa Maria: UFSM, 1997. 102 p.
- 32- SANTOS, Vanderlei Batista (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos**. 1.ed. Brasília: SENAC, 2007. v. 01. 224 p.

É importante constatar que “A formação e a pesquisa em arquivística e o mundo contemporâneo” e as normas de descrição apresentados na seção Manuais, são os únicos livros estrangeiros editados e traduzidos por editoras brasileiras. O livro “A imagem e a sombra da Arquivística” de Luis Carlos Lopes não se insere na categoria teses e dissertações.

Embora tenha sido apresentado um universo de 36 livros, esta pesquisa teve como objeto de análise os seis livros, inicialmente citados, por terem sua origem em programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Diante das questões que envolvem o conhecimento arquivístico produzido no Brasil, tornou-se necessário apresentar aspectos intrínsecos à produção deste conhecimento proveniente de teses e dissertações no âmbito de programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Desta forma, para compreensão do universo empírico, foram analisadas as características destas teses e dissertações com temática arquivística compreendidas publicadas como livro científico entre os anos 1995 e 2008.

Neste sentido, foram analisados aspectos comuns aos seis livros pesquisados tais como: intervalo entre o ano de defesas de dissertação/tese e publicação dos livros, distribuição por estado, programas nos quais foram produzidos, orientadores, editoras, atividade

profissional dos autores, graduação dos autores e temáticas.

5.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A fim de favorecer a análise dos dados coletados, foram elaborados gráficos para representarem os aspectos mencionados no tópico anterior. Desta forma, pretende-se contextualizar o objeto da pesquisa ora apresentada.

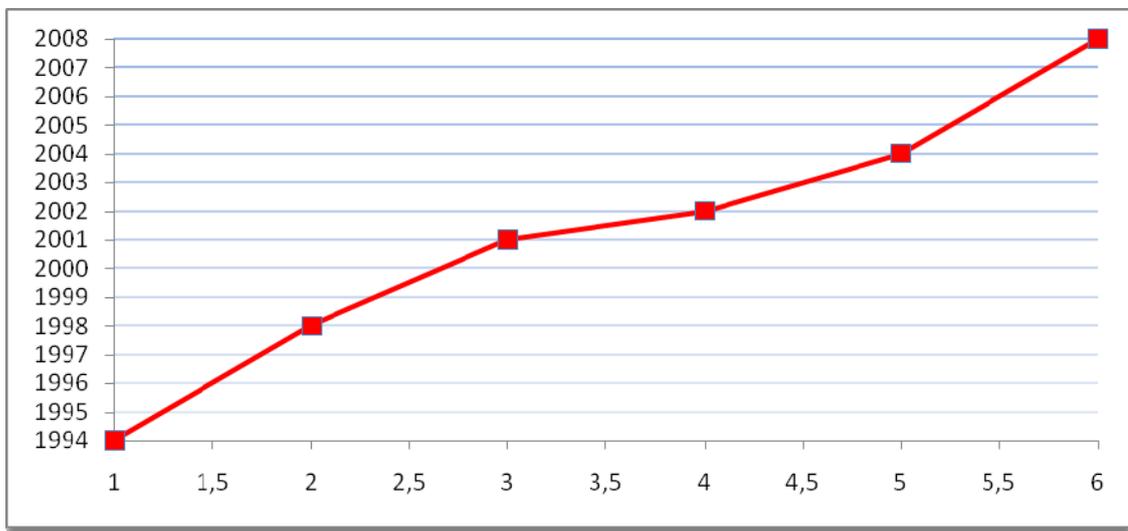


Gráfico 1: Intervalos da produção de teses e dissertações entre 1994 e 2008

Como pode ser observado no quadro acima, a produção de teses e dissertações com temática arquivística que se tornaram livros teve um primeiro intervalo de quatro anos (1994-1998); depois, um intervalo de três anos (1998-2001); em seguida, um intervalo de um ano (2001-2002); um intervalo de dois anos (2002-2004); e por último, mais um intervalo de quatro anos (2004-2008). Observa-se desta forma que não houve uma regularidade na publicação dos livros.

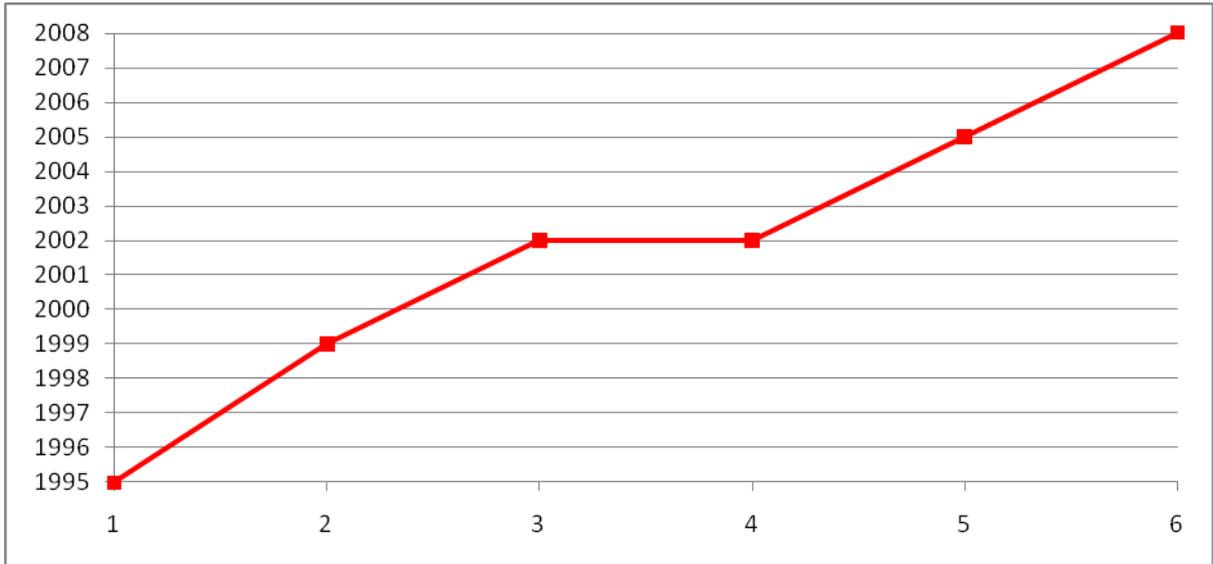


Gráfico 2: Ano de publicação do livros (1995-2008)

Foram seis livros publicados em um período de treze anos. Considerando a quantidade de livros e o intervalo de tempo daria uma média de 0,46 livros ao ano. Ao compararmos o gráfico 1 com o gráfico 2, observa-se que quatro livros foram publicados no ano seguinte da defesa de tese ou dissertação. Os livros “Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos” de Rosely Curi Rondinelli e “A preservação da informação arquivística nas políticas públicas do Brasil” de Sérgio Conde de Albite Silva foram publicados no mesmo ano da defesa de dissertação e tese respectivamente.

Uma interpretação possível para estes eventos foi o interesse que estes autores tinham em publicar suas pesquisas em formato livro logo após concluí-las. Além disso, novas demandas de produção de conhecimento arquivístico favoreceram também para a publicação dos livros.

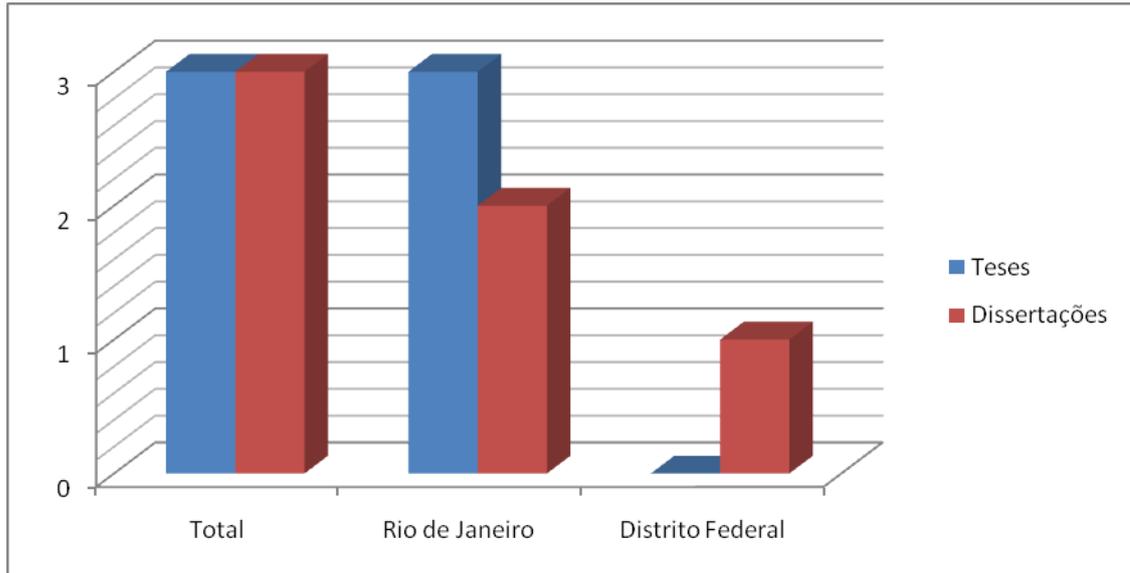


Gráfico 3: Distribuição dos livros publicados por Estado

A concentração dos livros publicados se dá de forma expressiva no estado do Rio de Janeiro. Dos seis livros, cinco foram publicados neste estado. A única exceção foi o livro “Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística”, de Vanderlei Batista dos Santos, publicado no Distrito Federal. Isto parece indicar não só a importância do Estado do Rio de Janeiro para a produção de conhecimento arquivístico, mas também a sua hegemonia no Brasil para esta produção. Neste sentido, o que parece favorecer esta hegemonia é a quantidade de serviços arquivísticos advindos de instituições municipais, estaduais e federais disponíveis no Estado, dois cursos de Bacharelado em Arquivologia em duas universidades federais, a quantidade de eventos promovidos no Estado, a sede da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

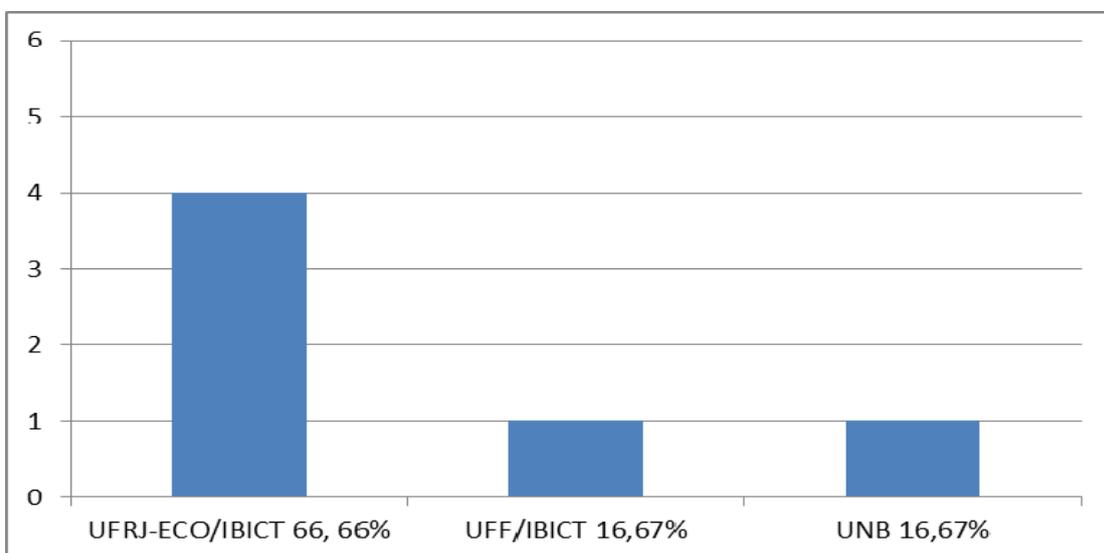


Gráfico 4: Distribuição dos livros e programas de pós-graduação de origem

Dos seis livros produzidos, quatro (66,66%) foram resultados de tese ou dissertação no convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro³⁵; um livro (16,67%) foi resultado de tese no convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal Fluminense³⁶; e, um livro (16,67) foi resultado de dissertação no programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Brasília.

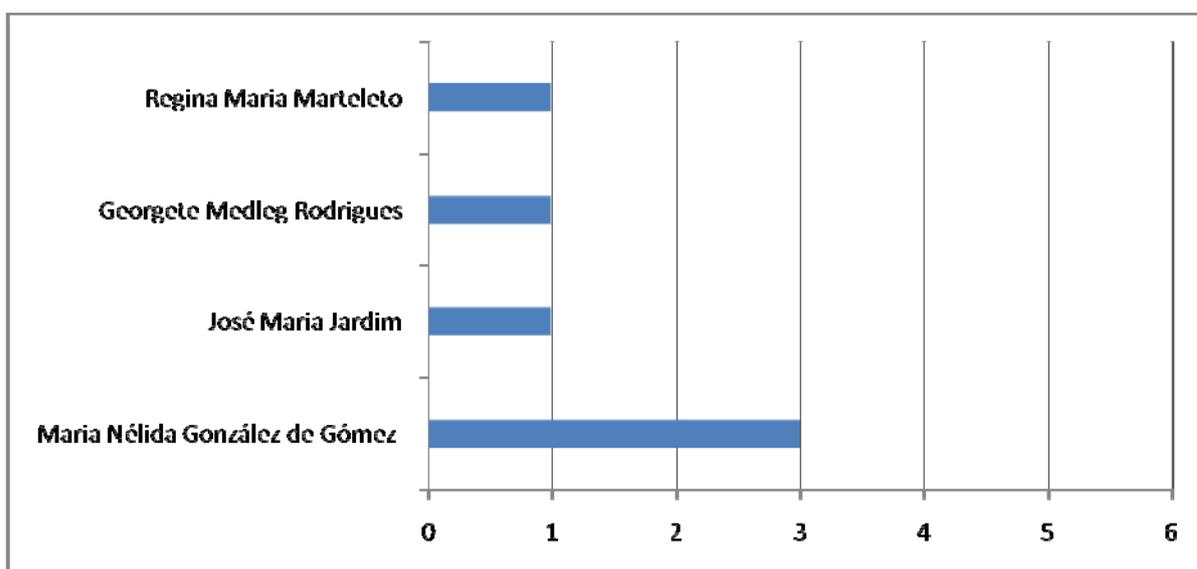


Gráfico 5: Orientadores das teses e dissertações que se tornaram livros

Com três orientações, a Professora Maria Nélide González de Gómez possui o maior número de pesquisas vinculadas ao seu nome entre as teses e dissertações que se tornaram livros. Os outros orientadores possuem uma orientação cada. No entanto, convém mencionar que o Professor José Maria Jardim foi co-orientador da pesquisa **Fidedignidade e Autenticidade do documento eletrônico**, na qual foi orientada pela Professora Maria Nélide González de Gómez e publicada com o nome de **Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**.

³⁵ É importante apontar que este convênio não está mais em vigor.

³⁶ É importante apontar que este convênio não está mais em vigor.

Outro aspecto a ser mencionado é que das seis pesquisas, duas tiveram orientação de atores do campo arquivístico brasileiro – **Gestão de Documentos Eletrônicos sob a ótica Arquivística: identificação das principais correntes teóricas, legislação e diagnóstico da situação nos arquivos públicos brasileiros** de Vanderlei Batista dos Santos, orientado pela Professora Georgete Medleg Rodrigues e publicado com nome de **Gestão de Documentos Eletrônicos: uma visão arquivística**; e **A Preservação da Informação Arquivística Governamental nas Políticas Públicas Brasileiras** de Sérgio Conde de Albite Silva, orientado pelo Professor José Maria Jardim e publicado com título homônimo.

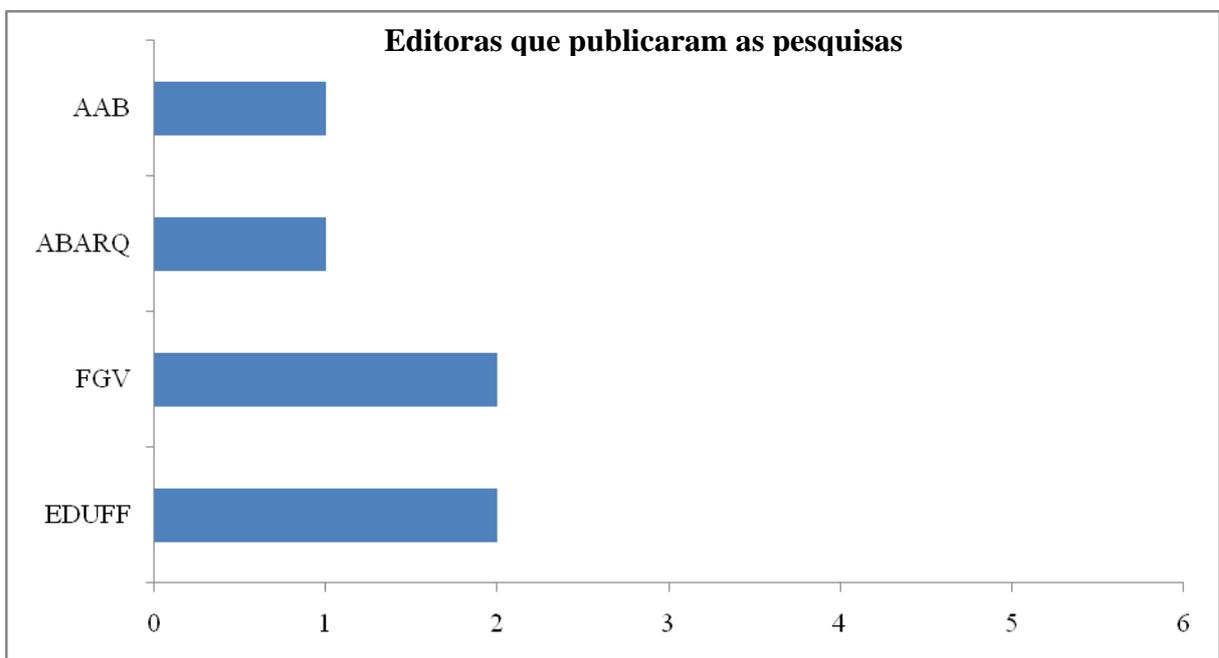


Gráfico 6: Editoras que publicaram as pesquisas

Duas associações de profissionais publicaram um livro cada, a Associação dos Arquivistas Brasileiros publicou o livro **A Preservação da Informação Arquivística Governamental nas Políticas Públicas do Brasil**, de Sérgio Conde de Albite Silva; e a Associação dos Arquivistas Brasilienses publicou **Gestão de Documentos Eletrônicos: uma visão arquivística**, de Vanderlei Batista dos Santos; demonstrando assim a importância das associações profissionais para a difusão do conhecimento arquivístico brasileiro.

Dentre as editoras que publicaram as teses e dissertações com temáticas arquivísticas, a única editora comercial foi a editora da Fundação da Getúlio Vargas, desta maneira pode ser observado que houve um aumento da produção de conhecimento no campo arquivístico, mas ainda não é privilegiada pelas editoras comerciais. A editora da Fundação Getúlio Vargas publicou dois livros: **Arquivologia e Ciência da Informação**, de Maria Odila Fonseca e

Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea, de Rosely Curi Rondinelli. Isto denota a importância da editora desta fundação para publicação de livros com temática arquivística, pois a mesma já havia publicado manuais arquivísticos bastante citados e utilizados por profissionais da área tais como a tradução de **Arquivos Modernos** de T. Schellenberg; **Arquivo teoria e prática** de Marilena Leite Paes e a 2ª edição de **Arquivos Permanentes: tratamento documental**³⁷ de Heloísa Liberalli Belloto.

A editora da Universidade Federal Fluminense publicou dois livros: **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil** e **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**; ambos de José Maria Jardim. Nesta perspectiva, corrobora-se a questão da editora universitária como difusora do conhecimento produzido pelas universidades.



Gráfico 7: Atividades profissionais dos autores dos livros

Dos cinco autores dos seis livros, três – José Maria Jardim, Maria Odila Kahl Fonseca e Sérgio Conde de Albite de Silva – estavam atuando na área de ensino no momento do lançamento de seus livros. Rosely Curi Rondinelli e Vanderlei Batista dos Santos atuavam como profissionais de serviços arquivísticos. Este gráfico demonstra um predomínio dos profissionais que atuam na área acadêmica.

Compreende-se desta forma que houve um aumento da produção de conhecimento arquivístico no âmbito universitário e a necessidade dos docentes em aprofundarem suas

³⁷ A primeira edição deste livro foi publicada pela editora T.A. Queiroz em 1991.

pesquisas, contribuindo assim para o fortalecimento da disciplina e aumentando o número de mestres e doutores dedicados à Arquivologia. Do outro lado, os profissionais de serviços arquivísticos, na realidade observada, possuem em comum o fato de atuarem no serviço público federal. É importante mencionar que em algumas instituições federais brasileiras, os planos de carreiras dos servidores incluem um aumento dos proventos no caso de realização de cursos de mestrado e doutorado. Assim, é provável que este tenha sido também um dos motivos que contribuíram para a realização das pesquisas.

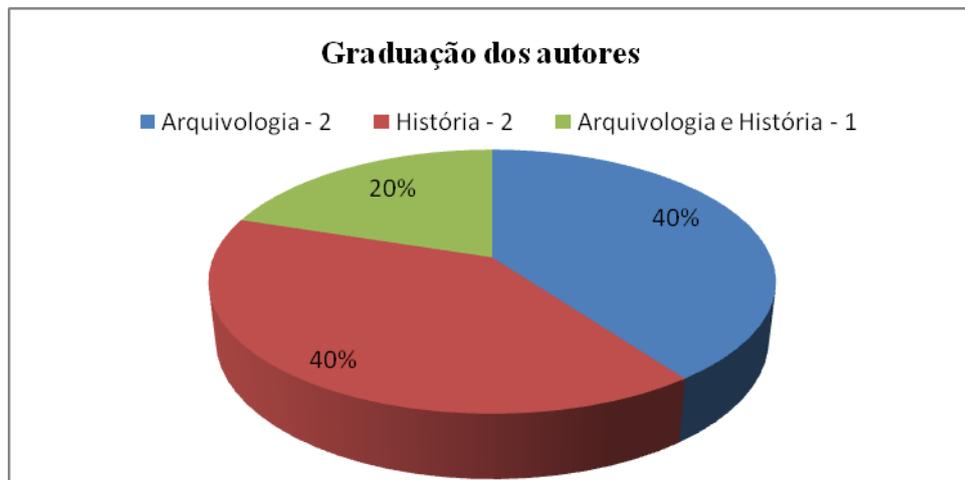


Gráfico 8: Graduação dos autores dos livros

Os autores possuem graduação em duas áreas Arquivologia e História, sendo 2 (40%) em Arquivologia, 2 (40%) em História e 1 (20%) em ambas as áreas. Este cenário sugere diálogos interdisciplinares entre a Arquivologia e a História, reconhecidas tanto no plano internacional como no plano nacional.

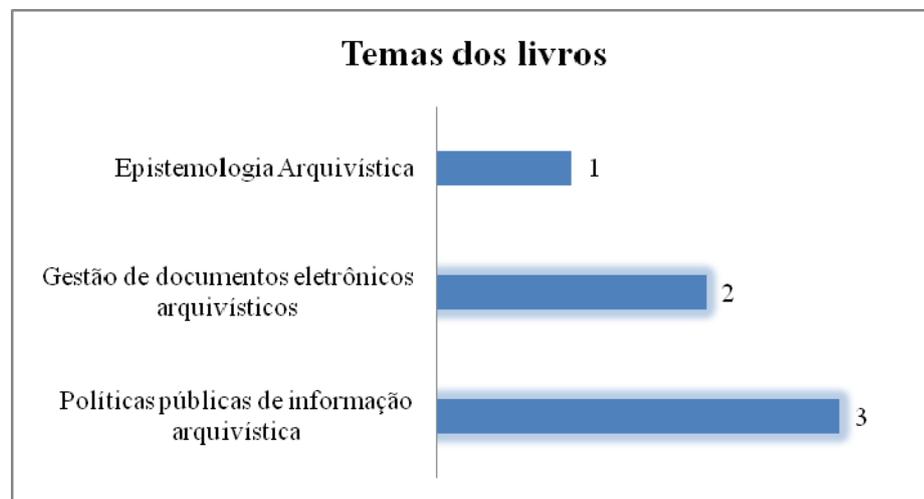


Gráfico 9: Temas dos livros

Os livros produzidos tiveram três temáticas principais: Epistemologia Arquivística, Gestão de documentos eletrônicos arquivísticos e Políticas públicas de informação arquivística³⁸. A questão da construção epistemológica da Arquivologia no Brasil é recente; e, sugere a reconstituição a partir de marcos históricos e o deslocamento do conhecimento arquivístico produzido nas instituições arquivísticas para as universidades. O tema referente a gestão de documentos foi amplamente discutido nos países anglo-saxões e estava em pauta nas agendas de pesquisa dos Arquivos Nacionais destes países. Esta discussão tomou algumas proporções também no Brasil diante do desafio do tratamento arquivístico aos documentos em formato eletrônico. No que diz respeito à temática das políticas públicas, podemos observar que duas pesquisas foram logo após a promulgação da lei 8.159, conhecida como “lei de Arquivos”, ou seja, havia algumas ações a serem tomadas concernentes aos arquivos no Brasil, previstas pela lei. Entre estas ações está a criação da política nacional de arquivos, tendo como agente desta criação o Arquivo Nacional. Esta política não foi implementada até hoje.

5.2 CARACTERÍSTICAS DOS LIVROS

Além da apresentação dos dados coletados acima, foi realizada uma leitura dos seis livros pesquisados e um esforço de síntese para identificar aspectos constitutivos das pesquisas. Sob essa circunstância, pretendeu-se delimitar de forma mais minuciosa o universo desta pesquisa.

Gomes (2009) enumerou três etapas para compreensão analítico-interpretativa do material a ser pesquisado: leitura compreensiva do material, exploração do material e elaboração da síntese interpretativa. Para Gomes (2009, p. 101) a síntese interpretativa: “(...) é o ponto de chegada da interpretação propriamente dita”. E mais:

Isto é possível quando trabalhamos com os sentidos mais amplos que traduzem a lógica do material. Para que tenhamos êxito nessa síntese interpretativa devemos principalmente fazer uma articulação entre os objetivos do estudo, a base teórica adotada e os dados empíricos. (GOMES, 2009, p. 101)

Assim, foi possível verificar aspectos qualitativos e quantitativos, bem como os pontos

³⁸ Contudo, houve um livro que embora tratasse das questões das políticas públicas de informação arquivística observou isto sobre o âmbito da preservação informacional – tema que poderá ser melhor compreendido no próximo capítulo, destinado às entrevistas realizadas com os autores dos livros.

que os diferem. As sínteses dos livros encontram-se a seguir na ordem cronológica que foram publicados.

5.2.1 Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil (1995)

José Maria Jardim, professor universitário, elaborou sua dissertação de mestrado tendo como tema as políticas públicas de arquivos e a construção do sistema de arquivos no Brasil. O ano de obtenção do título de mestre se deu no ano de 1994 sob o título “Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do sistema nacional de arquivos” na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. A orientadora do projeto foi Regina Marteleto.

À época da realização da pesquisa o autor exercia também a função de Diretor do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, tendo ainda exercido a função de coordenador para implantação do Sistema Nacional de Arquivos, o que contribuiu para escolha do objeto de investigação.

De acordo com o Jardim (1995, p. 17) houve três projetos para a implantação do Sistema Nacional de Arquivos:

Nos últimos trinta anos, três projetos de Sistema Nacional de Arquivos foram produzidos pelo Governo Federal, através do Arquivo Nacional. A primeira versão, de 1962, não chegou a ser juridicamente consolidada, mas seu modelo inspirou a reiteração das posteriores. O Sistema Nacional de Arquivos, instituído em 1978, também não foi viabilizado. Em 1994, é estabelecida a terceira versão do Sistema.

O autor pondera que o conceito de sistema de arquivos é algo frequente entre os arquivistas brasileiros, mas pouco utilizado na literatura internacional (JARDIM, 1994, p.18). Pressupõe a incapacidade do Estado brasileiro em implementar tais projetos e a falta de reflexões sobre o tema embora esta questão fosse premente.

As razões da produção, falência e reiteração do Sistema Nacional de Arquivos encontram-se, porém, ausentes da escassa literatura a respeito, apesar desta noção se constituir num dos principais eixos da Arquivologia no Brasil, particularmente entre as instituições arquivísticas públicas. Esbarrou-se, portanto, num aparente silêncio dos atores situados em diferentes pontos, das dimensões histórica e epistemológica dos projetos de Sistema Nacional de Arquivos (JARDIM, 1995, p. 19).

O marco teórico no qual esta pesquisa foi embasada foram os conceitos da Teoria Geral dos Sistemas, Políticas de Informação e conceitos norteadores de Estado, Administração Pública, Burocracia e Governo para entendimento do Estado e da administração pública no Brasil. À luz da Teoria Geral dos Sistemas, Jardim pesquisou em obras de referência, autores internacionais e nacionais os conceitos de Sistema de Arquivos e Sistema Nacional de Arquivos. Algumas considerações de Jardim sobre a pesquisa na literatura: “Na literatura internacional, as noções de sistema de arquivos e de sistema nacional de arquivos são pouco frequentes, (...)” (JARDIM, 1995, p. 45). E ainda: “A escassa literatura arquivística brasileira não aponta para uma conceituação de sistema nacional de arquivos, apesar da força paradigmática que este projeto assume na História recente dos arquivos no Brasil. A noção de sistema de arquivos mostra-se, porém, mais frequente” (JARDIM, 1995, p. 49). O recorte temporal da pesquisa foi do período entre 1964 e 1994.

Embora a pesquisa tenha sido realizada em um programa de pós-graduação em Ciência da Informação, evidenciam-se apenas algumas contribuições desta área. No plano nacional, os trabalhos das autoras Lena Vânia Ribeiro Pinheiro e Leila Beatriz Ribeiro no que tange a Teoria Geral dos Sistemas. No plano internacional, foram referenciados Modesto Zaldívar Colazzo, Pauline Atherton e I. Wesley-Tanascovic.

Entre os autores internacionais da Arquivologia encontram-se Carol Couture, Marcel Lajeunesse, Jean-Yves Rousseau, Bruno Delmas, Antonia Heredia Herrera, Elio Lodolini, Rolf Nagel, Theodore Schellenberg e Manuel Vasquez. E os nacionais Heloisa Belloto, Astréa de Moraes e Castro, José Pedro Esposel, F. Araújo, Hâmida Helluy, Josefina Gorbea, Marilena Leite Paes, Heloísa de Almeida Prado, José Honório Rodrigues, Maria Aparecida dos Santos e o próprio José Maria Jardim.

O que pode ser entendido como possibilidade de diálogo entre a Ciência da Informação e a Arquivologia é a multidisciplinaridade do tema proposto e o conceito de sistema que segundo Jardim (1995, p.159) na conclusão de seu livro, estava sendo contemplado em trabalhos recentes em Ciência da Informação naquele momento. Diante das diversas facetas do objeto da pesquisa seja do ponto de vista técnico, histórico, sócio-político e epistemológico, o autor estabeleceu fronteiras com outras áreas do conhecimento além do diálogo com a Ciência da Informação; a Ciência Política, a Administração, História e a Antropologia (esta principalmente cobriu aspectos metodológicos) figuraram para a realização da pesquisa.

5.2.2 Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental (1999)

José Maria Jardim, professor universitário, elaborou sua tese de doutorado tendo como objeto de pesquisa o Estado brasileiro como campo informacional (JARDIM, 1998, p.21). O ano de obtenção do título de doutorado se deu no ano de 1998 sob o título “Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do estado brasileiro” na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. A orientadora do projeto foi Maria Nélida González de Gómez.

A tese que norteou o autor para a pesquisa foi:

“(…) em níveis gerais, o aparelho de Estado não controla a si mesmo em termos informacionais. O Estado tende a ser invisível a si mesmo. Este quadro se expressa na fragilidade da maior parte de suas estruturas e recursos informacionais e na ausência de políticas de informação. Por outro lado e em consequência, a opacidade informacional beneficia e é favorecida pela reprodução e ampliação do controle do Estado por classes ou frações de classe dominantes. As escassas possibilidades de acesso à informação governamental por outros grupos sociais contribuem para a hegemonia do bloco no poder e a exclusão dos setores dominados. O Estado tende a ser invisível à sociedade civil (JARDIM, 1999b, p. 21).

Desta maneira, compreendeu-se que as instituições arquivísticas públicas não cumprem com as funções de disseminação de informação governamental para o cidadão e o administrador público por conta da carência de políticas públicas arquivísticas. Ademais, eram desconhecidas as atividades inerentes à gestão da informação arquivística no âmbito da administração pública federal.

Para realização da pesquisa foram pesquisados documentos referentes aos projetos e programas de políticas informacionais em órgãos federais, *sites* dos ministérios e entrevistas com profissionais da informação e administradores públicos federais.

Constam do marco teórico que embasou a pesquisa a noção de informação arquivística; os conceitos de Estado, Hegemonia, os arquivos como escrita do Estado, o Direito à Informação, Igualdade e Cidadania. Reuniram-se a estes conceitos as noções de Transparência e Opacidade que representam os graus de controle e gestão das instituições do Estado pelos cidadãos através de políticas mais democráticas e de inclusão social através do acesso à informação. O recorte temporal da pesquisa foi compreendido entre 1985 e 1997,

justificado em função do período de democratização do país após 1985. (JARDIM, 1999b, p. 25).

Jardim verifica que apesar do processo de democratização no qual o Brasil passou após o período de ditadura militar, não se tornaram efetivas os discursos de democratização da informação. E

(...) a questão informacional encontra-se periférica ou ausente do que se toma como “funções essenciais” do Estado. Tal ocorre na mesma conjuntura em que se discute a crise do Estado social no Brasil sem que jamais este qualificativo tenha feito parte efetiva da agenda estatal. Sob a mesma lógica, é possível reinventar um Estado tão mínimo a ponto de prescindir da informação como recurso estratégico às suas funções e à sua democratização. Trata-se da absoluta naturalização da opacidade e da exclusão informacional (JARDIM, 1999b, p. 201).

Os autores do campo da Ciência da Informação referenciados por Jardim no plano internacional foram Blaise Cronin, Brenda Dervin, F. Machlup e U. Mansfield. No plano nacional foram Aldo de Albuquerque Barreto, Maria Nélide González de Gómez e Lena Vânia Ribeiro Pinheiro.

Entre os autores da Arquivologia internacionais encontram-se Guy Braibant, Carol Couture, Jean-Yves Rousseau, Daniel Ducharme, Michel Duchein, Antonia Heredia Herrera e J. Enrique Ampudia Mello. E os nacionais Ana Maria de Almeida Camargo, Maria Odila Kahl Fonseca, Jailza de Souza Queiroz, Renato Tarciso Barbosa de Souza e o próprio José Maria Jardim.

A interlocução com a Ciência da Informação pode ser observada a partir da seguinte explicitação do autor:

A opacidade informacional do Estado e suas possibilidades de transparência constituem um tema ainda não contemplado como objeto de pesquisa na Ciência da Informação. Neste sentido, esta pesquisa insere-se num dos principais veios atualmente contemplados pela Ciência da Informação: o uso social da informação.

É abundante a literatura de Ciência da Informação sobre sistemas e serviços de informação governamentais. As políticas públicas de informação tendem, porém, a ser um tema contemplado em menor escala, especialmente nos periódicos brasileiros. De modo geral, estes temas são abordados desconhecendo-se o Estado como questão teórica e processo histórico. Em consequência, o Estado é, no máximo, um dado implícito e naturalizado sob uma tecnicidade frequentemente neutralizada (JARDIM, 1999b, p. 24).

Identifica-se ainda que um dos objetivos da pesquisa foi de favorecer os vínculos entre as disciplinas da Ciência da Informação e da Arquivologia. (JARDIM, 1999b, p.25)

Conforme exposto por Jardim, para construção da tese foram estabelecidos diálogos com a Ciência Política, a Administração, a História e a Sociologia, tendo principalmente como referenciais a Arquivologia e a Ciência da Informação (JARDIM, 1999b, p.24).

5.2.3 Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística (2002)

Vanderlei Batista dos Santos, arquivista da Câmara dos Deputados, elaborou sua dissertação de mestrado tendo como tema a gestão dos documentos eletrônicos sob a perspectiva da Arquivologia analisando a situação dos arquivos públicos estaduais brasileiros e o Arquivo Nacional. O ano de obtenção do título de mestre se deu no ano de 2001 sob o título “Gestão de documentos eletrônicos sob a ótica arquivística: identificação das principais correntes teóricas, legislação e diagnóstico da situação nos Arquivos públicos brasileiros” no Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília. A orientadora do projeto foi Georgete Medleg Rodrigues.

A principal questão abordada pelo autor para o desenvolvimento da pesquisa tratava dos impactos teórico-práticos da inserção dos documentos eletrônicos nas atividades arquivísticas, considerando que estas atividades eram exercidas para o gerenciamento principalmente para os documentos em suporte papel nas instituições arquivísticas.

Desta maneira, tornava-se necessário a realização de pesquisas que contemplassem este cenário, resultado do desenvolvimento tecnológico e social conforme exposto pelo autor:

Na revisão de literatura feita à época não havia sido encontrado nenhum estudo atual e sistematizado sobre as correntes teóricas acerca da definição de gestão de documentos eletrônicos na perspectiva arquivística, que nos interessava particularmente. Embora alguns trabalhos como os de Gravel (1990), de Dollar (1992) e do Conselho Internacional de Arquivos (1997) fossem bastante abrangentes e essenciais a qualquer pesquisa sobre documentos eletrônicos, eles tinham como pano de fundo a realidade social e tecnológica norte-americana e europeia. Para nós, eram fundamentais estudos que considerassem o contexto brasileiro (SANTOS, 2005, p. 15).

E mais:

Os documentos eletrônicos por serem predominantemente encontrados na fase corrente, até a década de 1980, eram pouco contemplados por estudos teóricos ou práticos. A visão integrada das três idades documentais trouxe para a ordem do dia a discussão sobre o tratamento da documentação eletrônica, mesmo porque, com o passar dos anos, as transferências deste tipo de material já preocupavam as instituições de arquivo permanente (SANTOS, 2005, p. 23).

Como marco teórico, foram apresentadas definições de documento eletrônico e aspectos quanto à conservação, preservação, avaliação, legislação e o tratamento para este gênero documental.

O autor mapeou as principais correntes teóricas nacionais e internacionais, e a legislação referente ao tema, além de ter aplicado um questionário junto aos arquivos públicos estaduais brasileiros e o Arquivo Nacional.

Convém salientar que embora a pesquisa tenha sido realizada no âmbito de um programa de pós-graduação em Ciência da Informação, não há qualquer menção deste campo e nem foram encontradas referências ou citações de autores da Ciência da Informação internacionais ou nacionais. Assim, não foi possível visualizar diálogos evidentes entre a Arquivologia e a Ciência da Informação.

A Arquivologia foi a principal referência de Vanderlei Batista dos Santos acrescido de algumas contribuições das áreas de Informática e noções jurídicas.

Os autores da Arquivologia internacionais foram Terry Cook, Paul Conway, Carol Couture, Jocelyne Martineau, Daniel Ducharme, Charles Dollar, Luciana Duranti, Alf Erlandsson, Katharine Gravel, Margareth Hedstrom, Peter Mazikana, David Roberts, Jeff Rothenberg, Jean-Yves Rosseau, Theodore Schellenberg, Armando Malheiro Da Silva e Fernanda Ribeiro. E os nacionais foram Heloisa Belloto, Ana Maria de Almeida Camargo, Astréa de Moraes e Castro, Daniel Flores, Maria José Rabello de Freitas, Ana Celeste Indolfo, Humberto Celeste Innarelli, José Maria Jardim, Luis Carlos Lopes, Anna Carla de Almeida Mariz e Marilena Leite Paes.

A dissertação teve a sua primeira edição como livro no ano de 2002; e, em 2005 foi publicado uma segunda edição revista e ampliada. É possível encontrar a segunda edição em *sites* de algumas associações de arquivistas e eventos como congressos e encontros de profissionais, pesquisadores e estudantes de Arquivologia no Brasil.

5.2.4 Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea (2002)

Rosely Curi Rondinelli, arquivista da Fundação Casa de Rui Barbosa, realizou sua pesquisa tendo como tema o gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos. O ano de obtenção do título de mestre se deu em 2002 sob o título “Fidedignidade e autenticidade do documento eletrônico”, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Estado do Rio

de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. A orientadora do projeto foi Maria Nélide González de Gómez. O livro se encontra atualmente em sua quinta edição.

Para a autora, a proliferação de projetos de sistemas de gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos implementados trazia em seu bojo a questão de como garantir a confiabilidade destes sistemas. (RONDINELLI, 2005, p. 15)

De acordo com Rondinelli

No mundo dos arquivos, a busca pelo domínio da construção desses tipos de sistemas tem dominado a literatura arquivística internacional nos últimos anos. Entre os profissionais da área, alguns, como Duranti e MacNeil, (...), consideram que podiam rever os princípios e conceitos da diplomática, uma disciplina voltada para a análise dos documentos medievais, e aplica-los aos documentos contemporâneos. Outros viram na garantia literária fornecida pelo levantamento de leis, normas e práticas profissionais consagradas, de determinadas áreas do conhecimento, o caminho para criação de requisitos arquivísticos para os sistemas em questão (RONDINELLI, 2005, p.18).

O marco teórico para realização desta pesquisa foi os conceitos da Diplomática – fidedignidade e autenticidade – além da reconstrução do percurso histórico da Arquivologia e da própria Diplomática analisando alguns conceitos como documento arquivístico, análise diplomática do documento eletrônico, metadados como elementos da análise diplomática de documentos eletrônicos arquivísticos. Abordou ainda, as propostas de gerenciamento arquivístico apresentadas na comunidade acadêmica e em algumas instituições arquivísticas internacionais e as iniciativas do governo brasileiro em torno do que ficou conhecido como “Governo Eletrônico”.

No que diz respeito à interlocução entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, Rondinelli reconheceu que há um estreitamento entre as duas disciplinas no Brasil a partir dos anos 90 com o surgimento de artigos e eventos que tratavam do tema. (Rondinelli, 2005, p.21)

Além da Ciência da Informação, identifica-se como aporte teórico conforme expresso pela autora as áreas da Diplomática, citada anteriormente; e a Informática. Nota-se que, embora a Ciência da Informação seja citada na introdução livro, foram referenciadas teorias desta área apenas na introdução do texto.

Entre os autores da Ciência da Informação internacionais encontram-se Harold Borko e Tefko Saracevic. Os autores da Ciência da Informação nacionais foram Ricardo Shoiti Ikematu, Carlos Henrique Marcondes, Lena Vânia Ribeiro Pinheiro e José Mauro Matheus Loureiro.

Os autores da Arquivologia internacionais foram David Bearman, Lionel Bell, Thomas Elton Brown, Michael Carrol, Ivan Cloulas, Michael Cook, Richard Cox, Charles Dollar, Wendy Duff, Luciana Duranti, Alf Erlandsson, Meyer Fishbein, Katharine Gravel, Margaret Hedstrom, Misook Heo, Suan Murray, Elio Lodolini, Heather Macneil, Paul Marsden, John McDonald, Rieger Morris, Preben Mortensen, Trudy Peteson, Paule René-Bazin, David Roberts, Armando Malheiro da Silva, David Wallace e Peter Walne. Os nacionais foram Auta Rojas Barreto, Ana Maria de Almeida Camargo, Maria Odila Kahl Fonseca, José Maria Jardim, Anna Carla de Almeida Mariz, Antônio Garcia de Miranda Neto, Janice de Mello Mont-Mor, Vanderlei Batista dos Santos, Nilza Teixeira Soares e Ana Celeste Indolfo.

5.2.5 Arquivologia e ciência da informação (2005)

Maria Odila Kahl Fonseca, professora universitária, teve como tema de pesquisa as mudanças e transformações da produção do conhecimento arquivístico e seus objetos de pesquisa no Brasil. O ano de obtenção do título de doutora foi o de 2005 sob o título “Arquivologia e Ciência da Informação: (re) definição de marcos interdisciplinares”, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. A orientadora do projeto foi Maria Nélide González de Gómez.

Os pressupostos para a pesquisa de Fonseca (2005, p. 11-12) são os seguintes:

- a partir do final dos anos 1980, sobretudo, desenvolve-se um novo processo e um novo lócus de produção do conhecimento arquivístico, identificados com a pesquisa de pós-graduação, em especial com programas de pós-graduação em ciência da informação;
- (...), uma nova pauta de reflexões vem contribuindo para uma redefinição da arquivologia como campo de saber autônomo, principalmente no sentido de rediscutir seus objetos e objetivos tradicionais;
- um alargamento nas reflexões sobre a ciência da informação sugere que se tende a incorporar à informação arquivística um novo objeto de interesse.

O marco teórico da pesquisa foram as próprias áreas da Ciência da Informação e da Arquivologia, na medida em que a autora mapeia referenciais histórico-epistemológicos de ambas no plano internacional e nacional. Nesse sentido, Fonseca (2005, p. 12) afirma:

Analisar as características da reformulação nas áreas predominantes de reflexão e pesquisa dentro da arquivologia, identificando um quadro e interseção de interesses com a ciência da informação, pode contribuir, ainda que modestamente, para delinear os contornos da arquivologia como campo de conhecimento e para alargar suas fronteiras acadêmicas. Por outro lado, também pode contribuir para a incorporação do fenômeno informacional arquivístico aos territórios da ciência da informação.

Para atender os objetivos e pressupostos de pesquisa a autora analisou a produção de conhecimento da área arquivística a partir dos principais periódicos, teses e dissertações com temática arquivística nos programas de pós-graduação brasileiros e a realização de revisões de literatura observando o desenvolvimento tanto da Arquivologia como da Ciência da Informação. O que pode ser entendido como recorte temporal utilizado por Fonseca foi o período a partir do final dos anos 1980 até a época da realização de sua pesquisa, onde a autora mapeia as transformações ocorridas no campo arquivístico.

Entre os autores da Ciência da Informação internacionais encontram-se Nicholas Belkin, Harold Borko, B. Brookes, D.J. Foskett, Donald T. Hawkins, Robert M. Hayes, Saul Herner, Yves Le Coadic, F. Machlup, U. Mansfield, Paul Otlet, Tefko Saracevic, Jesse Shera, D. B. Cleveland, Hans Wellisch e Y. Zhang.

Entre os autores da Ciência da Informação nacionais estão Gilda Braga, Maria Nélide González de Gómez, Antônio Miranda, Aldo de Albuquerque Barreto, Suzana Mueller, C. Pecegueiro, Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, Jaime Robredo, J. Smit, M. Tálamo e N. Kobashi.

Os autores da Arquivologia internacionais são J. Enrique Ampudia Mello, David Bearman, Marie-Anne Chabin, Terry Cook, Carol Couture, Jean-Yves Rousseau, Daniel Ducharme, Bruno Delmas, Gilles Deschatelet, Michel Duchein, Luciana Duranti, F. Fuster Ruiz, O. Gallego Dominguez, P. Lopez Gomez, N. Graham, Antonia Heredia Herrera, Eric Ketellar, Elio Lodolini, M. Paz Martín-Pozuelo, Ernst Posner, P. Rastas, Artel Ricks, Theodore Schellenberg, Armando Malheiro da Silva, Hugh Taylor e Theo Thomassen.

Os autores da Arquivologia nacionais são José Pedro Pinto Esposel, Maria Odila Kahl Fonseca e José Maria Jardim.

Em linhas gerais, a autora mapeou o fenômeno da produção de conhecimento arquivístico que se deslocou das instituições arquivísticas para a universidade, sobretudo para programas de pós-graduação e mais precisamente em programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Desta maneira a autora observou que as relações interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação se dão de maneira muito forte no Brasil.

5.2.6 A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil (2008)

Sérgio Conde de Albite Silva, professor universitário, teve como tema de pesquisa a preservação da informação arquivística no âmbito do Estado brasileiro. O ano de obtenção do título de doutor foi o de 2008 com título homônimo, no convênio entre a Universidade Federal Fluminense e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. O orientador do projeto foi José Maria Jardim.

O autor observou que a preservação informação governamental é uma questão que ainda não foi resolvida no Brasil. (SILVA, 2008, p. 12).

Desta maneira Silva (2008, p.13) expôs,

(...) adotou-se o entendimento da preservação da informação arquivística do Executivo federal deve ser tratada como uma questão de Estado e de governo. Uma questão de Estado, porque é no ambiente relacional do Estado que o indivíduo (sociedade civil, no conceito ampliado de Estado de Gramsci) terá, pelo menos de forma potencial, a possibilidade de, por meio do acesso à informação produzida e preservada pelo Estado (sociedade política, no sentido estrito, no mesmo conceito de Gramsci), buscar e exigir direitos fundamentais de liberdade pessoal, política e econômica e direitos sociais de participação política e distribuição da riqueza social.

A tese que norteou a pesquisa do autor foi:

(...) a preservação contínua e a longo prazo da informação arquivística produzida e acumulada pelo Poder Executivo Federal do Brasil está condicionada à formulação e implementação de políticas públicas. Sem políticas públicas arquivísticas, tende a ser menor a possibilidade de se preservar, de forma contínua, a informação arquivística governamental, como tende a ser maior a dificuldade de se garantir o seu acesso a longo prazo.

Para realização da pesquisa foi pesquisado o orçamento geral da união entre os anos de 1995-2005 (recorte temporal da pesquisa), atas e resoluções do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ e relatórios de gestão do Arquivo Nacional. Além disso, foram feitas entrevistas com atores envolvidos com os processos decisórios do CONARQ e do Arquivo Nacional no período 1995-2005.

O marco teórico para realização da pesquisa foram os conceitos de Estado, Sociedade Civil, Democracia, Informação governamental, Informação arquivística governamental, Políticas Públicas, Análise de políticas públicas, Preservação.

Nesta direção, pode ser identificado que a pesquisa de Sérgio Conde de Albite Silva insere-se no contexto da pesquisa realizada por José Maria Jardim, **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**, referenciado anteriormente nesta pesquisa.

Os autores da Ciência da Informação internacionais referenciados foram Mercedes Caridad Sebastián, Eva Maria Méndez Rodríguez, David Rodríguez Mateos, Julio Cubillo e Bernd Frohmann. Os autores da Ciência da Informação nacionais referenciados foram Marta Pinheiro Aun, Hagar Espanha Gomes, Maria Nélide González de Gómez, Carlos Henrique Marcondes, Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, Leila Beatriz Ribeiro, Solange Sette Garcia de Zúñiga e Ana Maria Barcelos Malin.

Os autores da Arquivologia internacionais referenciados foram J. Enrique Ampudia Mello, Paul Conway, Terry Cook, Carol Couture, Daniel Ducharme, Bruno Delmas, Jocelyne Martineau, Jean-Yves Rousseau, Maria Manuela Pinto, Armando Malheiro Da Silva e Theo Thomassen. Os autores da Arquivologia nacionais referenciados foram Heloisa Belloto, Maria Odila Fonseca, Ana Celeste Indolfo, José Maria Jardim, Vanderlei Batista Dos Santos, Janice Gonçalves, Adriana Lúcia Cox Hollós, Claudia Lacombe Rocha, Margareth da Silva e o próprio Sérgio Conde de Albite Silva.

A interlocução com a Ciência da Informação pode ser ilustrada a partir da seguinte afirmação do autor:

A Arquivologia e a Ciência da Informação, como áreas do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, nas quais se estruturam histórica e conceitualmente, configuram-se como o *locus* adequado para obterem-se os referenciais epistemológicos necessários à compreensão do problema e as possíveis diretrizes que apontem para integridade dos registros e subsequente uso seguro da informação governamental, nesse processo de construção (2008, p. 14).

Além disso, um dos objetivos da pesquisa foi identificar possíveis elementos conceituais e metodológicos que articulassem a Arquivologia, a Ciência da Informação e a Preservação o que ampliaria a pesquisa sobre preservação da informação arquivística governamental. (SILVA, 2008, p.19).

Por fim, observou-se que o autor tentou aproximar as áreas da Arquivologia e da Ciência da Informação levantando comunicações em congressos, artigos de periódicos, dissertações e teses que abordaram o tema pesquisado. As comunicações em congressos

foram verificadas na área de Arquivologia e as dissertações e teses em programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Conforme exposto pelo autor, para construção da tese foram estabelecidos além dos diálogos com a Ciência da Informação e a Preservação, houve aspectos da Análise de Políticas públicas, a Sociologia e a Administração.

5.3 INCIDÊNCIAS DE AUTORES NOS LIVROS

Após a síntese dos livros objetos desta pesquisa, os gráficos a seguir demonstram as incidências de citações ou referências nas bibliografias de autores da Ciência da Informação e da Arquivologia.

É importante destacar que os autores não foram separados nas categorias internacionais e nacionais nestes gráficos.

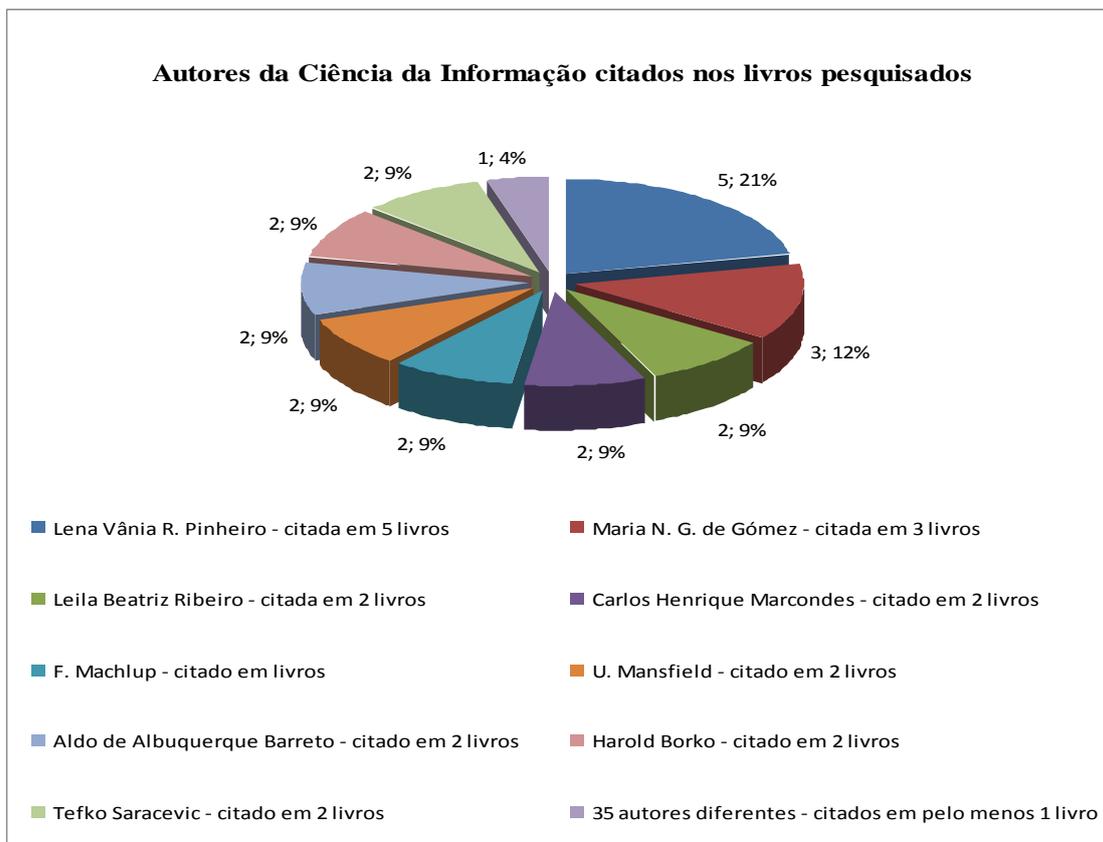


Gráfico 10: Incidência de autores da Ciência da Informação

A incidência de textos de Lena Vânia Ribeiro Pinheiro foi de quatro vezes nas bibliografias dos livros objeto desta pesquisa: referentes ao campo da Ciência da Informação

– suas origens, delimitações e interdisciplinaridade com outros campos. Um texto da autora versa sobre políticas públicas de informação.

Os textos de Maria Nélida González de Gómez utilizados tratam de questões relacionadas às políticas de informação e suas implicações econômicas e socioculturais. Conforme observado no gráfico 5 deste capítulo, Gómez foi orientadora de três pesquisas que se tornaram livros com temática arquivística, o que implica em apontar a influência e a troca de experiências através da orientação.

A categoria “7 autores” teve a incidência de dois textos referenciados. A categoria “35 autores” indica que 35 autores diferentes tiveram pelo menos um texto como referência. Estes textos foram referenciados nos livros “Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea”, “Arquivologia e ciência da informação” e “A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil”.

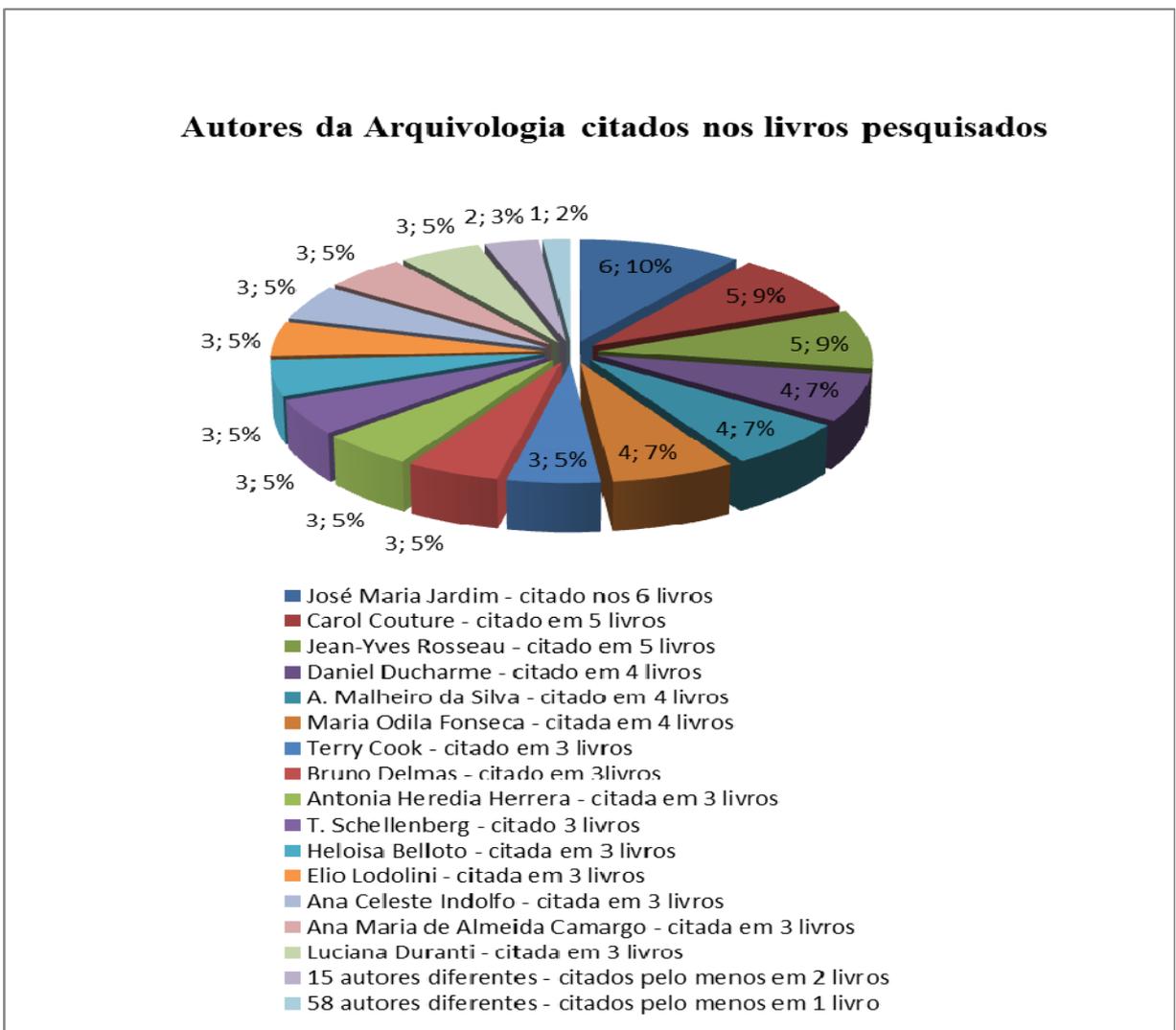


Gráfico 11: Incidência de autores da Arquivologia

Entre os textos da Arquivologia referenciados, foram mais frequentes os textos de José Maria Jardim. Isto pode ser explicado pela variedade de temas nos quais o autor abordou, como políticas públicas de arquivos e de informação; educação e pesquisa arquivística; e, tecnologias de informação face à Arquivologia.

Os textos de Carol Couture, Jean-Yves Rosseau e Daniel Ducharme foram escritos em parcerias entre estes autores. Abordavam principalmente o conceito da Arquivologia ou Arquivística Integrada (conforme traduzido no idioma português falado em Portugal) face à cisão existente na disciplina na América do Norte. Além disso, os estudos destes autores foram importantes no que tange ao estatuto da Arquivologia enquanto disciplina científica.

Os textos apresentados por Armando Malheiro da Silva representaram uma proposta de caráter interdisciplinar onde a Ciência da Informação seria formada pelo cruzamento de disciplinas e entre estas disciplinas estaria a Arquivologia. Estavam sendo bastante difundidas – inclusive no Brasil – as ideias de Silva e outros no momento de realização das pesquisas de Vanderlei Batista dos Santos, Rosely Curi Rondinelli e Maria Odila Fonseca.

Maria Odila Fonseca teve os seus textos referenciados em quatro oportunidades; duas delas foram em conjunto com José Maria Jardim, os outros foram referentes às questões do direito à informação e as instituições arquivísticas.

Os autores que apareceram referenciados três vezes, em geral foram autores considerados clássicos da área Arquivística tais como T. Schellenberg, Elio Lodolini, Antonia Heredia Herrera, entre outros.

A categoria “15 autores” teve a incidência de dois textos referenciados. A categoria 58 autores indica que 58 autores diferentes tiveram pelo menos um texto como referência.

Em linhas gerais, os autores referenciados foram apresentados nas pesquisas concernentes aos documentos eletrônicos – “Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem da diplomática arquivística contemporânea”, de Rosely Curi Rondinelli; e, “Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística”, de Vanderlei Batista dos Santos. O que talvez possa traduzir esta questão, foi a grande quantidade de textos de autores internacionais. Estes textos, tratam de temas referentes aos documentos eletrônicos e foram utilizados por ambos autores.

A análise feita neste capítulo permitiu compreender o processo de construção dos livros pesquisados. Os aspectos dos livros apresentam mudanças na produção de conhecimento arquivístico, inclusive em suas bases teóricas, e convidam à reflexão sobre temas que sistematicamente entraram nas agendas de pesquisa da Arquivologia e que impulsionam a disciplina para o reconhecimento de disciplina científica no Brasil. As

entrevistas realizadas com os autores dos livros encontram-se no próximo capítulo. Desta maneira, buscou-se entender questões além das possíveis análises feitas sobre suas pesquisas.

6 AS FALAS DOS AUTORES

As entrevistas desta pesquisa foram realizadas com a perspectiva de compreender questões que vão além das possíveis interpretações das leituras dos livros. Em linhas gerais, buscou-se verificar e aprofundar junto aos autores as razões pelas quais culminaram na transformação das dissertações e teses em livros.

Silva (2008, p. 202) observa que “A entrevista é uma ferramenta própria da metodologia de pesquisa qualitativa que possibilita avaliar, qualificar e confrontar as narrativas dos entrevistados com os documentos estudados”.

Minayo (2009, p. 64, grifo da autora) por sua vez define a entrevista da seguinte forma:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

O tipo de entrevista apresentado foi o semi-estruturado, ou seja, foi elaborado um guia previamente que se encontra na seção de anexos desta pesquisa e que serviu de eixo orientador para o desenvolvimento das entrevistas com possibilidades de flexibilização de acordo com as respostas dos entrevistados. No entanto, torna-se necessário elucidar que devido à distância, foi enviado um questionário por correio eletrônico com perguntas fixas, baseado no guia para as entrevistas, ao autor do livro **Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística**, Vanderlei Batista dos Santos.

Não foi possível realizar a entrevista com a Professora Maria Odila Fonseca, dado o seu falecimento em dezembro de 2007.

Assim, foram entrevistados quatro autores dos seis livros pesquisados:

- José Maria Jardim: professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, formado em História, mestre e doutor em Ciência da Informação – Entrevista realizada no dia 03/12/2010, em sua residência particular. Daqui em diante identificado pelas iniciais **JMJ**. O tempo total da entrevista foi de 50 minutos;
- Rosely Curi Rondinelli: funcionária pública federal da Casa de Rui Barbosa, formada em História e em Arquivologia, mestre em Ciência da Informação e cursando o doutorado em Ciência da Informação pelo convênio entre a

Universidade Federal Fluminense e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Entrevista realizada no dia 25/11/2010, na Fundação Casa de Rui Barbosa. Daqui em diante identificada pelas iniciais **RCR**. O tempo total da entrevista foi de 20 minutos;

- Sérgio Conde de Albite Silva: professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, formado em Arquivologia, mestre em Memória Social, Doutor em Ciência da Informação – Entrevista realizada no dia 29/11/2010, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Daqui em diante identificado pelas iniciais **SAS**. O tempo total da entrevista foi de 44 minutos;
- Vanderlei Batista dos Santos: funcionário público federal da Câmara dos Deputados em Brasília, formado em Arquivologia, mestre em Ciência da Informação e cursando o doutorado em Ciência da Informação na Universidade de Brasília. Daqui em diante identificado pelas iniciais **VBS**. O questionário foi enviado no dia 30/11/2010 e foi respondido na mesma data.

O tempo total das entrevistas, excluindo o questionário enviado por e-mail para Vanderlei Batista dos Santos, foi de 1h40min de gravação, ou seja, em média foram 46 minutos por entrevistado. As respostas dos entrevistados foram identificadas pelas iniciais de seus nomes no início de cada citação. Desta maneira, é possível identificar melhor as respostas de cada entrevistado. Foi elaborado um roteiro para a realização das entrevistas onde foram abordados os tópicos a seguir:

- **Tema de pesquisa** – neste tópico foram abordados o interesse de pesquisa de cada entrevistado e quais as motivações para este interesse.
- **Realização da pesquisa mestrado e/ou doutorado no campo da Ciência da Informação** – os entrevistados foram questionados sobre o motivo da realização de suas pesquisas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação e se essa opção favoreceu para estas pesquisas.
- **Escolha da Ciência da Informação nos dias atuais** – os entrevistados foram questionados se escolheriam a Ciência da Informação nos dias atuais para realizarem suas pesquisas. Além disso, foi perguntado qual área do conhecimento escolheriam caso não optassem pela Ciência da Informação.

- **Mestrado e Doutorado em Arquivologia** – indagou-se aos entrevistados se optariam pela escolha de um mestrado ou doutorado em Arquivologia, caso fossem oferecidos estes cursos no Brasil e atendessem aos seus interesses de pesquisa.
- **Subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação no CNPQ³⁹** – pediu-se aos entrevistados que refletissem sobre a tabela de áreas do conhecimento do CNPQ, segundo a qual a Arquivologia é uma subárea da Ciência da Informação.
- **Repercussão do livro na Arquivologia e na Ciência da Informação** – os entrevistados foram solicitados a avaliar as repercussões de seus livros tanto na Arquivologia como na Ciência da Informação.
- **Dificuldades para publicação de livros científicos no Brasil** – Neste tópico, consideraram-se as dificuldades para publicação de livros científicos e como foi processo de publicação das teses e dissertações em livros. Foram questionadas as motivações dos autores para publicarem suas pesquisas em livros e se foram iniciativas dos próprios autores ou sugestão de terceiros.
- **Escassez de publicação de livros em Arquivologia no Brasil** – Partindo do pressuposto que há uma quantidade baixa de publicações de livros em Arquivologia no Brasil, solicitou-se aos entrevistados que refletissem sobre esta questão.
- **Publicação em formato eletrônico** – perguntou-se aos autores, supondo que seus livros fossem inéditos, se eles concordariam com a publicação exclusivamente em formato eletrônico.

Assim, seguem as entrevistas feitas na ordem que os tópicos foram apresentados acima.

Para uma melhor compreensão, tentou-se reproduzir em cada tópico a ordem cronológica na qual os livros foram publicados.

³⁹ A Tabela das Áreas de Conhecimento do CNPq, em vigor desde 1984. Em 2005 o CNPq aprovou uma proposta de uma nova classificação das áreas de conhecimento Talvez, como reflexo de alguns avanços em termos de institucionalização, a Arquivologia passou a ser reconhecida como área de conhecimento autônoma. Essa proposta, no entanto, não foi implementada. Para verificação desta proposta recomendamos http://www.finep.gov.br/imprensa/sala_imprensa/novatabela.pdf. Acesso em 27 de maio de 2011.

6.1 TEMA DE PESQUISA

Ao serem perguntados sobre a escolha do tema de pesquisa, dois entrevistados abordaram que seus temas foram construídos e motivados a partir das práticas profissionais e os desafios impostos no decorrer dessas atividades. Outro aspecto que figurou para escolha dos temas para esses autores foi o ineditismo do tema. É importante observar que dois trabalhos foram de um mesmo autor.

JMJ - Do ponto de vista da dissertação que resultou no livro cujo título é “*Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do sistema nacional de arquivos*”, o que me motivou foi o fato de ter trabalhado, por um bom tempo, no Arquivo Nacional lidando com questões relativas ao sistema nacional de arquivos, na configuração que ele tinha em função da legislação de 78. E aí, a questão teórica do sistema me chamava a atenção como uma fronteira a ser investigada. Dentro disso, ressaltava-me o que era relativo aos sistemas públicos arquivísticos, ou às concepções, especialmente no Brasil, de sistemas de arquivos estaduais e municipais, e considerando o fato de que esse sistema de 78 foi o primeiro oficializado. Mas já havia um plano de sistema nacional de arquivos desde a década de 60. Chamava-me a atenção o fato quando eu fiz o mestrado, por volta de 1992 a 1994, pois estávamos trabalhando com uma terceira tentativa de sistema nacional de arquivos na qual pesavam as dificuldades de operacionalização dessa ordenação sistêmica. Eu realizei meu mestrado no IBICT-UFRJ Escola de Comunicação. A Ciência da Informação tem o Sistema de Informação como um aparato conceitual e um dispositivo operacional muito forte. E, já naquele momento, estavam evidentes críticas dentro da própria Ciência da Informação em diálogo com outras áreas envolvendo o modelo sistêmico de interpretação da realidade. Então, eu fui motivado por essa perspectiva. Quanto ao [livro] “*Transparência e Opacidade do Estado*” que resultou da minha tese, também me remeto a minha prática de gestão arquivística no Arquivo Nacional. A questão fundamental ali era visualizar um quadro histórico do Estado brasileiro, enfatizando especialmente a questão dos arquivos, a situação periférica destes na configuração do Estado no Brasil, e não só no Brasil, mas na América Latina como um todo. Sendo a minha observação no Brasil, eu queria investigar esse processo de ‘periferização’, bem como essa relação do Estado com a sociedade, e muito mais em função de um ocultamento de processos e das suas informações, do que de transparência de suas informações, em especial as informações arquivísticas. Significava, portanto, adentrar na Teoria do Estado e pensar o Estado como campo informacional. Isso me parecia muito interessante porque me remetia a uma dimensão política da questão arquivística e, em especial, ao Estado brasileiro, considerando, obviamente, o seu percurso histórico. A motivação, portanto, derivou muito da minha prática nos projetos de construção da gestão de documentos como referência teórica, e como conjunto de práticas arquivísticas na administração pública, no caso federal, o que, naquela altura, era algo muito inovador.

VBS - Como responsável pela Gerência de Gestão Documental tinha como demanda a elaboração de um manual de gestão de documentos para a instituição na qual eu trabalhava – Arquivo Público do DF; ao perceber que

precisava contemplar os documentos eletrônicos, busquei apoio na universidade, da qual saíra há dois anos, e fui aconselhado a concluir minha pesquisa no âmbito de um programa de pós-graduação.

Para os entrevistados Sérgio Conde de Albite Silva e Rosely Curi Rondinelli o ineditismo da obra também foi um fator para realização de suas pesquisas. Contudo, as inquietações para estes entrevistados não se desenvolveu diretamente de práticas profissionais. O desenvolvimento das pesquisas surgiu a partir da observação a respeito dos temas e as novas abordagens que se apresentavam no âmbito da Arquivologia.

SAS - Minha pesquisa foi sobre preservação. Só que o entendimento de preservação, no meu ponto de vista, é de uma linha de pensamento que ganha espaço no mundo, mas que surge nos Estados Unidos e lá se consolida, abrangendo também o Canadá e um pouco Austrália. A questão da preservação é dividida em duas dimensões: uma dimensão tecnológica, já trabalhada por muitos anos, e mais facilmente reconhecida ao longo tempo; e uma dimensão política, não muito visível ainda e também não muito estudada e, por consequência, muito menos aplicada. O que eu 'tô' querendo dizer é que esse traço distintivo de procurar a dimensão política da preservação foi o principal elemento que me levou a formular, a construir e a desenvolver o projeto de pesquisa do doutorado e, por conseguinte, a publicação do livro sobre este. Então, (...) vamos dizer, a diferença, o fator diferencial, o elemento de novidade foi (...) levantar alguns aspectos, como elementos, dados e informações sobre essa dimensão política na preservação dos acervos, bem como na preservação da informação. Então, foi esta a causa que me levou a realizar tal pesquisa.

RCR – Olha, eu comecei a ler de forma exaustiva sobre esse assunto, e eu estudava tanto isso sozinha, – até porque eu pertencço à *Archivaria*⁴⁰ desde 1995 – , que eu comecei a ler sobre isso, e eu fiquei tão assim (...) lendo tudo aquilo, que até um dia um irmão meu, falou o seguinte: “(...) mas eu não entendo porque você estuda isso como se fosse um mestrado. Por que você não faz um mestrado? Já que você tá estudando tanto sozinha, então estuda para ter um título”. E aí eu falei: “Sabe de uma coisa? Acho que é um tema importante. A Arquivologia precisa disso. O nosso objeto de estudo, o documento arquivístico, é um documento no qual toda vida se apresenta em papel, e de repente este se apresenta em *bits* que precisam ser decodificados por um programa ‘pra’ você poder ter o documento semântico”. Foi exatamente aquilo que me encantou. Eu não posso mais colocar um documento na gaveta e deixar por dez, vinte anos como a gente fazia com papel. Se você fizer isso, você vai perder o documento. Então, era tudo tão

40 A *Archivaria* é uma revista científica pertencente à Associação dos Arquivistas Canadenses ou no original em inglês “Association of Canadian Archivists”. Teve sua primeira edição em 1971. Sua publicação recente está no número 70. É publicada eletronicamente pelo sistema Open Journal Systems, mas também pode ser adquirida em formato impresso. Disponível em <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/index>. Acesso em 14 de maio de 2011.

peculiar que eu falei: “o profissional de arquivo tem que entender disso”. E resolvi fazer o mestrado. Já entrei sabendo sobre o que eu queria pesquisar.

Desta forma, observa-se nas respostas de dois dos entrevistados que o contato profissional aliado à possibilidade de pesquisar um tema inédito proporcionou a realização de suas pesquisas, ou seja, a possibilidade de questões políticas e técnico/operacionais se tornarem questões com caráter científico e que cooperou para a inserção dos temas tratados pelos autores na pauta de pesquisa da Arquivologia.

Ao nos debruçarmos sobre as respostas de outros dois autores, observamos a urgência em tratar de novas abordagens no universo arquivístico. Ainda que os autores não tenham atuado profissionalmente ou tenham atuado pouco, percebemos que eles acompanhavam o desenvolvimento de seus temas propostos.

6.2 REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE MESTRADO E/OU DOUTORADO NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Considerando que os livros publicados pelos entrevistados figuram como livros de interesse para a Arquivologia, torna-se necessário relembrar que resultaram de pesquisas realizadas no campo da Ciência da Informação.

Assim, foram perquiridos os motivos pelos quais os entrevistados escolheram a Ciência da Informação para a realização de suas pesquisas. Desta maneira, procurou-se observar se esta escolha favoreceu para as pesquisas e de que forma.

Para um dos entrevistados, tanto na pesquisa do mestrado como no doutorado houve a necessidade de fazer um esforço para aproximar o seu objeto de pesquisa às propostas encontradas no programa escolhido. Contudo, foram percebidas possibilidades de diálogo entre as áreas e possíveis contribuições entre os campos, o que motivou ao entrevistado seguir as duas investigações.

JMJ - Bom, quando eu terminei a minha graduação eu já estava mirando na possibilidade de criar um caminho no campo arquivístico. Naquele momento, motivado por isso, mas sem grandes expectativas em relação ao que eu busquei, eu procurei fazer a especialização do IBICT em documentação científica. Isso foi em 1980 ou em 1979. Foi interessante, mas eu jurei que eu não voltaria mais para a Ciência da Informação, porque achava que ali eu não encontraria alternativas para o tipo de questão que eu tinha naquele momento. (...). Nos anos 90, não via muitas possibilidades, mas ao fim, achei que poderia ser uma alternativa válida. Eu fiquei muito inclinado a fazer minha pós-graduação em Administração Pública ou, eventualmente, em Ciência Política, mas, por outro lado, eu pensava que na

Ciência da Informação eu poderia abrir algumas zonas de investigação (...) que discutissem questões ‘micro arquivísticas’ associadas a um quadro geral da situação e, em especial, aos arquivos públicos brasileiros. E, foi sem muita expectativa que fiz o mestrado, mas tendo a sensação de que estava meio fora do lugar o tempo todo. Entretanto, tal sensação foi bastante amenizada, porque quando eu fui fazer o curso, coincidentemente, Maria Odila Fonseca estava reingressando no mestrado. Ela já havia tentado e, inclusive, realizado parcialmente nos anos 80, mas não teve a possibilidade de continuar, tendo em vista que ela atuava muito no Arquivo Nacional. No doutorado, voltei a pensar novamente na Ciência Política, na Administração Pública, mas eu continuei a visualizar a possibilidade de adentrar em determinadas discussões que talvez (...) encontrassem mais eco na Ciência da Informação. Para tanto, era necessário que eu fizesse um tremendo esforço interdisciplinar ou, no mínimo multidisciplinar, para discutir a dimensão arquivística informacional do Estado, envolvendo a Ciência da Informação, a Ciência Política e a História, que é a minha formação de graduação, bem como Administração Pública. Então, com as ressalvas que eu já tinha por conta dos limites acadêmico-institucionais, eu prossegui na Ciência da Informação. Aí, eu já tinha a experiência do mestrado, já percebia que no caso da minha experiência, pelo menos no programa de Ciência da Informação do IBICT, apesar das limitações do programa em relação a uma abordagem mais frontal dessa dimensão arquivística, os pesquisadores lá não se debruçavam, pois suas áreas de atuação eram outras. Apesar deste fator, eu já tinha visto que sem contornar tal situação, mas enfrentando isso, seria possível levar a cabo minha investigação. Eu me sentia mais maduro do que quando comecei a fazer o mestrado, e tinha por trás algo muito forte que norteou a minha vida toda e que foi a que eu tive no Arquivo Nacional.

A par das considerações do entrevistado, constata-se que houve contribuições de suas pesquisas para inserção das temáticas arquivísticas no campo da Ciência da Informação. Ademais, em ambas as ocasiões o objeto de investigação perpassou outras áreas do conhecimento, a ponto do entrevistado pensar em realizar suas pesquisas em outras áreas como Administração Pública ou Ciência Política; contudo a característica interdisciplinar da Ciência da Informação juntamente com a interlocução com colegas, a orientação e o esforço feito para estabelecimento do diálogo favoreceram a pesquisa conforme explicitado pelo entrevistado.

JMJ - Favoreceu, (...) vamos dizer que não houve obstáculo intelectual, pois não se criou nenhum tipo de obstáculo a esse tipo de investigação. Ainda que nós não contássemos com professores do campo, ou professores que tivessem um conhecimento da singularidade do universo arquivístico, havia, pelo menos, uma grande disponibilidade por parte das pessoas com quem eu pude lidar de maneira mais próxima. Determinado comportamento por parte destas, culminou em orientações, haja vista a disponibilidade intelectual para o diálogo, não diria que interdisciplinar, mas isso já não era pouco aquela altura. Eu acho que o mérito, no caso do programa que eu pude vivenciar, foi o fato deles acolherem e legitimarem olhares que não eram muito presentes no cenário acadêmico daquele programa. Acho que foi este o fator que

favoreceu. Não dá para especular sobre como isso teria sido ou favorecido em outras áreas do conhecimento, mas eu acho que o grande mérito e, nesse sentido, eu posso dizer que o que favoreceu, foi o fato de existir um nicho de abertura intelectual para dialogar com questões que eu levei e que não frequentavam a agenda de discussão ali. Ao mesmo tempo, essa construção foi me permitindo mapear, ao menos naquela altura, e acho que isso não mudou significativamente, as zonas de possível convergência para construção de uma pesquisa com temática arquivística dentro da área de Ciência da Informação, o que significa estar sempre administrando limites, sobretudo, se você não tiver consciência dessa economia de limites da Ciência da Informação para um determinado tipo de investigação que visualiza o fenômeno arquivístico. Isso tem um impacto em vários níveis num projeto de investigação, o que não quer dizer que os projetos não sejam bons, que os resultados não possam ser muito interessantes, e que não possam dar uma grande contribuição para a área. Mas, isso eu aprendi na administração desses limites. Acho que hoje, pela presença de professores do campo arquivístico em alguns programas de pós-graduação em Ciência da Informação, esses limites foram minimizados. Além disso, há limitações de outra ordem na dimensão mesmo epistemológica, mas aí já é outra questão.

Para o entrevistado Vanderlei Batista dos Santos, o fato de a pesquisa ter sido realizada em Ciência da Informação era presumível, pois o curso de Arquivologia estava subordinado à Faculdade Ciência da Informação na universidade onde foi realizada a pesquisa.

VBS - A escolha deveu-se ao fato da Arquivologia da Universidade de Brasília estar subordinado à Faculdade de Ciência da Informação. Não foi feita uma análise profunda sobre se caberia melhor, por exemplo, no âmbito das tecnologias. Acredito que meu interesse pessoal e o apoio da minha orientadora foram os principais fatores que favoreceram a pesquisa. Não consigo identificar um impacto positivo ou negativo da Ciência da Informação no resultado da pesquisa.

A fala do entrevistado evidencia ainda que não foi necessário realizar qualquer tipo de diálogo com a Ciência da Informação para realização de sua pesquisa. Isto denota porque não foi encontrada em seu livro qualquer referência deste campo nem no plano nacional e muito menos no plano internacional, conforme exposto no tópico sobre os aspectos metodológicos apresentado neste capítulo.

Por motivos diferentes do entrevistado acima, os entrevistados Rosely Curi Rondinelli e Sérgio Conde de Albite Silva responderam que o reconhecimento dos programas nos quais realizaram suas pesquisas, a participação de atores do campo arquivístico na Ciência da Informação, os professores do campo da Ciência da Informação e principalmente a questão da interdisciplinaridade entre as áreas, levaram-nos a escolher um programa em Ciência da Informação para realização de suas pesquisas.

RCR - A credibilidade do curso, a idoneidade do curso. Tinha os meus precursores que eu tanto prezava, a Maria Odila Fonseca, o José Maria Jardim, que tinham feito saber da qualidade do curso e a sua reputação. Eu não me via fazendo em outro lugar. O que favoreceu muito foi a questão da Ciência da Informação ser interdisciplinar. Eu me lembro de que tinham médicos na minha turma. Eu fazia o mestrado e tinha um pessoal que fazia o doutorado, e tínhamos aulas juntos em algumas disciplinas. Então havia conosco médicos fazendo a tese deles sobre taxonomia de doenças tratadas pela homeopatia. Então, diante disso, é impossível não afirmar que ela é muito interdisciplinar, que ela é agregadora. Eu acho a CI [Ciência da Informação] agregadora mesmo. Agora, tem muito a ver também com o corpo docente. Eu acho o corpo docente ali presente muito respeitoso com a sua área, que procura chegar perto, que busca entender. Eu sou encantada com o IBICT [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia], (...) e agora, por exemplo, com a minha tese de doutorado em que fiz todo o levantamento do conceito de documento e informação pela Ciência da Informação e pela Arquivologia, (...) a consistência que a Ciência da Informação tem nesses dois conceitos é algo muito rico e que foi muito importante para mim.

SAS - É, primeiro porque eu acho que é a área do conhecimento mais próxima de um diálogo interdisciplinar, com mais chances de bons produtos de fecundidade, com inúmeras possibilidades de diálogo, troca de experiências e aproveitamento de conceitos de ambos os lados. Enfim, esse é o primeiro e amplo motivo. O segundo motivo é porque eu trabalho com preservação da informação, e não é aquela linha mais tradicional de preservação do documento em si. Então, pareceu-me que a Ciência da Informação teria maiores possibilidades de diálogo. Eu poderia me nutrir teórica e conceitualmente mais na Ciência da Informação do que, por exemplo, na História ou na Administração, que são as duas outras áreas do conhecimento que eu considero mais próximas da Arquivologia. Bom, esses foram os dois principais elementos. Agora, há um outro elemento. Eu seria hipócrita se não o mencionasse, ou seja, é a proximidade com os atores da Ciência da Informação aqui no Rio de Janeiro.

Os entrevistados foram questionados se caso fossem realizar suas pesquisas nos dias atuais fariam novamente na Ciência da Informação, conforme veremos a seguir.

6.3 ESCOLHA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NOS DIAS ATUAIS

Sobre este tópico os entrevistados foram unânimes ao afirmarem que fariam novamente em Ciência da Informação. Entretanto, eles demonstraram que poderiam fazer em outras áreas, desde que fosse possível a interlocução com as áreas apresentadas por eles.

JMJ - Eu acho que hoje seria muito mais fácil do que há vinte anos. Hoje, seria muito mais fácil exatamente porque já encontramos pesquisadores na

área do campo arquivístico atuando na área de Ciência da Informação, mais especificamente. Se eu tivesse 18 anos a menos, e estivesse enveredando por esse caminho e encontrasse condições melhores na Ciência da Informação... Hoje seria mais fácil tomar a decisão que eu tomei em 1992. É isso o que eu quero dizer. Hoje, provavelmente, pelo menos o doutorado, eu talvez o fizesse na Ciência Política, o que não quer dizer que seria menos complexo, absolutamente, ou mais simples que a Ciência da Informação.

VBS - Estou fazendo o doutorado, novamente, em Ciência da Informação, pelo mesmo motivo anterior. Desta vez, porém, considero as abordagens de meu escopo de pesquisa, qual seja, epistemologia da Arquivologia. Se eu não tivesse desenvolvido na Ciência da Informação seria na Filosofia. Todavia, a necessidade de conhecimentos fundamentais sobre esta nova área me faria desistir, certamente.

RCR - Aqui no Brasil, eu faria em Ciência da Informação. Foi o que te falei. Eu acho que é um curso consistente. É um curso que tem uma história, que tem toda uma base. No Brasil, eu faria. Eu pensei muito em fazer o meu mestrado lá em Vancouver, na UBC [University of British Columbia] porque desde que comecei a ler, depois que conheci a Luciana Duranti⁴¹ aqui no Brasil, começamos a trocar muitos e-mails, ao ponto dela me chamar para participar do Interpares⁴². Eu não podia imaginar isso nunca na minha vida. Lá tem uma tradição muito grande em Arquivologia, assim como o mestrado e o doutorado em Arquivologia. Eu só me via fazendo lá, mas como eu não tive coragem de sair do Brasil e (...) escrever em um outro idioma, ter que (...) defender meus pontos de vista em outro idioma, eu acabei fazendo aqui na CI [Ciência da Informação], e hoje eu faria também.

SAS - [...] se eu tivesse oportunidade, eu faria em outra área, mas isso é simplesmente uma conjectura, porque nós não temos sequer mestrado em Arquivologia. Sendo assim, a inexistência desses programas específicos em Arquivologia, entre as demais possibilidades, por exemplo, que eu já citei como Administração, História, Sociologia, mesmo Ciências Políticas, eu faria na Ciência da Informação. Eu não me sentiria confortável na História, até porque eu tenho algumas resistências em relação à maneira como a História enxerga ainda os arquivos. Na Administração ficaria mais fácil, mas acho que a principal interlocução é com a Ciência da Informação. Disso, não tenho dúvida.

⁴¹ Luciana Duranti é italiana radicada no Canadá. Possui o título de arquivista-paleógrafa (equivalente ao PHD) pela Universidade de Roma. É professora do SLAIS – School of Library, Archival and Information Studies na Universidade de British Columbia. Para mais informações <http://www.lucianaduranti.ca/>. Acesso em 25 de novembro de 2010.

⁴² O Interpares é um projeto que foi desenvolvido pela professora Luciana Duranti da Universidade de British Columbia e tem como objetivo desenvolver conhecimentos essenciais sobre preservação de longo prazo para documentos digitais autênticos e prover padrões, métodos, diretrizes e estratégias para a longevidade de materiais em formato digital. O projeto já se encontra em sua terceira fase intitulado Interpares 3. Disponível em <http://www.interpares.org/>. Acesso em 20 de março de 2011.

Um aspecto mencionado nas duas últimas falas foi a perspectiva de realização de mestrado e doutorado em Arquivologia, tema proposto no tópico seguinte.

6.4 MESTRADO E DOUTORADO EM ARQUIVOLOGIA

Considerando que existissem programas de mestrado e doutorado em Arquivologia no Brasil, os entrevistados foram perguntados se realizariam suas pesquisas nestes programas desde que atendessem aos seus critérios e interesses de pesquisa. Os entrevistados acenaram de maneira positiva para esta conjectura. Todavia, os aspectos referentes à qualidade do programa foram mencionados como fator de escolha.

JMJ - Até por uma questão de envolvimento meu no momento com essa questão, eu optaria sim. Acho que a gente vai trabalhar com um cenário mais de longo prazo para doutorado e provavelmente, espero, mais a curto-médio prazo para o mestrado. Acho que seria uma opção muito boa para as pessoas interessadas na sua formação de pós-graduação *strictu sensu*. Ainda que para o arquivista – para ser bem preciso –, possa ser muito importante levar suas questões arquivísticas e fazer um esforço interdisciplinar em outras áreas, mesmo assim, isso tem que ser colocado de tal maneira que este não venha a se esquecer de que a Arquivologia é bastante interdisciplinar. Um mestrado e, eventualmente, um doutorado em Arquivologia sempre vão estar vocacionados a uma dimensão interdisciplinar. A diferença é que você tem um eixo, um tônus, um tronco irrigador num programa específico de Arquivologia que nutre a discussão que deriva do quadro epistemológico da Arquivologia. Então, eu não tenho dúvida, eu faria sim.

VBS - Eu faria sim. Penso que a especialização de doutores para apoiarem e avaliarem meus estudos só teria a contribuir para os resultados da pesquisa desenvolvida.

RCR - Se tivesse um mestrado consistente, eu o faria sem pensar, porque era tudo o que eu queria na época. Quando eu escolhi a Ciência da Informação eu o escolhi por isso, por essa reputação do curso. Mas eu ainda não sabia que se tratava de algo tão interdisciplinar, eu não sabia o que era Ciência da Informação. Eu ouvia falar que era um curso muito idôneo, então eu escolhi a CI [Ciência da Informação], até porque não tinha outro e tal (...), mas eu sempre pensava: “que pena que não tem em Arquivologia [no Brasil] como tem em UBC [University of British Columbia, no Canadá]”. E tinha um também em Pittsburgh [University of Pittsburgh, nos EUA], mas parece que (...) começava com a CI [Ciência da Informação] e depois passava para a Arquivologia, uma coisa assim como é em Montreal. Se tivesse na época, eu iria querer muito. E hoje em dia, se houver um consistente que apresente um corpo docente e uma proposta nos quais eu acredite, melhor ainda. A Arquivologia é muito rica, a gente não sabe ainda a quinta parte do que é essa área. É uma área lindíssima.

SAS - Bom, depende. Se eu tivesse um programa de pós-graduação sólido, bem estruturado, em franco desenvolvimento em Arquivologia, é evidente que eu preferiria obter um título de doutor em Arquivologia do que em Ciência da Informação.

6.5 SUBORDINAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO CNPQ

Conforme a tabela de áreas de conhecimento do CNPQ e da CAPES, a Arquivologia está subordinada à Ciência da Informação como uma subárea. Deste modo, solicitou-se aos entrevistados suas considerações sobre esta questão.

VBS - Sinceramente, tenho sérias restrições a esta classificação, embora não consiga desenvolver um raciocínio lógico explicando o porquê. Por ora, prefiro interpretar a Arquivologia como uma área autônoma, que se utiliza do conhecimento de diversas outras áreas, inclusive desta “Ciência da Informação” que alguns teóricos ainda questionam a existência. (grifo do autor)

RCR - A Arquivologia é uma ciência autônoma, totalmente autônoma. É isso, que a gente não tem esse curso de Arquivologia ainda. ‘Tá’ se formando (...) algumas ideias quanto à implantação de um curso de Arquivologia, um mestrado ou um doutorado em Arquivologia. Ela é muito autônoma. Se há alguma coisa da qual eu passei a ter certeza através do mestrado e do doutorado, foi a riqueza da Arquivologia enquanto área do conhecimento autônoma, que tem um *core* lindíssimo. É encantadora essa coisa da natureza do documento arquivístico, de onde que ele vem, como é que ele surge, de você saber se vai criar ou não uma biblioteca ou um museu, e a percepção de que você cria naturalmente os documentos arquivísticos. Daí, é só você nascer ou fundar uma empresa que vai gerar o documento arquivístico, não importando se é digital se não é digital. Quando [Hilary] Jenkinson⁴³ fala dessa naturalidade, e a [Luciana] Duranti também (...), ou seja, que o documento arquivístico tem uma naturalidade peculiar, o que é uma característica, e tem gente que implica com esta questão. Você pode nunca ter uma biblioteca. Eu não tenho biblioteca na minha casa, mas eu tenho um arquivo.

De acordo com dois dos entrevistados, a Arquivologia é uma área de conhecimento autônoma. Esta percepção ficou nítida, pelo menos na interpretação de um dos entrevistados, na realização de sua pesquisa de mestrado e doutorado onde foi necessário levantar as bases teóricas da área.

⁴³ Hilary Jenkinson (1882-1961) foi um arquivista, paleógrafo e diplomata inglês. Além disso, foi administrador do Public Record Office na Inglaterra. Autor de “A Manual of Archive Administration”, de 1922. Para mais informações <http://archiveshub.ac.uk/features/hjenkinson.html>. Acesso em 8 de dezembro de 2010.

Torna-se importante observar as falas dos autores que atuam nas universidades. Para eles, os problemas desta subordinação vão além de questões epistemológicas – embora isto esteja presente – há questões de ordem político-institucionais.

JMJ - É interessante que a gente perceba essa situação do ponto de vista do processo histórico, tanto da Ciência da Informação como da Arquivologia, até mesmo da Biblioteconomia e da Museologia no Brasil nos últimos 30 anos. Essa situação de subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação está em vigor desde meados da década de 80. A nova tabela que reverte essa relação de subordinação não foi ainda aprovada, acho que houve consenso na nova tabela de áreas do conhecimento do CNPQ⁴⁴; mas, salvo alguma pesquisa que prove o contrário, não havia na década de 80 nenhum projeto do campo arquivístico quanto a se organizar dessa forma. O que eu quero dizer é que, provavelmente, isso seja uma hipótese. Essa estruturação se deu à revelia do campo arquivístico na época. Deu-se em nome de interesses não do campo arquivístico, mas, provavelmente em função de outros interesses, dos embates, que talvez nem fossem tantos assim, mas o fato é que isso parece muito mais o fruto de outras demandas, de outros atores. Portanto, volto a dizer que se tratava de uma hipótese do campo arquivístico, na década de 80, e que estava em plena ebulição com a modernização do Arquivo Nacional. Então, eu acho que essa subordinação responde muito mais a uma questão política-institucional do que a qualquer debate epistemológico realmente sustentado. E quanto a esse debate do ponto de vista mais próximo do campo arquivístico, ele aparece bem construído como hipótese e eu acho que é, de fato, uma hipótese que se dá no trabalho dos colegas portugueses quanto à caracterização de uma Ciência da Informação, que tampouco é essa Ciência da Informação *mainstream* legitimada pelos nossos programas, pois dentro desse grande campo da Ciência da Informação haveria um recorte, ou seja, uma parte destinada à Arquivologia. Mas, essa é uma construção excepcional e que, mesmo assim, surge nos anos 90 em relação a essa possibilidade. Acho que a questão está mais do que nunca bem colocada, assim como os limites dessa afirmação, porque se trata de uma afirmação, ainda que com consequências delicadas do ponto de vista da gestão das políticas públicas na área de Ciências Sociais. No nosso caso, Ciências Sociais Aplicadas, especificamente por conta da maneira pela qual a Arquivologia se apresenta em função dessa configuração política-institucional, têm mais ou menos visibilidade junto às próprias agências de fomento e, até mesmo, em relação a um determinado nível na sociedade.

O entrevistado José Maria Jardim ainda pondera que as mudanças no campo arquivístico não se restringem à reversão da tabela de avaliação do CNPQ, mas também as práticas de engajamento dos atores do campo arquivístico para o reconhecimento do campo como campo científico.

⁴⁴ Órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e que tem por função o incentivo às pesquisas no Estado brasileiro. O CNPQ colaborou com a CAPES para o desenvolvimento da tabela de áreas em vigor.

JMJ - Eu, tampouco, tenho a ingenuidade de achar que isso se transforme subitamente, mesmo que em curto prazo haja um reversão dessa condição de subordinação da Arquivologia em relação à Ciência da Informação. Essa reversão não é apenas uma questão de reversão na tabela, mas de reversão na prática social da ciência e no caso da Arquivologia como campo científico, ou seja, trata-se de reverter esse equívoco na tabela, mas tem que estar inserido num esforço do próprio campo de legitimar essa reversão, porque se não fizer seja por inércia ou por inépcia, ela acaba sendo relegada a essa condição.

Para o entrevistado Sérgio Conde de Albite Silva, a proposta de Armando Malheiro da Silva inicialmente parecia instigante no que diz respeito ao reconhecimento da Ciência da Informação enquanto campo científico. Nesta proposta, a Ciência da Informação em uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar era formada por outros campos do conhecimento científico. Entre estes campos havia uma contribuição da Arquivologia.

SAS - O componente político é muito forte. Nos momentos em que a Arquivologia (...) ainda estava enredada com as teorias, os quadros teórico-conceituais, eu compartilhei muito das ideias que o professor Armando Malheiro da Silva da Universidade do Porto trouxe para o Brasil através dos seus livros, e do privilégio com o diálogo que eu pude manter, e mantenho, até os dias de hoje com o professor [Armando] Malheiro da Silva. E, com o passar do tempo, fui percebendo que a proposta de [Armando] Malheiro [da Silva], apesar de muito consistente e principalmente instigante, acabava por criar mais um nicho, isto é, criava mais um elemento nesse imbróglio todo. Então, nós ficaríamos com a Ciência da Informação no Brasil, a Arquivologia no Brasil e agora uma Ciência da Informação, que era dita Ciência da Informação do [Armando] Malheiro da Silva. Isso 'tá' expresso em algumas manifestações de professores e tal. Ora, eu trabalho, atuo, vivo profissionalmente e pessoalmente no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, e comecei justamente depois do primeiro momento em que as ideias surgiram, sempre brilhantes, instigantes e muito bem sustentadas por Armando Malheiro da Silva. Digo, depois daquele primeiro momento em que o impacto dessas ideias trazidas por ele, sacudiu muito a área em questão. Muito das coisas que foram produzidas a partir de então, ou foram para confirmar o que ele dizia ou foram para se opor ao que ele propunha. De qualquer forma, ele foi um 'sacudidor', vamos dizer assim, pois ele mexeu, de certa forma, com uma determinada paz improdutiva da Arquivologia. Depois daquele primeiro momento, à medida que eu continuei os meus desenvolvimentos de pesquisa, a minha atuação, a minha leitura, que foi também promovendo um amadurecimento intelectual dessa ideia, eu percebi que a Ciência da Informação não teria também condições de abrigar teoricamente e conceitualmente a Arquivologia. À medida que você estuda a Ciência da Informação, você percebe que a fragilidade teórico-conceitual é muito grande. A própria definição do objeto de estudo da Ciência da Informação não ficou claro

‘pra’ mim, provavelmente por uma deficiência minha, mas eu busquei, de maneira metodológica e metódica, tentar essa identificação nos autores da área, e isso ainda é nebuloso. Ora, dessa maneira, como é que essa área do conhecimento poderia abrigar uma outra que vive mais ou menos o mesmo processo de busca e consolidação teórico-conceitual? Aí, eu comecei a perceber que isso não seria possível, pelo menos não aqui no Brasil. Então, eu acho que apesar da tabela do CNPQ ainda contemplar a Ciência da Informação como uma área do conhecimento, e a Arquivologia como subárea, a minha visão é que num tempo, não muito distante, isso será revertido. Algumas discussões aconteceram e depois foram deixadas de lado, mas isso será retomado. Evidentemente que isso depende de quem atua na Arquivologia e do papel do produto e do esforço que for concentrado para isso. Então, me parece que a Arquivologia tem todas as condições de pleitear e conseguir se consolidar como área do conhecimento e, em consequência disso, alterar a tabela do CNPQ.

Desta forma, observa-se, nas manifestações dos autores entrevistados, que as questões da subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação no Brasil se deram muito por conta das questões políticas. Deste modo, para a Arquivologia mudar a realidade na qual se encontra será necessário a participação de seus atores de forma não só política, mas também educacional e científica.

Um outro ponto observado pelos entrevistados foi o surgimento das proposições elaboradas Armando Malheiro da Silva e outros colegas portugueses numa tentativa de inserir a Arquivologia como integrante no *corpus* científico da Ciência da Informação. Embora o conjunto de trabalhos apresentados por esses teóricos tenham sido bastante proveitosos no que diz respeito algumas abordagens novas no âmbito arquivístico, entende-se que a Ciência da Informação ainda busca consolidar-se institucionalmente como área do conhecimento e desta forma não poderia abrigar a Arquivologia como subárea, de acordo com um dos entrevistados.

6.6 REPERCUSSÃO DOS LIVROS NA ARQUIVOLOGIA E NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Foi sugerido aos entrevistados que avaliassem a repercussão de seus livros tanto na Arquivologia quanto na Ciência da Informação. Observa-se que as percepções dos entrevistados se dão muito mais no contato obtido com os leitores sejam os pares, colegas e alunos dos cursos de Arquivologia do que pela avaliação formal do impacto desses livros nas áreas.

JMJ - Essa percepção é muito subjetiva. Eu tive um retorno muito interessante. Tenho até hoje esses dois livros. Agora, por exemplo, eu publiquei um livro em espanhol e que foi publicado no México. Ele deriva não só, mas em boa parte desses dois livros. Então, eles estão sendo

utilizados e discutidos, parece-me, com uma audiência razoável até hoje. O retorno foi muito interessante, tanto a partir de observações de colegas e de profissionais do campo arquivístico, como também pelo fato, e disso falo sem nenhuma pretensão, deles terem incentivado uma discussão que, em alguns níveis, ajudaram a estabelecer junto a outros livros e a outros autores, novas pautas de discussão no campo e no Brasil. Quando um livro desses sai, ele encerra um ciclo do processo de pesquisa de produção do conhecimento e começa outro. Eu acho que junto a outros livros que foram produzidos, poucos até, mas que resultaram desse mesmo processo histórico, eu creio que foi possível realizar uma contribuição interessante, tanto que eles estão disponíveis aí.

VBS - (...) considero bastante impactante para a Arquivologia. Ouvi pessoas dizendo ao contrário do que proponho no livro, que o arquivista está acabado. Felizmente, a maioria dos cursos nos quais a publicação foi adotada como referência tem ocasionado um repensar da área, principalmente a segunda edição de 2005, três anos após a primeira. Nesta segunda edição parti do princípio que deveria ser o mais claro possível nas minhas considerações a fim de atingir o maior número de pessoas, iniciantes, iniciadas, ou ainda de outras áreas de interesse.

RCR - Eu terminei minha dissertação de mestrado feliz da minha vida. Pensei: “agora vou tocar minha vida, traumatizadíssima porque é um estudo pesado”, e não pensava em nada. Até que conversando com a professora Marilena Leite Paes, ela falou “vamos publicar”, e eu brinquei com ela: “só se for do jeito que está, pois eu não tenho mais condições de olhar aquilo”. Então, houve essa repercussão que eu não esperava. Fiquei super feliz (...). Dizem: (...) o homem é eterno quando seu trabalho permanece. Então, ver-se no outro, o que vai ser levado para o outro é, assim, gratificante.

SAS - É engraçado isso, e é lógico, eu falei isso em um congresso. A expectativa de quem publica e, principalmente, de quem publica um livro que não é muito fácil, os investimentos, todo o trâmite burocrático, assim como o próprio trabalho em si de dar a forma de um livro àquilo que originalmente foi uma tese, isso tudo tem um custo, e este custo não é ainda muito facilitado, pelo menos na Arquivologia. Então, depois de todo o percurso, ou seja, quando o livro ganha um formato e, logo após, começa a ser distribuído, a expectativa é que as pessoas leiam e discutam. Pelo menos, essa é a minha expectativa. Talvez, a coisa mais frustrante para quem publica é ser ignorado, não é? É preferível uma crítica, talvez até dura, mas que demonstre que a pessoa dedicou um tempo, um cuidado, uma atenção, um conhecimento para ler aquela obra publicada. E aí, dar um retorno. Mas, isso ainda não é uma realidade na Arquivologia, pelo menos não aqui nesta Arquivologia na qual eu me situo.

O entrevistado Sérgio Conde de Albite Silva ainda fez um paralelo entre a questão dos livros publicados em Arquivologia e os congressos desta área.

SAS - Eu reclamo muito, por exemplo, dos congressos brasileiros. Inclusive, neste último ano, eu acabei optando por não participar dos congressos. Há uma despesa enorme, há um deslocamento, até porque os congressos são

presenciais e, então, a gente assiste aos congressos e parece que o aplauso já está combinado, ou seja, todo mundo aplaude e poucos são os debates. Há pouco debate entre os membros da mesa, há pouco debate entre a plateia e os apresentadores de trabalhos. Geralmente, há pouca pergunta, e ninguém se posiciona claramente a partir de conceitos, de ideias e de hipóteses. Então, fica algo como um teatro onde as pessoas dizem o que pensam e mostram o que estão fazendo, e todos ali presentes aceitam e concordam aparentemente. Ora, para isso não seria necessário um congresso presencial, bastaria publicar e quem quisesse leria o artigo, ou quem não quisesse o deixaria de lado, e não se gastaria dinheiro nem para financiar um congresso e nem para viajar. Da mesma forma, ocorre com os livros. Eu acho que falta ainda essa cultura. Consegui provocar poucas discussões, muitas vezes quase que a fórceps, talvez pela maneira como eu me manifesto, ou pela forma como eu expressei o meu pensamento, às vezes de forma bastante contundente, reconheço. Nas poucas vezes em que isso ocorreu, o meu livro, apesar de estar ali, com dados estatísticos, com linha de tendência, com identificação de palavras utilizadas, procurava revelar um discurso por trás das palavras utilizadas. E, apesar disso tudo ser tomado, muitas vezes, como uma crítica pessoal ou uma crítica à atuação deste ou daquele, parece-me um equívoco e uma pena, porque a área leva mais tempo para se desenvolver. Eu tive resenhas, duas resenhas na verdade: uma em Portugal muito favorável, e outra aqui, também favorável ao meu livro. Nesta, houve uma discussão, assim apontando (...), que aconteceu na banca de defesa, porque o livro tem a sua origem na tese de doutorado por mim defendida. Então, quando a repercussão é menor do que o esperado, talvez, seja também uma certa pretensão minha, haver algum tipo de repercussão. Mas eu confesso que pelo menos entre os meus pares, entre os mais próximos de mim, eu esperava algum tipo de manifestação, o que não veio.

A fala do entrevistado Sérgio Conde de Albite Silva acima talvez possa ser explicada pela necessidade das ideias serem assimiladas e discutidas pelos pares, considerando que o livro foi lançado em 2008 e as contribuições componentes do livro ainda podem amadurecer no campo arquivístico.

Sobre o impacto dos livros na Ciência da Informação, os entrevistados também possuem dados a partir dos contatos com os leitores. Contudo, a impressão geral é que a repercussão é quase nula na Ciência da Informação. Em um caso, um entrevistado não possui dado algum. A exceção para o impacto desses livros no campo da Ciência da Informação talvez tenha sido a recomendação recebida pela banca de defesa da pesquisa da entrevistada Rosely Curi Rondinelli. A entrevistada Rosely Curi Rondinelli recebeu ainda uma indicação para concorrer um prêmio em Brasília. O entrevistado José Maria Jardim ganhou um prêmio como melhor tese de doutorado referente ao período 1998.

JMJ - Na Ciência da Informação? Essa também é uma impressão como a outra: muito subjetiva. Você pode avaliar isso de várias formas. Normalmente, essas pesquisas foram apresentadas nos encontros nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da

Informação. E aí você pode supor que esses trabalhos são aceitos e que eles estão sendo legitimados. Mas eu penso que talvez no caso da tese de doutorado que resultou do livro *Transparência e Opacidade do Estado no Brasil*, algumas questões ficaram mais evidentes e, talvez, mais absorvidas por alguns atores do campo da Ciência da Informação como, por exemplo, a [Maria] Nélide [González de Gómez]. Ela mencionou várias vezes que uma dimensão da informação, como produto e processo do aparato do Estado moderno e contemporâneo, ficou, em alguns níveis, mais evidente para ela. Não só por conta da interlocução comigo, mas com [Maria] Odila [Fonseca] e, provavelmente, por outros colegas também. A tese, com a qual ela foi premiada, ganhou o prêmio de melhor tese de doutorado em Ciência da Informação de 1998, dividindo esse prêmio com uma colega de Minas Gerais, o que eu achei muito importante pelo reconhecimento da temática também, 'né'? E eu penso que nesse sentido houve um dado grau de discussão, se eu tomar algumas referências: eu me inseri no campo, tenho dado aulas, esses livros acabam aparecendo como bibliografia, mas nem se compara com a percepção que posso fazer do impacto desses livros no campo arquivístico.

VBS - Para a Ciência da Informação não sei dizer.

RCR - Não tenho essa pretensão de achar que teve repercussão na Ciência da Informação, não. Fui muito apoiada. Eu me lembro de que na época fui indicada para receber um prêmio, não fui selecionada [para ganhar o prêmio], mas fui selecionada pelo IBICT. Mas, parecia que era lá em Brasília, em uma instituição na qual eu não fui selecionada, mas o IBICT reconheceu, o que já era interessante. Agora, não trouxe nenhuma contribuição, assim, para a epistemologia da Ciência da Informação. Acho que trouxe para a epistemologia arquivística.

SAS - Para Ciência da Informação? Eu estou colocando os meus pares também para o pessoal da Ciência da Informação. Agora que eu 'tô' do outro lado, que eu 'tô' orientando pesquisadores, que eu 'tô' orientando mestrandos, eu tenho visto que a própria questão da preservação para Ciência da Informação não é uma questão posta. Você olha, lê, estuda, observa e essa não é uma questão. Tanto é que a disciplina para a qual eles me convidaram e, provavelmente, essa foi a mais evidente e nítida consequência do trabalho que eu fiz a partir do convite para o programa de pós-graduação em CI [Ciência da Informação] da UFF [Universidade Federal Fluminense]. O convite foi para que eu participasse como docente do quadro permanente do programa e apresentasse o que foi aprovado, assim como a proposta de uma disciplina de Preservação da Informação. Esse, talvez, seja a mais nítida manifestação em consequência do meu trabalho, dessa tese e do meu livro. Agora, mesmo entre os colegas da CI [Ciência da Informação], isso não se desenvolveu, como esse questionamento, como esse entendimento, como a crítica, enfim, isso também não aparece. Eu não sei, eu não tenho nenhuma medida, eu não estudo isso, mas me parece que é mais uma questão ainda cultural da área. As pessoas publicam os livros, e é mais fácil usá-los, isto é, usar os livros como citação, pois mesmo tendo a proximidade do autor, o debate não acontece.

Da mesma forma que a avaliação sobre seu livro na Arquivologia, o entrevistado Sérgio Conde de Albite Silva questiona a falta de debates em torno do tema de sua pesquisa por parte dos atores do campo da Ciência da Informação. Neste sentido, fica uma questão não respondida pelo programa de pós-graduação: como uma disciplina foi criada e inserida no programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e não houve e nem há debates sobre o tema desta disciplina?

6.7 DIFICULDADE PARA PUBLICAÇÃO DE LIVROS CIENTÍFICOS NO BRASIL

Em um estudo realizado em 2008 pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo, foram comprovadas as dificuldades para publicação de livros científicos no Estado brasileiro. Foi constatado que maioria das pesquisas são financiadas com recursos públicos e o Estado não tem criado políticas para disseminação da informação destas pesquisas.

Diante disso, foi abordado junto aos entrevistados desta pesquisa quais foram as dificuldades encontradas por eles para a publicação de seus livros. Ademais, foi abordado se foi uma motivação de caráter pessoal ou sugestão de terceiros.

JMJ - Nas duas situações eu era professor da UFF, e a editora da Universidade estava num momento de muita atividade. Eu ousei imaginar que talvez fosse possível publicar esses livros pela editora da universidade, e efetivamente, isso foi possível sem maiores problemas. Eu me senti motivado pelo fato tanto da dissertação como da tese terem provocado algumas reações imediatas e interessantes. Logo, eu achei que se fossem publicadas em livro, teriam uma audiência e uma circulação maior desses trabalhos, e efetivamente foi o que ocorreu. Então, por exemplo, no [livro] *Transparência e Opacidade* eu descobri um tipo de audiência que eu não imaginei, ou seja, que são pesquisadores de diversas escolas de governo como, por exemplo, aqui na Fundação Escola de Serviço Público, à época, abordando o livro até porque havia interesse em algumas dessas escolas. Então, trata-se de algo que o livro permite muito mais do que a tese. Eu acho que ainda hoje, com os repositórios, esse quadro está mudando, tanto com a mudança das possibilidades de publicação do livro como pelos repositórios digitais. Eu penso que esse tipo de possibilidade amplia, mas ainda acho que o livro favorece ainda mais esse caminho do trabalho. Foi uma iniciativa minha, (...) pois, conversando e ponderando com os colegas mais próximos, eu tomei a iniciativa de sondar a editora da universidade. (...) No segundo caso, eu já tinha o antecedente... Não que eu tenha produzido a tese sentindo, mas algo muito forte para mim, foi que durante todo o tempo, eu tentei motivar meus alunos no mestrado e no doutorado, fazendo menção de uma produção de conhecimento escasso em Arquivologia no Brasil ou, para não dizer, com a temática Arquivística. Então, eu escrevi esses trabalhos pensando muito nos meus alunos da graduação. Muito mesmo.

Esse grau de motivação ‘tava’ presente o tempo todo, e o livro permite ampliar isso, tanto é que depois as edições foram esgotadas. Então, precisaria visitar esses livros para atualizá-los empiricamente, o que eu não fiz por conta dos diversos trabalhos que eu estava desenvolvendo. Foi então que eu pedi autorização para a editora para que eles ficassem disponíveis em PDF, tanto que estão no *site* do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da UFF. Agi dessa forma porque as pessoas procuravam bastante. Houve, inclusive, num período mais recente, uma busca intensa por conta de, em muitos concursos públicos, esses livros serem citados em alguns casos. Então, os livros estão disponíveis para *download* hoje.

A fala do entrevistado José Maria Jardim evidencia a importância das editoras universitárias no processo de comunicação científica em tornar visíveis as pesquisas, e, neste contexto, tornar visíveis as pesquisas de professores da própria universidade no qual a editora pertence. Nesta mesma direção, as pesquisas publicadas em formato livro, por exemplo, recebem mais audiência e atingem outros públicos além daqueles aos quais foram destinados. Isto se dá de forma diferente no que tange as teses e dissertações, pois elas ficam restritas às bibliotecas universitárias e/ou os repositórios institucionais.

VBS - A proposta de publicação veio de terceiros, o presidente da Associação Brasileira de Arquivologia – ABARQ, que esteve presente na defesa da dissertação. Como sou adepto de que pesquisa é para ser divulgada, não tive dúvidas e gastei mais quatro meses adaptando a dissertação ao formato de livro, excluindo o formato acadêmico: problema de pesquisa, objetivos, justificativa, metodologia, hipóteses, pressupostos etc., de modo a tornar a leitura mais palatável. A segunda edição foi uma iniciativa pessoal ao perceber, ao longo de cursos, palestras, aulas e treinamentos ministrados, que algumas ideias não tinham ficado claras. Então, busquei uma nova oportunidade para prestar esclarecimentos.

RCR - Foi a coisa mais fácil do mundo. A Marilena [Leite Paes] falou na FGV [editora da Fundação Getúlio Vargas] que achava bom se eles pudessem me receber. A editora na mesma hora ‘tava’ interessadíssima, e eles falaram que nem eles mesmos sabiam que o tema vendia tanto. Não sei qual eles tinham publicado -eu não lembro -, foi então que eu fui lá e eles falaram para deixar com eles lá o que já havia sido aprovado. Para você ter uma ideia, eu defendi em abril de 2002, e em novembro de 2002, foi lançado no congresso Ibero-Americano que ocorreu em Copacabana. Foi tudo tão natural. Foi assim, e houve uma aceitação muito grande. A motivação foi que houve indicação na defesa, tanto que na ata de defesa termina dizendo isso, ou seja, indicado para publicação. Para mim, este indicado para publicação equivaleria a uma nota 10 com louvor. Aí você fica feliz, muito feliz. A motivação foi a validação pelo IBICT [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia]. Se o IBICT não tivesse colocado desta forma, não sei se seria publicado. Sinceramente, não sei.

As falas dos entrevistados Rosely Curi Rondinelli e Vanderlei Batista dos Santos demonstram que a participação na comunidade acadêmica ou profissional na qual eles estavam inseridos facilitou a publicação de seus livros, pois com ajuda de pessoas próximas a eles foi possível publicar suas pesquisas em formato livro.

Uma característica diretamente ligada ao que foi proposto no início deste tópico se relaciona a resposta do entrevistado Sérgio Conde de Albite Silva no que tange a publicação de seu livro. Foi necessário que o entrevistado concorresse em um edital de uma fundação de fomento à pesquisa para publicar o seu livro. Caso o entrevistado não tivesse o seu trabalho aceito, possivelmente não teria publicado um livro.

SAS - Na verdade, o conteúdo todo e a pesquisa que resultou no livro foram produzidos para ser uma tese de doutorado, e foi exatamente como tese que ela foi aprovada no programa da UFF [Universidade Federal Fluminense]. Mas, quanto à publicação, ela se deu pela Associação dos Arquivistas Brasileiros e pela Faperj [Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro]. Neste sentido, foi muito interessante, mas é uma concorrência grande. Foram muitos os trabalhos publicados e eu, agradavelmente, tive o prazer de ver o meu trabalho aceito. Eu ‘tava’ justamente vivendo sob este dilema. Há poucos livros sobre preservação em Arquivologia. Na verdade, são raríssimos os livros sobre este assunto, tanto que desconheço qualquer livro sobre preservação da informação arquivística do ponto de vista das políticas públicas. Então, seria algo, até onde eu sei, inédito. Assim que eu terminei a tese, eu comecei a pensar: “Bom, eu não fiquei quatro anos estudando, trabalhando, lendo por mais prazer que se tenha, para resultar em nada. Eu preciso que as pessoas saibam o que eu fiz durante esses quatro anos. Acho que, no mínimo, é uma satisfação que eu devo dar”.

Não menos importante, foi perguntado junto aos entrevistados os motivos pelos quais é pequena a produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil.

6.8 ESCASSA PUBLICAÇÃO DE LIVROS EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Quando perguntados sobre a baixa produção de livros em Arquivologia no Brasil os autores apresentaram diferentes interpretações acerca deste cenário.

Para o entrevistado Sérgio Conde de Albite Silva, a inércia dos atores do campo arquivístico, aliada à falta de obrigatoriedade de publicação por parte dos programas de pós-graduação brasileiros, impedem que haja mais publicações.

SAS - É só opinião mesmo, a impressão que eu tenho é que as pessoas são temerosas em relação à crítica, não querem correr o risco de recebê-la. No meu caso, infelizmente, a crítica não aconteceu, como eu já comentei. Eu sei

muito bem do que eu posso, eu tenho muita clareza dos meus limites, eu faço o que eu posso. Agora, o retorno é interessante. Isso é meramente uma impressão, é importante que eu diga isso, (...) mas, às vezes, eu penso que também se cobra pouco. Na verdade, para quem conclui um doutorado, o mínimo que se espera, principalmente no Brasil onde os programas de doutoramento são quase todos financiados com dinheiro público, é a publicação, e se não for de um livro pelo menos de um artigo. E eu acho que as pessoas podem se surpreender com as possibilidades, mas ainda não é o que acontece.

Para o entrevistado Vanderlei Batista dos Santos, os profissionais do campo arquivístico que não são envolvidos com a área acadêmica não publicam por conta da falta de incentivos das instituições nas quais eles pertencem. Isto fica visível pela quantidade de trabalhos publicados de autores da área acadêmica.

VBS - Falta de incentivo institucional. As pessoas têm que escrever e publicar nas horas vagas (existem?) de seus trabalhos normais. Também precisam ir a eventos para atualizarem-se e as instituições não concedem tempo para pesquisar, escrever ou investir na atualização profissional. Quando fazem isto, deve ser, “sem prejuízo das atividades normais”, ou seja, não é sério. Talvez uma exceção sejam as universidades, pelo número de autores oriundos dessas instituições.

Se a produção do campo arquivístico fica a cargo dos atores envolvidos com a academia, para o entrevistado José Maria Jardim esta produção está aquém do desejado tendo em vista uma demanda cada vez crescente. Apesar disso, o entrevistado pondera que embora a produção acadêmica seja escassa, há alguns indícios do aumento da produção nos últimos anos.

JMJ - Acho que é a expressão de uma produção acadêmica escassa, a qual tem sido muito maior nos últimos anos do que nos anos anteriores. Neste sentido, os avanços são evidentes, mas acho que quanto à demanda... Bem, não é por falta de demanda. Uma editora me fez a encomenda de um livro, e eu não tive tempo de organizar; portanto, eu não acredito que seja por uma ausência de demanda. Eu não tenho informações de como esses livros mais recentes publicados no Brasil foram utilizados, mas sei que o da Rosely [Curi Rondinelli] já passou por algumas edições, não sei se o da [Maria] Odila [Fonseca] já passou de uma primeira, enfim... Existe uma demanda muito grande, e acho que o que há, na verdade, é uma falta de produção que atenda a essa demanda. Mas, eu confio que cada vez mais, inclusive, com as possibilidades mais recentes de publicação em termos de livro eletrônico, que determinados gastos ficam muito menores, e isso torna tudo mais viável, até porque tem uma produção que está vindo à tona, e que eu acho que tem estofo para ser publicado em livro, sem dúvida.

Para a entrevistada Rosely Curi Rondinelli a produção bibliográfica do campo arquivístico no Brasil, a partir dos anos 2000, mudou. Essas mudanças que vêm acontecendo se dão por conta de uma maior participação dos atores do campo arquivístico na área acadêmica. Para a entrevistada, as recentes publicações transformaram este cenário e seu livro foi um dos precursores deste movimento.

RCR - Acho que posso dizer, assim, publicavam, 'né'? Teve a publicação do professor José Maria [Jardim] os dois e tal, mas assim mesmo não tinha muita coisa. Tinha a Marilena [Leite Paes], a Heloisa Belloto que também publica bem, mas eu acho que é porque não tem produção do conhecimento. É de uns (...) vinte anos pra cá, ou quinze que tá havendo... Eu não digo nem isso, eu publiquei em 2002 e depois de 2002, você teve Maria Odila [Fonseca], Paulo [Roberto] Elian, [Sérgio Conde de] Albite [Silva]. Eu acho que essa coisa' da publicação do meu livro ajudou todo mundo a ver o porquê de não se publicar um trabalho sobre Arquivologia. E a editora da FGV 'falou' que vende como água, e a gente tem interesse nesse 'filão', palavras dos editores. Então, eu acho que se publicava esporadicamente, mas de 2002 para cá, já 'tá' quase sendo um *default*, ou seja, se defendeu a tese ou defendeu a dissertação, (...) é começar a se mobilizar para a publicação. Isso é muito bom. Agora, você perguntou por que não se publicava? Acho que se tratava de uma falta de mobilização de nós mesmos, e também porque poucos arquivistas faziam mestrado e doutorado. Ah, eram muito poucos! Eu entrei na área em 1980, eu comecei o curso em 1978, e em 1980 eu estava estagiando no Arquivo Nacional. Eu fui publicar um livro em 2002, sendo que fui fazer o mestrado em 1999. Entrei para área em 1980, e fui fazer mestrado em 1999! A gente não tinha essa cultura do estudo acadêmico de pós-graduação, de mestrado e doutorado. A gente não tinha essa cultura. Acho que a resposta é essa: por que se publicava tão pouco? Porque nós mesmos não produzíamos conhecimento. Eram poucos os que faziam isso e quem o fazia, publicava Heloisa Belloto, Ana Maria Camargo, isto é, elas publicavam. Logo depois, o José Maria [Jardim] começou. Agora, depois de 2002, começou-se a publicar mais. Ainda é pouco, mas vamos ver quem é que tá produzindo. O que eu acho que precisa acabar é, assim, aquela visão de que ninguém se interessa, (...) essa menos-valia que permeia ainda o imaginário do arquivista, sabe? Isso é o que tem que acabar, tem que acabar porque nossa área é muito rica teoricamente e metodologicamente. É muito linda a nossa área. Imagina: o documento é o registro da ação humana. Não precisa falar mais nada.

Como comentado na fala de um dos entrevistados, uma possibilidade do aumento da produção bibliográfica do campo arquivístico é a publicação de livros eletrônicos, o que diminuiria o tempo de publicação e os gastos com edição.

O tópico seguinte indagou aos entrevistados se eles publicariam as suas obras neste formato.

6.9 PUBLICAÇÃO EM FORMATO ELETRÔNICO

Como tendência cada vez mais presente nos dias atuais as publicações em formato eletrônico vêm ganhando cada vez mais espaço nas discussões sobre edição de livros e no Brasil. Discute-se inclusive se há espaço para o livro em formato tradicional nos programas de alguns cursos universitários.

Sob esta ótica, os entrevistados desta pesquisa foram perguntados se concordariam em publicar os seus livros em formato eletrônico supondo que eles ainda fossem inéditos.

JMJ - Se fosse a opção, eu não vejo nenhum problema. Eu acho que essa é uma tendência, acho que tem muito espaço ainda para o livro enquanto objeto físico, mas eu acho que essa é uma tendência muito forte e eu publicaria exclusivamente, sim. Se a editora me apresenta uma perspectiva editorial interessante mais a veiculação do produto, é por essa via de possibilidade, e tudo bem.

VBS - Engraçado a pergunta, porque no momento estou considerando se publico uma versão em espanhol apenas em formato eletrônico, tipo *e-book*. Hoje existem várias formas de trabalhar as publicações eletrônicas, inclusive com a venda. Mas ainda há um respaldo maior da academia às publicações em papel do que em meio digital. Publicarei esta versão em meio digital porque o grande objetivo que tenho é a difusão e a discussão das ideias propostas no livro.

RCR - Concordaria perfeitamente. Agora, o que eu acho é que a publicação em papel ainda dá mais visibilidade. Não seria contra de jeito nenhum, mas acho que em papel dá mais visibilidade ainda, e não sei se isso um dia vai mudar. Eu não vejo problema nenhum, pois você vai difundir ainda mais o conhecimento, e o único motivo pelo qual meu livro não foi publicado eletronicamente, foi porque eu fiz um contrato com a editora. Eu não posso desobedecer a isso, somente por isso. Inclusive, eu encontro muitas dissertações e teses disponíveis na internet, o que eu acho ser de um grau de generosidade maravilhoso. Agora, num dado momento em que uma editora se interessa por sua obra, e ela afirma que vai publicar, que vai fazer uma capa bonita, e ela diz que você tem que assinar um contrato, você tem que obedecer, 'né'? Por isso. Agora nunca fui contra a *xerox* do meu livro no ambiente acadêmico. Pode fazer fotocópia, não vejo problema nenhum. O importante é as pessoas terem acesso àquilo. Quando saiu o livro, eu o achei caro. Era um livro caro. Sempre que eles fazem uma nova tiragem mandam quatro volumezinhos, e eu sempre os distribuo, sempre dou para algum aluno. O importante é isso, é você (...) fazer um trabalho desse nível intelectual, e aí toca uma pessoa, que toca outra, que toca outra, e é essa a reverberação que dá sentido.

SAS - Eu acho que, ainda hoje, o livro representa algo insubstituível. Imagina, o meu livro tem 290 páginas, qual seria a alternativa? Ou publicar vários artigos, o que de alguma forma teria mais agilidade, mas fragmentaria

a obra e sua unicidade ficaria prejudicada ou, então, publicar num *commons creative* ou em *open formats* que tem aí. Mas sendo um livro de 290 páginas? Quem leria algo numa área que ainda busca se consolidar como produtora de conhecimento científico? Quem leria um livro em formato digital de 290 páginas? Creio que seria bem mais difícil. Então, eu optei pelo objeto livro nesse primeiro momento. Foram 1000 exemplares, sendo que 100 exemplares são obrigatoriamente destinados à Faperj para distribuição. Então, esses 900 exemplares, assim que estiverem esgotados, a minha ideia é conversar com a Faperj, conversar com a AAB e disponibilizar o livro na *Internet* totalmente de graça. Entretanto, acho ainda que, para Arquivologia, a produção de um livro *strictu sensu* é fundamental. Talvez seja um problema específico meu, mas eu ainda tenho uma certa atração fetichista pelo livro e, mesmo reconhecendo a possibilidade de divulgação, – e é esse o meu projeto, como eu já afirmei –, assim que a edição estiver esgotada, vou disponibilizar o livro em formato digital. Mas, neste momento, acho ainda ser mais importante um produto inteiro, na forma de um livro e impresso da maneira tradicional.

Observa-se que todos entrevistados admitiriam a publicação de seus livros em formato eletrônico, inclusive dois dos entrevistados estavam fazendo planos de lançarem suas obras neste formato no momento de realização desta pesquisa. Contudo, a opinião comum dos entrevistados é que o livro em papel ainda dá uma visibilidade maior quando publicado, o que segundo o entrevistado Sérgio Conde de Albite Silva é fundamental para o caso da Arquivologia.

As falas dos autores demonstraram, no decorrer das entrevistas, pluralidade no campo arquivístico e as diferentes abordagens tanto para as escolhas realizadas pelos autores como para publicação do resultado de suas pesquisas. Esta pluralidade aponta para o crescimento do campo arquivístico no Brasil, pois ao mesmo tempo em que o contexto de pesquisa e produção de conhecimento são diferentes no que diz respeito às temáticas de investigação, a realização e publicação destas pesquisas evidenciam novos horizontes de desenvolvimento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido por esta pesquisa sugere-nos que a Arquivologia enquanto área do conhecimento científico está se desenvolvendo no Brasil, na medida com que o campo tem conquistado seu espaço nas universidades públicas brasileiras. Isto pode ser observado a partir da produção de conhecimento, principalmente através dos livros como canal de comunicação científica. Contudo, apenas a publicação bibliográfica de forma pulverizada não é suficiente para a sustentação de um campo que pretende ser reconhecido como científico e autônomo.

Observou-se uma busca de construção de diálogos com a Ciência da Informação por parte dos autores desde o primeiro livro “Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil” publicado em 1995, até o livro mais recente “A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil”, publicado em 2008. Não obstante, houve uma exceção, o livro “Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística”, de 2002. Isto pode ser observado pela falta de referências de autores da Ciência da Informação no desenvolvimento da pesquisa e a falas do autor.

Outro fator que atesta o desenvolvimento do campo arquivístico no Brasil é a quantidade de teses e dissertações com temática arquivística elaborada em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, ao qual incluem-se as que foram objeto desta pesquisa e se tornaram livros que hoje são referências teóricas no campo arquivístico.

Outro aspecto significativo refere-se às contribuições mais específicas às questões epistemológicas do campo. Tratam-se das teses e dissertações que abordaram temas semelhantes ao desta pesquisa. Atribuímos à Maria Odila Fonseca o início de estudos com esta característica no Brasil com a tese “Ciência da Informação e Arquivologia: relações interdisciplinares”, defendida no ano de 2004. Desde a tese de Maria Odila Fonseca, ocorreram pelo menos mais quatro pesquisas das quais temos conhecimento sobre este aspecto: “Os espaços de diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil”, de Angélica Cunha Marques, defendida no ano de 2007; “A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006)”, de Eliezer Pires da Silva, defendida no ano de 2009; “Zonas interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação: cartografia das práticas discursivas”, de Welder Antônio Silva, também defendida em 2009; e, “Interlocações entre a Arquivologia Nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil”, novamente de Angélica Cunha Marques, defendida no ano de 2011.

No que tange o relacionamento entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, para que de fato este relacionamento seja interdisciplinar, será necessário o aprofundamento e verticalização teórica em pesquisas que abordem esta perspectiva entre os dois campos. Desta forma, será necessário avaliar contingências históricas no Brasil e no mundo, metodologias, saberes, práticas de ambas as áreas e como elas se relacionam. O caso brasileiro aponta que esta relação se dá principalmente na pesquisa de temas arquivísticos em programas de pós-graduação de Ciência da Informação. A partir da análise dos livros pesquisados, podemos perceber que a relação entre os dois campos se dá mais de forma multidisciplinar do que interdisciplinar.

O conhecimento produzido pelos atores do campo arquivístico no Brasil favorece, junto às agências de fomento, os programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, nas esferas quantitativa e qualitativa. Todavia, a Arquivologia e seu arcabouço teórico-metodológico parecem não ser plenamente abordados pela Ciência da Informação, ou seja, as temáticas arquivísticas não se encontram nas agendas de pesquisa, embora os programas de pós-graduação em Ciência da Informação aceitem pesquisas com estas temáticas.

Os dados analisados e o conceito de campo científico desenvolvido por Pierre Bourdieu nos permite afirmar que a Arquivologia e a Ciência da Informação, embora apresentem níveis de relacionamento, são campos distintos, no caso brasileiro. Enquanto a Ciência da Informação busca se institucionalizar no Brasil enquanto campo científico, a Arquivologia parece buscar se legitimar enquanto área de conhecimento científico autônomo, sem negar sua dimensão interdisciplinar.

Considerando as falas dos entrevistados, podemos constatar que os motivos para a realização das pesquisas se deram em realidades onde os autores ou tinham contato com os objetos de estudo ou partiram de novas abordagens no universo de pesquisa em Arquivologia. No que tange à realização das pesquisas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, observamos que houve por parte dos entrevistados desta pesquisa motivos extrínsecos ao tema da relação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. Convém enumerá-las:

- Reconhecimento social ou reputação do programa de pós-graduação procurado;
- Reconhecimento social do corpo docente dos programas de pós-graduação pelo qual se optou;

- Subordinação do curso de Arquivologia à Faculdade ou Centro Acadêmico de Ciência da Informação

Quando questionados se fariam novamente suas pesquisas em Ciência da Informação, caso tivessem que escolher nos dias atuais os entrevistados desta pesquisa, os entrevistados foram unânimes ao responderem positivamente. Talvez isto possa traduzir a inclusão de um espaço destinado aos temas arquivísticos no âmbito da Ciência da Informação no Brasil, conquistado inclusive pelas teses e dissertações que foram objeto desta pesquisa. Todavia, se consideramos a quantidade com que teses e dissertações com temas arquivísticos no cenário brasileiro vêm sendo pesquisados, tornam-se urgentes iniciativas para a criação de programas de pós-graduação em Arquivologia.

Ademais, ao refletirmos sobre as falas dos entrevistados sobre a Arquivologia enquanto um campo autônomo do conhecimento e não um subcampo da Ciência da Informação no Brasil percebe-se que será necessária a atuação dos atores do campo arquivístico para mudarem esta classificação de áreas das agências de fomento à pesquisa. Implicará num engajamento por parte dos atores da Arquivologia atitudes em níveis políticos – relacionamento do campo com as instituições de fomento, organização do campo a partir da liderança de uma associação de ensino e pesquisa, acesso ao ensino arquivístico; sociais – interação entre os atores do campo, organização da comunidade arquivística, construção da imagem do campo para sociedade; e, epistemológicos – formação de uma comunidade científica, desenvolvimento e aprofundamento de pesquisas, criação de fóruns e/ou seminários destinados ao debate para construção científica do campo.

Outra particularidade evidenciada nas entrevistas desta pesquisa apontam para a falta de mecanismos, metodologias e métricas de acompanhamento da produção de conhecimento no campo arquivístico.

Ainda sobre a produção de conhecimento arquivístico no Brasil, reafirmamos que esta produção se dá principalmente pela produção bibliográfica. Assim, torna-se determinante para a continuação do desenvolvimento científico do campo a criação e manutenção regular de periódicos destinados à temática arquivística para certificação da Arquivologia como disciplina científica.

A partir das temáticas dos livros objeto desta pesquisa, constatam-se três dimensões da pesquisa em Ciência da Informação com temáticas arquivísticas no Brasil: (i) uma dimensão política – que busca compreender a (não) construção de políticas públicas voltadas para os arquivos no Brasil; (ii) uma dimensão técnica – voltada para instrumentalização e

operacionalização de sistemas arquivísticos a partir de referenciais teóricos internacionais e nacionais, principalmente relacionada aos documentos em formato digital; e, (iii) uma dimensão epistemológica – direcionada para construção científica do campo arquivístico no Brasil a partir de seus marcos históricos, teorias e princípios e o relacionamento com outros campos de conhecimentos científicos.

Por fim, entende-se que os livros produzidos a partir das teses e dissertações em Ciência da Informação de caráter arquivístico contribuíram para o avanço e reflexão da Arquivologia e representaram novas descobertas de pesquisa deste campo no cenário brasileiro. Além disso, estes livros podem caracterizar um sinônimo de ampliação do debate e legitimação científica, onde a Arquivologia possa alcançar um reconhecimento de ciência autônoma entre as Ciências Sociais Aplicadas no Brasil.

8 REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: Relações institucionais e teóricas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011.
2. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p.
3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – Livros e folhetos – Apresentação: NBR 6029**. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.
4. BARATA, Rita Barradas. **Comentário: “o futuro do livro na avaliação dos programas de pós-graduação”**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n18/a12v9n18.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2006.
5. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998. 1.330 p.
6. BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.
7. BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 241 p.
8. BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.
9. BRASIL. Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Institui a política nacional do livro**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 31 out. 2003. (Edição Extra)
10. CAMPELLO, Bernadete Santos. **Teses e dissertações**. In: CAMPELLO, Bernadete S.; CENDÓN, Beatriz V.; KREMER, Jeannette M. (Orgs.). **Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 121-128
11. CAMPENHOUDT, Luc Van; QUIVY, Raymond. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2003. 282 p.
12. COSTA, Alexandre de Souza. A bibliografia arquivística no Brasil – análise quantitativa e qualitativa. **Arquivistica.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 8-26, 2007.
13. CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília; Briquet de Lemos, 2008. 451 p.
14. COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999. 190 p.
15. DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

16. DIAS, Eduardo Wense. Obras de referência. In: CAMPELLO, Bernadete S.; CENDÓN, Beatriz V.; KREMER, Jeannette M. (Orgs.). **Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 183-190.
17. DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n.11, p. 14-33, abr. 1982 - ago. 1986.
18. FEBVRE, L.; MARTIN, L. **O aparecimento do livro**. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1992.
19. FONSECA, Maria Odila. O ensino da Arquivologia e a literatura arquivística. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Orgs.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Eduff, 1999.
20. _____. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 124 p.
21. _____. As estruturas de produção de conhecimento arquivístico: quadros em movimento. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 5-20, 2008.
22. GOMES, Hagar Espanha (Org.). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980.
46. GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28ed. Petrópolis: Vozes, 2009. P. 79-108.
23. GÚZMAN, Héctor. A nadie se ha matado: La falsa revolución de la publicación electrónica. In: El libro y la ciencia. **De Vinculación y Ciencia**. Guadalajara, n. 23, p. 26-34, 2007.
24. HART, Michael H. **As 100 maiores personalidades da história**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001. 612 p.
25. HERSCHMAN, Arthur. The primary journal: past, present and future. **Journal of Chemical Documentation**, v. 10, n. 1, p. 37-42, Feb. 1970. Disponível em <http://pubs.acs.org/doi/pdf/10.1021/c160036a014>. Acesso em 08 out. 2008.
26. HURD, Julie M. The transformation of scientific communication: a model for 2020. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Maryland, n. 51, p. 1279-1283, 2000.
27. JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
28. JARDIM, José Maria. A dimensão virtual dos arquivos na perspectiva das políticas de informação. In: SEMINARIO DE CAPACITACIÓN Y GESTIÓN EN ARCHIVOS Y DOCUMENTACIÓN, 2000b, Buenos Aires. Disponível em <http://www.voy.com/19210/3/138.html>. Acesso em 20 de setembro de 2008.

29. _____. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Eduff, 1999a.
30. _____. As relações interdisciplinares da Arquivologia. In: III Congresso Brasileiro de Arquivologia. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008. (CD-Rom)
31. _____. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009.
32. _____. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói: Eduff, 1995.
33. _____. **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: Eduff, 1999b.
34. JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Orgs.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Eduff, 1999. 202 p.
35. _____.; _____. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 41-50, 1995.
- 36 _____.; _____. Educação arquivística, pesquisa e documentos eletrônicos. **Cenário Arquivístico**, v. 2, n. 2, p. 52-55, 2003.
37. LARA, Marilda Lopes Ginez. Termos e conceitos da área de comunicação e produção científica. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da. (Orgs.) **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006, p. 387-414.
38. LANCASTER, F. W. Acessibilidade da informação na pesquisa científica em processo. *Ciência da Informação*, v.4, n.2, p. 109-117, 1975.
39. LE CODIAC, Yves-Fraçois. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 117 p.
40. MACHADO, Arlindo. **Fim do livro?** Estudos Avançados [online]. São Paulo, v.8, n.21, 1994, p. 201-214. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/13.pdf>. Acesso em 30 de out. 2008.
41. MARIZ, Anna Carla Almeida. Relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 29-36, 2004.
42. _____. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.
43. MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

44. MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1977. 390 p.
45. MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.
47. MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. “O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura”. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n.3, 1996, p.375- 382.
48. MUELLER, Suzana P.M. A Ciência, o Sistema de Comunicação Científica e Literatura Científica In: CAMPELLO, Bernadete S.; CENDÓN, Beatriz V.; KREMER, Jeannette M. (Orgs.). **Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 21-34.
49. MUELLER, Suzana P.M. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **Data GramZero-Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, n. zero dez. 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10482/985>. Acesso em: 30 de out. 2008.
50. MUELLER, Suzana P. M. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v.6, n.1, fev/2005.
51. ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, 2006.
52. OLIVEIRA, Eliana Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg; SOUZA, Kátia Isabelli de; SOUZA, Renato Tarciso de; MONTIEL, Rosane. Proposta de reforma curricular do curso de Arquivologia da universidade de Brasília. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v.1, n.1, p. 40-46, jan./jun.2002.
53. PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.
54. POMBO, O. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 2003, Porto. *Anais...* Porto, 2003. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/portofinal.pdf>. Acesso em: 04 dezembro 2011.
55. POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração de saberes. **Liinc em revista**. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 4-16, 2005.
56. PROCÓPIO, Ednei. **O livro na era digital**: o mercado editorial e as mídias digitais. São Paulo: Giz Editorial, 2010.
57. QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2003. 282 p.

58. RAYWARD, W. Boyd. The origins of Information Science and the work of the International Institute of Bibliography/International Federation for Documentation and Information (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, Maryland, n. 48, p. 289-300, Abr. 1997.
59. RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 160 p.
60. ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356 p.
61. SARACEVIC, Tefko. Information Science: Origin, evolution and relations. **Proceedings of the Library and Information Science: Historical, Empirical and Theoretical Perspectives**. Tampere (Finland), 5-27.
62. SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. 259f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.
63. SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão dos documentos eletrônicos: uma visão arquivística**. 2ª ed. Brasília: ABARQ, 2005.
64. SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. History and foundations of Information Science. **ARIST**, v. 12, p. 249-275, 1977.
65. SILVA, Armando Malheiro da; et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
66. SILVA, Eliezer Pires da. **A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no brasil (1996-2006)**. 2008. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.
67. SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008. 284 p.
68. SILVA, Welder Antônio. **Zonas interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação: cartografia das práticas discursivas**. 2009. 254f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.
69. SMIT, Johanna W. Arquivologia/Biblioteconomia: Interfaces da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 1, 2003.
70. TARGINO, Maria das Graças. **Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos**. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326/248>. Acesso em: 30 de out. 2008.

71. VELHO, Léa. A ciência e seu público. **TransInformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 15-32, set./dez. 1997
72. ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo/USP, 1979. 164 p.

9 SÍTIOS DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

- 1-** UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Disponível em <http://www.posici.ufba.br/>. Acesso em 15 de Janeiro de 2011.
- 2-** UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Disponível em <http://dci.ccsa.ufpb.br/ppgci>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- 3-** UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Disponível em <http://www.ufpe.br/ppgci>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- 4-**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Disponível em www.uel.br/pos/mestradoinformacao. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- 5-**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Disponível em <http://www.uff.br/cienciainformacao>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- 6-**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Disponível em <http://www.cin.ufsc.br/pgcin>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- 7-**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em <http://www.pos.eca.usp.br>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- 8-** UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. Disponível em <http://www.marilia.unesp.br/posci/>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- 9-** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em <http://www.ibict.br/secao.php?cat=P%F3s-Gradua%E7%E3o%20em%20CI>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- 10-** UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Disponível em <http://www.cid.unb.br/posgraduacao>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- 11-**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Disponível em <http://www.eci.ufmg.br/ppgci>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

ÂPENDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ATORES DOS LIVROS PESQUISADOS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ALEXANDRE DE SOUZA COSTA

ORIENTADOR JOSÉ MARIA JARDIM

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PESQUISA INTITULADA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA SOB A ÉGIDE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

- 1- Que aspectos motivaram o seu interesse no tema da pesquisa que resultou na publicação do seu livro?
- 2- Que motivos levaram-no a realizar sua pesquisa de mestrado, posteriormente publicada em livro, em um programa de pós-graduação em Ciência da Informação? Essa opção por um programa de pós-graduação em Ciência da Informação favoreceu a sua pesquisa? Sim? Não? Por que?
- 3- Se você fosse fazer o mestrado/doutorado nos dias atuais, você faria em Ciência da Informação? Sim? Não? Por que? Em caso negativo, qual seria a área de conhecimento?
- 4- Se houvesse cursos de mestrado e doutorado em Arquivologia no Brasil que atendessem aos seus interesses de pesquisa você optaria por esses programas de pós-graduação? Sim? Não? Por que?
- 5- Conforme a Tabela das Áreas de Conhecimento do CNPq, a Arquivologia é uma subárea da Ciência da Informação. Alguns autores inclusive entendem a que

Arquivologia é um campo de aplicação da teoria da Ciência da Informação. No seu entendimento, a Arquivologia é uma subárea da Ciência da Informação?

- 6- Como você avalia as repercussões do seu livro na Arquivologia no Brasil? E para a Ciência da Informação?
- 7- Considerando as dificuldades para a publicação de livros científicos no Brasil, como foi o processo de publicação da sua tese/dissertação? O que motivou a publicação de sua tese/dissertação em formato livro? Foi uma iniciativa sua ou sugestão de terceiros?
- 8- Em sua opinião, por que se publicam tão poucos livros de Arquivologia no Brasil?
- 9- Supondo que seu livro ainda fosse inédito, você concordaria com a publicação exclusivamente em formato eletrônico? Sim? Não? Por que?

ÂPENDICE B⁴⁵

Artigos de periódicos, conferências e comunicações em congressos e encontros que abordaram o relacionamento entre a Ciência da Informação e a Arquivologia entre 1995 e 2008.

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência – 2005

Questões sobre o *locus* acadêmico-institucional da Arquivologia na Ciência da Informação. Angélica Alves da Cunha Marques e Georgete Medleg Rodrigues

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência – 2006

Fronteiras institucionais e de identidade entre a Arquivística e a Ciência da Informação. Angélica Alves da Cunha Marques e Georgete Medleg Rodrigues

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência – 2007

A constituição do campo científico da Arquivística e suas relações com a Ciência da Informação. Angélica Alves da Cunha Marques e Georgete Medleg Rodrigues

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência – 2008

Recuperação da Informação (RI): o foco comum entre a Ciência da Informação e a Arquivística. Angélica Alves da Cunha Marques e Georgete Medleg Rodrigues

XI Congresso Brasileiro de Arquivologia – 1996

As relações entre o arquivista e outros profissionais da informação. Ana Maria Camargo

XII Congresso Brasileiro – 1998

O ensino e a pesquisa em Arquivologia: possibilidades interdisciplinares. Maria Odila Fonseca

Características do ensino interdisciplinar nas áreas de informação. Lena Vânia Ribeiro Pinheiro

⁴⁵ O levantamento foi realizado nos periódicos *Arquivo & Administração*, *Ciência da Informação*, *Perspectivas em Ciência da Informação*, *Cenário Arquivístico*, *Arquivística.net*, *TransInformação*, *Anais dos Congressos Brasileiros de Arquivologia*, *Anais dos Congressos Nacionais de Arquivologia*, nos *Anais do 6º e 7º Congressos de Arquivologia do Mercosul* e nos *Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação* entre 2003 e 2008.

A perspectiva interdisciplinar da informação no contexto da Ciência da Informação. Johanna W. Smit

I Congresso Nacional de Arquivologia – 2004

Documento e/ou Informação? Arquivista e/ou Cientista da Informação? Reflexões sobre a síncrese da terminologia e de conceitos teórico-metodológicos na prática arquivística que exigem a adoção de novos paradigmas. Silvia Mendes Masson e Armando Malheiro da Silva

Cenário Arquivístico (Periódico) – 2004

Relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Ciência da Informação. Anna Carla Mariz

XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia – 2006

Movimentos da Arquivística no processo de sua consolidação como disciplina: algumas considerações sobre interdisciplinaridade. Angélica Alves da Cunha Marques e Georgete Medleg Rodrigues

VII Congresso de Arquivologia do Mercosul – 2007

As relações teóricas da Arquivologia com a Ciência da Informação. José Augusto Chaves Guimarães e J. S. Silva

ÂPENDICE C⁴⁶

Artigos de periódicos, conferências e comunicações em congressos e encontros que abordaram a produção de conhecimento em Arquivologia entre 1995 e 2008.

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 2003

A pesquisa em Arquivística nas universidades brasileiras: um estudo da produção científica no âmbito dos programas de pós-graduação e de iniciação científica. Angélica Alves da Cunha Marques e Georgete Medleg Rodrigues

XI Congresso Brasileiro de Arquivologia – 1996

O arquivista como produtor do conhecimento científico. José Maria Jardim

VI Congresso de Arquivologia do Mercosul – 2005

Perspectivas da Arquivologia brasileira na virada do século XXI: uma análise da produção bibliográfica nacional. Cristiane da Cruz Honório e Elizabeth Abreu Damasceno

Produção discente e estrutura curricular em graduação de Arquivologia. Marcela Virgínia Thimóteo Silva e Miriane da Costa Peregrino

As universidades na produção e comunicação do conhecimento arquivístico no Brasil: construção de um novo eixo? Eliane Braga de Oliveira, Georgete Medleg Rodrigues, Miriam Paula Manini, Renato Tarciso Barbosa de Souza e Shirley Carvalhêdo

Pesquisa e produção de conhecimento no ensino arquivístico. Marcelo de Lima Ferreira

O saber e o fazer em Arquivologia: uma análise das comunicações apresentadas no I Congresso Nacional de Arquivologia. Maria Lourdes Blatt Ohira e Marília Beatriz de Castro Schenkel

Arquivo & Administração – 2007

⁴⁶ O levantamento foi realizado nos mesmos canais de comunicação que os Apêndice B.

As estruturas de produção de conhecimento arquivístico: quadros em movimento. Maria Odila Fonseca

Arquivística.net (Periódico) – 2007

A bibliografia arquivística no Brasil – análise quantitativa e qualitativa. Alexandre de Souza Costa

III Congresso Nacional de Arquivologia – 2008

A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de um campo extradisciplinar. Angélica Alves da Cunha Marques e Georgete Medleg Rodrigues